



INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE
CAMPUS ARACAJU
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA

VALDENICE ARAÚJO SANTOS LIMA

GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA: UMA ANÁLISE PARA A PARTICIPAÇÃO
ESTUDANTIL NO CONSELHO DE CAMPUS DO INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE -
CAMPUS SOCORRO

Aracaju

2024

VALDENICE ARAÚJO SANTOS LIMA

**GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA: UMA ANÁLISE PARA A PARTICIPAÇÃO
ESTUDANTIL NO CONSELHO DE CAMPUS DO INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE -
CAMPUS SOCORRO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós- graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo campus Aracaju do Instituto Federal Sergipe, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientador: Dr. José Franco de Azevedo

Aracaju

2024

L732g Lima, Valdenice Araújo Santos.
Gestão escolar democrática: uma análise para a participação estudantil
no Conselho de campus do Instituto Federal de Sergipe – Campus Socorro.
/Valdenice Araújo Santos Lima. – Aracaju, 2024.
153f.: il.

Dissertação – Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica –
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Sergipe – IFS.
Orientador: Prof. Dr. José Franco de Azevedo.

1. Educação – Gestão escolar. 2. Educação – Conselho de
Campus. 3. Educação Profissional e Tecnológica. I. Instituto Federal
de Educação Ciência e Tecnologia de Sergipe - IFS. II. Azevedo, José
Franco de. III. Título.

CDU: 377.36

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Célia Aparecida Santos de Araújo

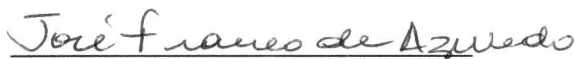
VALDENICE ARAÚJO SANTOS LIMA

**GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA: UMA ANÁLISE PARA A PARTICIPAÇÃO
ESTUDANTIL NO CONSELHO DE CAMPUS DO INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE -
CAMPUS SOCORRO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em
Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto
Federal de Sergipe, como requisito parcial para obtenção do
título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado em 26 de abril de 2024.

COMISSÃO EXAMINADORA


Prof. Dr. José Franco de Azevedo

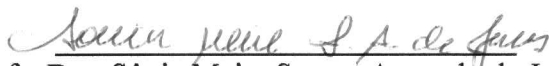
ProfEPT/IFS

Orientador


Prof. Dr. José Osman dos Santos

ProfEPT/IFS

Membro interno


Profa. Dra. Sônia Meire Santos Azevedo de Jesus

UFS

Membro externo

VALDENICE ARAÚJO SANTOS LIMA

**GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA: UMA ANÁLISE PARA A PARTICIPAÇÃO
ESTUDANTIL NO CONSELHO DE CAMPUS DO INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE
- CAMPUS SOCORRO**

Produto Educacional apresentado ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal de Sergipe, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

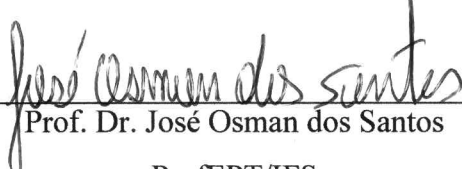
Validado em 26 de abril de 2024.

COMISSÃO EXAMINADORA


Prof. Dr. José Franco de Azevedo

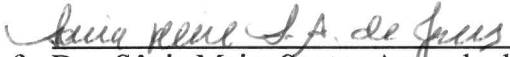
ProfEPT/IFS

Orientador


Prof. Dr. José Osman dos Santos

ProfEPT/IFS

Membro interno


Profª. Dra. Sônia Meire Santos Azevedo de Jesus

UFS

Membro externo

Dedico este trabalho aos meus pais, Nilo José dos Santos e Valdelice Araújo dos Santos (em memória), por me ensinarem com suas vivências a dar importância apenas ao que é essencial na vida.

AGRADECIMENTOS

A Jesus Cristo, que esteve o tempo inteiro me ajudando a superar esse desafio.

Ao Professor Franco, meu orientador, incessante educador. Muito obrigada pela paciência, incentivo e confiança nesta pesquisa.

Ao meu esposo, Ivanildo e aos nossos filhos, Ueslei, Hiago e Isa Clara, pela compreensão e apoio.

Aos servidores do IFS Campus Socorro que participaram dessa pesquisa.

À Cláudia Cardinale, Gerente de Ensino do Campus, pelo apoio e carinho.

Aos estudantes e professores do ensino médio integrado do IFS Campus Socorro que colaboraram para o êxito desta pesquisa.

Ao Professor Dr. José Osman dos Santos pelas exímias contribuições e por fazer a diferença no ensino da EPT por meio de sua visão social.

À professora Dr. Sônia Meire pelo olhar sagaz e contribuições enriquecedoras.

Aos professores e colegas do ProfEPT que compartilharam ricamente os seus conhecimentos.

À colega Suzaneide do Campus Socorro pelo apoio

Enfim, agradeço a todos(as), que contribuíram direta ou indiretamente para esta conquista.

RESUMO

Este estudo teve por objetivo analisar as percepções dos estudantes dos cursos integrados do Instituto Federal de Sergipe (IFS), Campus Socorro e dos servidores membros natos do Conselho de Gestão de Campus em relação à gestão escolar democrática formalmente instituída nos diversos mecanismos de participação estudantil com atenção especial na disseminação do Conselho de Gestão de Campus do IFS. O órgão foi criado em 20 de dezembro de 2022 no IFS e atuará como instância máxima do Campus. Os conselheiros irão subsidiar o Diretor Geral do Campus na tarefa de opinar, criar normas, fazer consultas e deliberar em sentido restrito quanto às ações administrativas, de ensino, pesquisa, extensão e financeiras da escola. Os estudantes do ensino médio integrado ingressaram no IFS – Campus Socorro no ano de 2023 quando participaram da pesquisa. O estudo fundamentou-se em diversas obras de educadores/pesquisadores (Freire (2005); Gadotti (2004); Paro (1986,2007,2016); Luck (2015); Veiga (1998); Libâneo (2001), dentre outros, sobre a gestão escolar democrática como premissa para a educação pública alcançar os objetivos do ensino, com ênfase ao ensino médio integrado sendo essa modalidade prioridade na lei 11.892 de 2008, lei que cria os Institutos Federais. De acordo Ciavatta (2012), a educação integrada pressupõe uma experiência participativa e coletiva liberta do autoritarismo, por ser, necessariamente, social. Fundamentou-se também na Constituição Federal, na legislação infraconstitucional brasileira e nos documentos institucionais que tratam da temática Educação Integral Libertadora, formadora de indivíduos críticos, além dos estudos do Estado da Arte sobre essa temática no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Do ponto de vista metodológico, foi realizada uma pesquisa qualitativa de natureza aplicada, por meio de um estudo de caso. Foi observado com os resultados da pesquisa que no contexto da EPT repete-se o padrão identificado na literatura a respeito da lacuna existente relacionada à falta de participação nos órgãos de gestão, bem como repete-se também os elementos responsáveis. O Produto Educacional (Mural Virtual Interativo) resultante deste Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), proporcionou a transmissão de informações aos estudantes e aos futuros membros natos do Conselho de Campus da unidade com relação tanto ao órgão Conselho de Campus quanto às diversas instâncias participativas instituídas no IFS, despertando o interesse dos estudantes em participar das decisões na escola, contribuindo com a formação crítica e cidadã dos sujeitos, reduzindo a passividade da participação estudantil nestes mecanismos dos quais eles são integrantes elementares.

Palavras-chave: Gestão escolar democrática. Educação Profissional e Tecnológica. Conselho de Campus.

ABSTRACT

This study aimed to analyze the perceptions of students of integrated courses at the Federal Institute of Sergipe (IFS), Campus Socorro and of civil servants who are members of the Campus Management Council, in relation to democratic school management formally established in the various participation mechanisms student with special attention to the dissemination of the IFS Campus Management Council. The body was created on December 20, 2022 at the IFS and will act as the highest authority on the Campus. The counselors will support the General Director of the Campus in the task of giving opinions, creating standards, carrying out consultations and deliberating in a strict sense regarding the administrative, teaching, research, extension and financial actions of the school. Integrated high school students joined IFS – Campus Socorro in 2023 when they participated in the research. The study was based on several works by educators/researchers (Freire (2005); Gadotti (2004); Paro (1986,2007,2016); Luck (2015); Veiga (1998); Libâneo (2001), among others, on democratic school management as a premise for public education to achieve teaching objectives, with an emphasis on integrated secondary education, with this modality being a priority in law 11,892 of 2008, the law that creates the Federal Institutes. According to Ciavatta (2012), integrated education. it presupposes a participatory and collective experience free from authoritarianism, as it is necessarily social. It is also based on the Federal Constitution, Brazilian infra-constitutional legislation and institutional documents that deal with the theme of Integral Liberating Education, training critical individuals, in addition to studies of the State of the Art on this topic within the scope of Professional and Technological Education (EPT). From a methodological point of view, qualitative research of an applied nature was carried out, through a case study. It was observed from the research results that in the context of EPT, the pattern identified in the literature regarding the existing gap related to the lack of participation in management bodies is repeated, as well as the responsible elements are also repeated. The Educational Product (Interactive Virtual Mural) resulting from this Professional Master's Degree in Professional and Technological Education (ProfEPT), provided the transmission of information to students and future native members of the unit's Campus Council in relation to both the Campus Council body and the various participatory instances established in the IFS, awakening students' interest in participating in decisions at school, contributing to the critical and civic education of subjects, reducing the passivity of student participation in these mechanisms of which they are elementary members.

Keywords: Democratic school management. Professional and Technological Education. Campus Council.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Desenho do estudo	58
Figura 2 - Estrutura Organizacional do IFS.....	62
Figura 3 - Sede do IFS (Campus Socorro.....	63
Figura 4 - Categorias de análise dos dados.....	66
Figura 5 - Mapa abordando as palavras/códigos mais citados da categoria Democracia e Gestão Escolar Democrática pelos estudantes.....	70
Figura 6 - Mapa das palavras/códigos mais citados pelos servidores entrevistados quanto à categoria “democracia e gestão escolar democrática”.....	72
Figura 7 - Print da Tela do Mural Virtual Interativo	84
Figura 8 - Banner com Qr Code para acesso ao Mural Virtual Interativo	84

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Gênero dos participantes da pesquisa (estudantes)	67
Gráfico 2 – Membros natos do conselho de Campus do IFS Campus Socorro (por gênero)...	67
Gráfico 3 - Assertiva sobre o conhecimento dos estudantes quanto aos mecanismos de participação estudantil no IFS	72
Gráfico 4 - Idade dos participantes que participaram da validação do Produto Educacional ..	86
Gráfico 5 - Sexo dos estudantes participantes da pesquisa	87
Gráfico 6 - Assertiva sobre o aprendizado por meio da plataforma virtual	87
Gráfico 7 - Assertiva sobre a formação crítica e cidadã por meio dos materiais disponibilizados na plataforma	88
Gráfico 8 - Assertiva sobre a relevância dos assuntos abordados no Mural quanto à participação estudantil.....	89
Gráfico 9 - Assertiva quanto à recomendação do Mural Interativo para outros estudantes	89
Gráfico 10 - Assertiva sobre o estímulo para participar das instâncias da escola	90
Gráfico 11 - Assertiva sobre o aprendizado relacionado à abordagem democrática nesse tipo de mídia	91
Gráfico 12 - Assertiva sobre a motivação que o material produz para realizar algo a respeito do assunto	92
Gráfico 13 - Assertiva sobre a possibilidade dos temas apresentados no mural já terem sido debatidos anteriormente no Campus Socorro	92
Gráfico 14 - Assertiva sobre o quanto pode ser insultuoso o material constante no mural.....	93
Gráfico 15 - Afirmativa sobre a contribuição da plataforma virtual interativa para o conhecimento dos estudantes sobre os canais de participação estudantil	94
Gráfico 16 - Assertiva sobre a contribuição que o Mural Virtual poderá trazer para a formação crítica e cidadã do estudante	94
Gráfico 17 - Assertiva sobre o Mural Interativo se o mesmo pode ser divulgado entre os estudantes como uma orientação sobre os canais de participação na gestão escolar	95
Gráfico 18 - Assertiva sobre o aumento do conhecimento dos membros natos do conselho de Campus com o material abordado	96
Gráfico 19 - Afirmativa para obter a percepção quanto o aprendizado sobre a participação estudantil e os mecanismos existentes na Instituição ao utilizar esse tipo de mídia para refletir sobre os conhecimentos básicos de cidadania	96
Gráfico 20 - Assertiva para saber se os respondentes enxergam no material constante no Mural	

algo considerado irritante ou ofensivo.....97

Gráfico 21 - Assertiva quanto aos assuntos abordados no mural acerca de serem necessários e esclarecedores98

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Quantitativo geral de alunos matriculados no Campus Socorro do IFS.....	63
--	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Estudos sobre a Gestão Escolar Democrática e o Conselho de Campus na Educação Profissional e Tecnológica (2018-2022).....	24
Quadro 2 - Finalidades sociais e políticas da educação.....	34
Quadro 3 - Características da concepção democrática sócio-crítica da educação.....	34
Quadro 4 - Os pilares da gestão escolar e as funções do administrador nas empresas	37
Quadro 5 - Mecanismos de participação estudantil em fóruns consultivos e deliberativos do IFS	39
Quadro 6 - Potencialidades e obstáculos da participação na escola: os quatro tipos de condicionantes	40
Quadro 7 - Descrição dos tipos de coletas de dados.....	59
Quadro 8 - Servidores participantes da pesquisa: membros natos do Conselho de Campus do IFS - Socorro	68
Quadro 9 - Eixos temáticos para orientar a produção do produto educacional	85

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO	17
2 REFERENCIAL TEÓRICO	22
2.1 O Estado da Arte da Gestão Escolar Democrática e Conselho de Campus na Educação Profissional e Tecnológica.....	23
2.2 Breve análise do Estado da Arte sobre a Gestão Escolar Democrática e o Conselho de Campus na Educação Profissional e Tecnológica (2018 - 2022).....	26
2.3 Bases Legais da Democratização Escolar no Brasil	29
3 GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA NA EPT E IMPORTÂNCIA DO CONSELHO DE CAMPUS PARA O ALCANCE DOS OBJETIVOS EDUCACIONAIS	32
4 OS INSTRUMENTOS DE PARTICIPAÇÃO ESTUDANTIL NO IFS	39
4.1 Conselho de Gestão de Campus do IFS: composição, finalidade e benefícios	42
5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	57
5.1 Abordagem e tipologia da pesquisa	57
5.2 Desenho do estudo e instrumentos de coleta de dados	57
5.3 Etapas para a realização da coleta de dados.....	59
5.4 Análise dos dados.....	60
5.5 Considerações éticas na pesquisa	60
5.6 Sobre o Instituto Federal de Sergipe.....	60
5.7 O IFS - Campus Socorro.....	62
5.8 Os sujeitos da pesquisa.....	64
6 RESULTADOS E DISCUSSÕES	66
6.2 Análise das entrevistas por categoria temática.....	68
6.2.1 Análise temática da categoria “democracia e gestão escolar democrática”: estudantes .	68
6.2.2 Análise temática da categoria “democracia e gestão escolar democrática”: servidores..	71
6.3.3 Análise temática da categoria “mecanismos existentes e a participação estudantil”: estudantes	72
6.3.4 Análise da categorização “mecanismos existentes e a participação estudantil”: servidores membros natos.....	77
6.3.5 Análise temática da categorização “Educação Profissional e Tecnológica”: concepção dos servidores.....	80
6.3.6 Análise temática da categorização “Educação Profissional e Tecnológica”: concepção dos estudantes	81

7 O PRODUTO EDUCACIONAL	83
7.1 Análise dos dados para a validação do Produto Educacional: estudantes	86
7.2 Análise dos dados para a validação do Produto Educacional: servidores-futuros membros natos do Conselho de Campus do IFS - Socorro)	93
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS	99
REFERÊNCIAS	101
APÊNDICE A - GUIA DIDÁTICO PARA O MURAL VIRTUAL INTERATIVO (PRODUTO EDUCACIONAL)	109
APÊNDICE B - PARECER CONSUBSTANCIADO - CONSELHO DE ÉTICA E PESQUISA (CEP)	124
APÊNDICE C - TERMO/REGISTRO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (PARA RESPONSÁVEL LEGAL PELO MENOR DE 18 ANOS)...	128
APÊNDICE D - TERMO/REGISTRO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (PARA MENORES DE 7 A 18 ANOS).....	131
APÊNDICE E - TERMO/REGISTRO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (PARA MAIORES DE 18 ANOS OU EMANCIPADOS).....	134
APÊNDICE F - ROTEIRO DE ENTREVISTAS/ESTUDANTES	137
APÊNDICE G - ROTEIRO DE ENTREVISTAS - MEMBROS NATOS DO CONSELHO DE CAMPUS	138
APÊNDICE H - ENTREVISTA PARA A VALIDAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL (ESTUDANTES).....	138
APÊNDICE I - ENTREVISTA PARA A VALIDAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL (SERVIDORES)	142
ANEXO A - RESOLUÇÃO SOBRE O REGULAMENTO DO CONSELHO DE GESTÃO DE CAMPUS DO IFS	145

1 APRESENTAÇÃO

Durante a minha jornada no mestrado fui percebendo a importância do ensino da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), que tem como finalidade precípua a formação de profissionais e cidadãos conscientes, críticos e participantes nas decisões da escola e preparados para o mundo do trabalho a partir de um ensino pautado na participação democrática. Atuando na coordenação de planejamento (Coplan) no Instituto Federal de Sergipe (IFS) Campus Socorro na condição de assessora do planejamento, percebi o quão é sutil a participação do estudante nessas atividades/decisões, as quais são direta ou indiretamente voltadas à atividade fim, o ensino.

Existe certo distanciamento com relação ao que consta na legislação aplicada ao ensino da EPT, bem como na Constituição Federal de 1988, em seu artigo 206, que apresenta como um de seus princípios a gestão democrática do ensino público, dentre outras leis nesse viés. Além disso, as pesquisas realizadas no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica, particularmente no IFS, apuram atuações meramente passivas dos estudantes em determinadas instâncias participativas.

Em pesquisa recente, Xavier (2019), defronta-se com a existência de uma lacuna nos Institutos Federais, referente à participação dos educandos na gestão da instituição, o que não favorece a formação de sujeitos críticos e conscientes em sua visão de gestão democrática, conforme o relato de um estudante:

Acho que a escola não estimula não. Porque é uma coisa que praticamente não é falada. Porque quando os estudantes entram no instituto sempre tem a semana do acolhimento estudantil, mas geralmente são passados só coisas básicas. Não é falado sobre gestão. Não é aprofundado (L4) (Xavier, 2019, p. 111).

Torna-se evidente a passividade diante do que é proposto como finalidade do Ensino Profissional e Tecnológico, como afirma Xavier (2019, p. 30, grifo nosso):

Tendo em vista a finalidade dos institutos federais de educação, e sua responsabilidade com a aprendizagem e formação de cidadãos críticos que vivenciam em uma sociedade democrática de direito, há uma lacuna de estudos sobre a participação desses sujeitos **nos espaços de gestão** dessas instituições.

No entanto, está claro nas linhas do Projeto Político Pedagógico do IFS no que concerne à questão da gestão, que:

O IFS entende que a gestão deve ser participativa, ser articuladora da autonomia dos campi, isto é, que cada campus reconheça as necessidades dos lócus bem como seu potencial de atender às demandas. A gestão participativa defenderá a pluralidade de ideias, a formação e exposição do pensamento crítico porque só assim se consolida uma nação democrática (PDI/IFS, 2022, p. 62).

Essa preponderância da participação democrática na escola pressupõe ações concretas em relação à legislação, propondo formalmente os instrumentos democráticos para favorecer aos estudantes uma atuação crítica dentro e fora da escola. Apesar da existência dos mecanismos de participação estudantil no IFS, é notória a passividade da comunidade estudantil.

[...] a participação dos estudantes nessas instâncias deliberativas ou em demais fóruns da gestão escolar, deve ocorrer de forma ativa e reflexiva, de forma a consolidar o compartilhamento do poder e o estabelecimento de relações sociais mais horizontais no espaço pedagógico. Caso contrário, reforçaremos uma ‘inclusão excludente’, onde incluímos os estudantes nos espaços de gestão, atendendo aos dispositivos legais, porém os excluimos, uma vez que sua participação ocorre de forma passiva, sem contribuições para construção de intervenções nas tomadas de decisões (Xavier, 2019, p. 12).

A qualidade do ensino na EPT é de possível alcance, por meio da efetiva integralidade e da participação democrática dos sujeitos educandos, além do ensinamento dos conteúdos das disciplinas tradicionais (Paro, 2017). Dessa forma, para ocorrer uma formação conforme a proposta legal, é importante a concretização de uma gestão mais participativa e mais democrática na escola.

Assevera Xavier (2019, p. 48) que: “A escola poderá promover iniciativas que estimulem o cidadão a refletir sobre a importância da sua participação de forma consciente e crítica nos diversos espaços sociais”. A autora esclarece, ainda, que a prática da gestão escolar democrática advém do fortalecimento do “protagonismo estudantil nos espaços consultivos, normativos e deliberativos da gestão escolar” (Xavier, 2019, p. 116). Esse tipo de instância já existe, segundo a autora, em alguns institutos federais:

Alguns institutos federais de educação desenvolvem iniciativas com esse objetivo, sendo denominadas Conselho de campus ou Conselho Gestor, estando estes entre os órgãos colegiados relevantes para a gestão escolar. Dentre eles estão: Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais – campus Rio Pomba; Instituto Federal de São Paulo; Instituto Federal do Norte de Minas Gerais – campus Almenara; Instituto Federal da Bahia – campus Irecê; Instituto Federal do Rio Grande do Sul; Instituto Federal do Sertão Pernambucano, dentre outros (Xavier, 2019, p. 76).

Diante do exposto, torna-se imperiosa a existência e a aplicabilidade de mecanismos que propiciam os momentos em que os alunos deixam a sua contribuição nas decisões da escola, em contextos nos quais possam ser ouvidos, pois eles são sujeitos no processo.

Ao ter conhecimento da criação do Conselho de Gestão de Campus do IFS (órgão colegiado que abarca as dimensões administrativa, ensino, pesquisa e extensão, por meio da Resolução CS/IFS nº 171, de 20 de dezembro de 2022), em conjunto com o que foi mencionado, surge o questionamento que será respondido no decorrer da pesquisa: Como fortalecer a prática democrática na gestão do ensino no IFS – Campus Socorro por meio da propagação do órgão “Conselho de Gestão de Campus” e demais mecanismos de participação estudantil?

Buscando responder ao questionamento acima, a saber, o órgão está em vias de ser implementado na unidade; estabelecemos os seguintes objetivos:

Objetivo geral: analisar as percepções dos estudantes do ensino médio integrado do IFS – Campus Socorro, e dos servidores, futuros Membros Natos do Conselho de Gestão de Campus (Diretor Geral, Gerente de Ensino, Gerente de Administração e o Coordenador de Pesquisa e Extensão), sobre a gestão escolar democrática na Educação Profissional e Tecnológica, com o propósito de estimular a participação no órgão Conselho de Gestão de Campus e demais Instâncias participativas na unidade, premissas para o cumprimento do ensino da EPT.

Objetivos específicos:

- Apresentar a produção acadêmica sobre gestão escolar democrática e o conselho de Campus na EPT;
- Apresentar as principais instâncias participativas no IFS que farão parte das discussões no Conselho de Campus;
- Investigar a percepção dos estudantes e Gestores (Membros Natos) sobre a participação estudantil na gestão escolar;
- Desenvolver uma plataforma virtual interativa em página da WEB para a exposição de conteúdos sobre Gestão Escolar Democrática. O produto tem a finalidade de suprir lacunas existentes na instituição de ensino com relação ao compartilhamento de informações relacionadas ao estudo.

A criação institucional de um órgão específico, como é o caso do Conselho de Gestão de Campus do IFS, deve ser de conhecimento dos partícipes daquela organização mesmo antes de ser implementado nas suas unidades para maior conhecimento e aderência dos integrantes. Reforçando, dessa forma, a necessidade de a escola disseminar os meios que fomentem a participação dos discentes no contexto escolar, cumprindo o papel de transformação social em atendimento às expectativas dos diversos atores da comunidade educacional. Foram sujeitos da

pesquisa os estudantes do ensino médio integrado do IFS – Campus Socorro que se dispuseram a participar das atividades relacionadas à pesquisa, bem como os servidores determinados pela resolução como membros natos do conselho.

A escolha do curso deu-se pela razão de a modalidade integrada ser prioridade nas instituições públicas de ensino, conforme o artigo 7º, inciso I, da Lei n. 11.892 de 2008, vislumbrando um ensino que efetivamente tenha uma formação “profissional que atenda aos requisitos das mudanças da base técnica da produção e de um trabalhador capaz de lutar por sua emancipação” (Frigotto; Ciavatta; Ramos, 2012).

Outra razão decorre da duração dos cursos da forma integrada, os quais se estendem mais em relação aos das formas concomitante e subsequente, quando o estudante permanece mais na instituição. A educação integrada, enfatiza Ciavatta (2012), pressupõe uma experiência participativa e coletiva liberta do autoritarismo, por ser, necessariamente, social. Reitera a autora: “[...] há que se dar ao aluno horizontes de captação do mundo além das rotinas escolares, dos limites do estabelecido e do normatizado, para que ele se aproprie da teoria e da prática que tornam o trabalho uma atividade criadora, fundamental ao ser humano” (Ciavatta, 2012, p. 101).

Já Araújo e Silva (2017), em defesa da educação como um espaço privilegiado para construir a trajetória dos estudantes do ensino médio, consideram que esse período escolar pertence a uma geração que sequencialmente ocupará espaços de decisão na sociedade, podendo contribuir com os rumos desta. Nesse sentido, as normativas legais presumem que ocorra esse tipo de educação.

De acordo com a Lei n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996 (LDB), que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, uma das finalidades do ensino médio é: “[...] III - o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico” (Brasil, 2023, art. 35, inc. III). Dessa forma, sem uma educação pautada na gestão democrática, dificilmente será alcançado o objetivo de formar um sujeito crítico para o mundo.

Considera-se a necessidade de implementar condições para o desenvolvimento crítico, participativo e comprometido dos estudantes com o fazer da escola, a exemplo do instrumento Conselho de Gestão de Campus, a ser disseminado ao público da instituição. Araújo e Silva (2017) salientam que a educação tem o papel de contribuir para que as injustiças sociais e humanas sejam enfrentadas. Nesse contexto, acrescentam:

O Ensino Médio é, talvez, uma dessas oportunidades únicas de se intervir, diretamente, na formação de uma sociedade em constante processo de

transformação, pois o seu papel é acolher a geração que, em poucos anos, pode ocupar espaços decisórios e fazer opções em relação aos rumos sociais a serem tomados (Araújo; Silva, 2017, p. 9).

Diante do exposto, foi proposta a elaboração de um Mural Virtual Interativo com orientações sobre a Gestão Escolar Democrática e o órgão Conselho de Gestão de Campus, a fim de divulgar e envolver o estudante como participante ativo no mecanismo que formaliza o direito de ter sua voz ouvida nas decisões da instituição, bem como de entender como são realizadas as ações da gestão educacional mediante o processo democrático.

Para a realização deste trabalho, foi feito um estudo de caso, por meio da abordagem qualitativa, uma pesquisa de campo, visto que, “é preciso imergir na realidade empírica na busca de informações previstas ou não previstas no roteiro inicial” (Minayo, 2012, p. 623).

Com a elaboração deste estudo, espera-se que o produto educacional promova boas práticas na Gestão do Campus (especialmente do ensino no Campus Socorro), além de uma participação mais efetiva dos alunos com relação ao objeto de estudo.

Pressupõe-se que a divulgação de um órgão institucional, como é o caso do Conselho de Gestão de Campus do IFS, deve ser realizada junto aos partícipes daquela organização antes de ser implementado nas suas unidades, para maior conhecimento e aderência dos interessados; daí a ideia de conhecer, analisar e propor mudanças diante do contexto das descobertas.

Esta pesquisa está relacionada à linha de pesquisa Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos em Educação Profissional e Tecnológica, que tem foco nas estratégias transversais e interdisciplinares em espaços formais e não formais da educação (IFES, 2023).

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A Educação Profissional no Brasil originou-se a partir de concepções assistencialistas. Apesar dos vários decretos na década de 1940 (a exemplo dos decretos n. 4.244/42 e n. 4.073/42, que definiram leis específicas para a educação profissional), ainda prevalecia a dualidade do ensino: um propedêutico, voltado para a classe das elites; e outro instrumental, voltado para os filhos da classe popular (Moura, 2010). Longos períodos se sucederam até surgirem proposições para uma educação voltada à integralidade dos sujeitos educandos. Porém, ainda na década de 70, quando o país emergia para a industrialização, o investimento em educação se deu para as formações fragmentadas, as quais serviam ao mercado (Moura, 2010).

Os cursos técnicos separados do ensino médio – regulamentação feita no governo FHC por meio do Decreto n. 2.208/97 – ainda com o propósito de separar o ensino médio da educação profissional, revelam duas formas para tratar o ensino médio: “Uma delas é a concomitante ao ensino médio, nesse caso o estudante pode fazer ao mesmo tempo o ensino médio e curso técnico. [...] a outra forma é a subsequente, destinada a quem já concluiu o ensino médio, e portanto, a educação básica” (Moura, 2010, p. 72).

O Decreto n. 5.154/2004 revoga o n. 2208/1997, mantém o subsequente e o concomitante, além de trazer a possibilidade de integrar o ensino médio à educação profissional (Moura, 2010).

O ensino proposto pela EPT ultrapassa os conteúdos e as vivências no âmbito escolar. Faz-se necessário favorecer os principais envolvidos, os estudantes, como assinala Ciavatta (2012, p. 51): “O exercício da formação integrada é uma experiência participativa. Ela não ocorre sob o autoritarismo, porque deve ser uma ação coletiva, já que o movimento de integração é, necessariamente, social e supõe mais de um participante”. Para Gadotti (2004), a educação ocorre sob forma de mercadoria quando o Estado, em vez de garantir esse direito, trata-o como serviço prestado tanto ao Estado quanto ao mercado.

A partir da década de 1980, os governos deram abertura à democratização do ensino, entretanto a democratização, apesar de décadas formalmente instituída na escola pública, pouco vem alterando as práticas de gestão a esse respeito. Existe “contradição entre o discurso e a prática da gestão escolar e que desvelam ao leitor os pequenos e insignificantes fios que vão se entrelaçando na trama cotidiana das relações entre os sujeitos e o grupo” (Fortuna, 2000, p. 11).

Falta, no entanto, diminuir a verticalização das decisões a fim de existir a verdadeira democratização: Tudo isso acaba por construir uma ‘cultura da acomodação’ e uma ‘democracia tutelar’ na qual, pouco a pouco, a dimensão inventiva e criadora da democracia se esgota, dando lugar a um sentimento de insatisfação constante com os chamados processos de democratização. O grupo se estrutura em torno do fantasma da dependência desencadeador de uma lógica hierárquica que sustenta os fenômenos da liderança e da dominação (Fortuna, 2000, p. 11).

O conceito de democracia em um primeiro momento, quando questionado aos frequentadores da escola em geral é de que se refere à política, a eleições e representações políticas, em vez de estar relacionado aos mecanismos de representatividade social dentro da escola, a exemplo de “conselho de escola, associação de pais e mestres, grêmio estudantil” (Paro, 2007, p. 73). Nessa esteira, a definição de Paro: “[...] O conselho de escola é um órgão deliberativo, para elaborar, acompanhar e avaliar o planejamento e o funcionamento da unidade escolar” (2007, p. 83).

É justamente para contribuir com o viés de uma gestão escolar democrática ativa na escola, a fim de que os objetivos do ensino se concretizem, que propomos uma imersão neste arcabouço garantidor de uma formação emancipadora.

2.1 O Estado da Arte da Gestão Escolar Democrática e Conselho de Campus na Educação Profissional e Tecnológica (2018-2022)

Visando reconhecer a evolução dos estudos sobre a gestão escolar democrática na Educação Profissional e Tecnológica, além dos demais referenciais teóricos sobre o nosso objeto de estudo, foi realizada uma breve pesquisa do tipo Estado da Arte, tendo como marco temporal o período de 2018 a 2022, utilizando os descritores Gestão Escolar democrática AND Educação Profissional e Tecnológica AND Conselho de Campus; sem utilização de filtro para modalidade de pós-graduação e origem da instituição, nos bancos de dados Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), disponível em: <https://bdtd.ibict.br/vufind/>; e no Catálogo de Dissertações e Teses da Capes (<https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/>). Foram encontradas 7 dissertações (nenhuma tese) correlacionadas ao objeto de estudo (Gestão Escolar democrática, Educação Profissional e Tecnológica e Conselho de Campus), já considerando que uma delas (a do autor Anderson Alexandre Costa) se repete em ambos os levantamentos.

Quadro 1 - Estudos sobre a Gestão Escolar Democrática e o Conselho de Campus na Educação Profissional e Tecnológica (2018-2022)

AUTOR/ANO/TITULAÇÃO	MODALIDADE DE PÓS-GRADUAÇÃO	ORIGEM DA INSTITUIÇÃO	TÍTULO	OBJETIVO GERAL
COSTA, Anderson Alexandre/2019/ Mestrado	Dissertação	Programa de Pós-Graduação em Administração Pública em Rede Nacional da Universidade Federal do Rio Grande	Gestão democrática e social: um estudo sobre o papel participativo da comunidade escolar do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) - Campus Rio Grande	Analisar a participação da comunidade escolar do IFRS - Campus Rio Grande diante da gestão democrática e das práticas da gestão social
SENA Neto, Bernardino/2018/ Mestrado	Dissertação	Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional (PPGEP), do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte	Educação profissional e conselho de classe: a experiência no curso de informática do IFRN/Caicó	Compreender a experiência dos conselhos de classe como um dos mecanismos de participação no IFRN/Caicó, destacando as dimensões de ensino e de aprendizagem na modalidade de Educação Profissional, no período de 2012 a 2016, buscando perceber se seu movimento vai em direção à concepção de gestão democrática informada nos documentos oficiais
OLIVEIRA, Henrique Leonardi de/ Mestrado/2019	Dissertação	Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Campus Porto	Conselho de Campus: espaço de representatividade, formação política	Analisar e propor aportes que fomentem a participação da comunidade

		Alegre do Instituto Federal do Rio Grande do Sul	e educação informal	acadêmica do IFRS - Campus Porto Alegre no CONCAMP que, além de ser considerado um órgão que colabora com o aperfeiçoamento do processo educativo e zela pela execução das políticas do IFRS, pode contribuir para a formação política e educação informal de seus integrantes
NOZAKI, Lauce Noriyo de Moraes/2019/ Mestrado	Dissertação	Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás – Campus Anápolis	A gestão democrática como pressuposto de efetividade no Instituto Federal de Goiás - Câmpus Valparaíso - Um estudo do Conselho de Câmpus e suas atribuições	Analisar a participação e autonomia da comunidade no Concâmpus com o intuito de perceber suas características básicas, possibilidades, limites e contradições
SILVA, Sérgio Murilo da/2021/ Mestrado	Dissertação	Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT do Instituto Federal de Minas Gerais – Campus Ouro Branco	O conselho de classe como instância avaliativa na educação profissional e tecnológica: proposições para uma educação democrática	Compreender de que forma o Conselho de Classe, na Educação Profissional e Tecnológica, pode ser uma ferramenta capaz de contribuir para a avaliação e revisão das práticas educativas, com o objetivo de impactar positivamente uma educação democrática e participativa

XAVIER, Carla Cristina Valois Lins/2019/ Mestrado	Dissertação	Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT do Instituto Federal de Sergipe	Gestão democrática na educação profissional e tecnológica: um olhar para a participação estudantil na (re)construção do espaço pedagógico	Analisar a percepção dos estudantes do <i>campus</i> Itabaiana quanto à participação estudantil nos espaços de gestão escolar do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe
ARAÚJO, Rosiene Silva de/2021/ Mestrado	Dissertação	Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo campus Benedito Bentes do Instituto Federal de Alagoas,	Conselho Escolar na Rede de Educação Profissional e Tecnológica: orientação à participação engajada no Conselho de Campus	Investigar como os estudantes enxergam a forma pela qual a unidade de ensino é gerida, bem como compreender como foi a participação dos mesmos no processo de implementação do conselho de campus, e se há intenção por parte deles em participar dos processos decisórios.

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

2.2 Breve análise do Estado da Arte sobre a Gestão Escolar Democrática e o Conselho de Campus na Educação Profissional e Tecnológica (2018 - 2022)

Com a análise do acervo mencionado, ficou evidente a reticente participação dos estudantes nas instâncias de gestão participativa na Educação Profissional e Tecnológica. A principal razão se dá por desconhecimento e por falta de informações a respeito das legislações inerentes aos órgãos e assuntos ligados a esses mecanismos; por conseguinte, a elaboração de produtos educacionais que venham a auxiliar na disseminação desses documentos foi a proposta dos pesquisadores.

Tendo em vista a quantidade de achados, evidencia-se que o assunto pesquisado ainda é pouco tratado nas pesquisas científicas, denotando considerável grau de importância para esta pesquisa. Ressaltamos, no entanto, que a investigação não teve a pretensão de esgotar os assuntos inerentes ao tema, diante dos vastos meios de pesquisa existentes para o objeto em estudo.

Costa (2019), em sua pesquisa intitulada “Gestão democrática e social: um estudo sobre o papel participativo da comunidade escolar do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) – Campus Rio Grande”, faz um levantamento direcionado ao processo eleitoral. Foi constatado o desconhecimento de parte de todos os segmentos, em especial dos discentes (por terem maior índice de ausência nas reuniões), quanto ao funcionamento e à existência do Conselho de Campus naquela unidade.

Dessa forma, segundo Costa (2019), os estudantes não têm interesse na participação direta nas deliberações. O autor sugere à Gestão do Campus a criação de canais de comunicação capazes de transmitir as deliberações e políticas institucionais para todos os segmentos, por entender ser este um dificultador para o processo democrático participativo.

Oliveira (2019), por sua vez, teve como objetivo de estudo propor meios que incentivem a participação da comunidade acadêmica do IFRS – Campus Porto Alegre, no Conselho de Campus (CONCAMP), que também, como as demais pesquisas catalogadas, tem exígua participação e conhecimento dos atores nesse mecanismo. Referido estudo trouxe um dado que põe o Campus Porto Alegre como precursor (e único entre os Institutos Federais, de acordo com o autor), por estabelecer a paridade de representatividade entre os membros internos do Conselho de Campus, tornando-se diferenciado no tocante a uma gestão democrática, na medida em que denota sentimentos de pertencimento entre os membros participantes.

Na pesquisa de Sena Neto (2018), o objeto de estudo foi investigar a compreensão das experiências vivenciadas pelos membros no Conselho de Classe do Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN/Caicó). Assim como ocorre nos estudos anteriormente citados, observa-se uma carência de divulgação quanto aos documentos norteadores do Conselho de Classe. De acordo com o autor, a fim de difundir o conhecimento aos membros (professores, estudantes, pais), são propostas formações para os participantes, em especial para os representantes dos pais e dos discentes.

A dissertação de Silva (2021) tratou também do Conselho de Classe como Instância Avaliativa na EPT em um Campus do Instituto Federal de Minas Gerais (pressupõe-se que seja o Campus Ouro Branco – o pesquisador deixa implícito). Conforme o deslinde do estudo, concluiu-se que há o desvio da finalidade para que foi criado o órgão, por razão de sua utilização resumir-se a cumprir formalidades, a exemplo da indisciplina dos estudantes, e confirmar resultados.

Apesar de os membros terem visões positivas do órgão, há uma participação esvaziada nas reuniões, deixando de contribuir para a avaliação e a revisão das práticas educativas e, conseqüentemente, para o fortalecimento da participação democrática. A razão para a pouca

participação, além de outros problemas em sua condução, dá-se pela falta de um espaço temporal para as reuniões e de comprometimento de alguns membros, conforme assinala o autor.

Nozaki (2019) realizou o estudo chamado “A gestão democrática como pressuposto de efetividade no Instituto Federal de Goiás – Câmpus Valparaíso – Um estudo do Conselho de Câmpus e suas atribuições”. Analisadas as características desse mecanismo de participação, seus limites e contradições, constatou-se que, além da paridade na representação dos membros, da falta de um espaço temporal, também havia o desconhecimento dos membros quanto às regulamentações do Conselho; Nozaki (2019) verificou a existência de visões distorcidas quanto à real finalidade do conselho de Campus, sendo este compreendido como órgão assessor em vez de consultivo e deliberativo. Dessa forma, a importância do Concâmpus como órgão máximo do Campus é desconsiderada pela comunidade, ao menosprezar a prioridade das reuniões do Conselho perante as demais atividades.

No estudo conduzido por Xavier (2019), intitulado “Gestão democrática na educação profissional e tecnológica: um olhar para a participação estudantil na (re)construção do espaço pedagógico”, feita a observação dos documentos do IFS que contêm os mecanismos de participação da comunidade acadêmica analisados pela autora, notou-se que os espaços de participação pelos estudantes foi também o conselho de classe em maior percentual, apesar de esse espaço ter sido configurado na entrevista como um ambiente não garantidor de uma participação efetiva dos estudantes nas tomadas de decisão nos assuntos da escola.

Em suma, os estudantes desconhecem a maioria dos mecanismos explorados pela autora. A falta de divulgação e comunicação foi o principal motivo pelo qual os estudantes não sabem acerca dos instrumentos de participação democrática na escola. Na pesquisa, são sugeridos meios ilustrativos, mais atrativos (vídeos, por exemplo), a fim de facilitar o entendimento daqueles perfis.

Ficou evidente na fala dos estudantes que eles compreendem a necessidade da participação no ambiente escolar e fora dele, que essa prática lhes traz benefícios, tornando-os cidadãos críticos fora da escola, inclusive em seus ambientes profissionais. Contudo, essa participação é acanhada, de acordo com a autora, que acrescenta:

Tendo em vista a finalidade dos institutos federais de educação e sua responsabilidade com a aprendizagem e formação de cidadãos críticos que vivenciam em uma sociedade democrática de direito, há uma lacuna de estudos sobre a participação desses sujeitos nos espaços de gestão dessas instituições (Xavier, 2019, p. 30).

Adiante, a pesquisa de Araújo (2021) teve por objetivo investigar como os estudantes enxergam o modo de gestão da unidade de ensino; além disso, visou compreender como foi a participação daqueles no processo de implementação do Conselho de Campus do Instituto Federal de Alagoas (IFAL), Campus Marechal Deodoro, e se os discentes tinham intenção de participar dos processos decisórios. O Conselho de Campus estava em vias de implantação no ano de 2018; em 2019, o Conselho Superior daquela unidade aprovou regulamentações para a eleição dos membros; segundo a autora, na ocasião, não houve participação dos discentes, os quais não tiveram interesse em participar.

Vale destacar que, de acordo com autora, a razão do distanciamento dos estudantes foi a falta de conhecimento sobre o órgão, bem como a distância entre gestão e ensino: “pôde-se constatar o baixo conhecimento dos discentes em relação ao órgão e a necessidade de aproximação dos mesmos com a gestão da unidade de ensino, uma vez que os entrevistados se reconhecem como excluídos dos processos decisórios” (Araújo, 2021, p. 9).

A referida pesquisa bibliográfica explicitou que a Gestão Escolar Democrática ainda é incipiente no ambiente escolar. Há pouca participação da comunidade acadêmica nas pesquisas realizadas envolvendo as instâncias participativas, em especial, o Conselho de Campus e o Conselho de Classe. Ademais, a falta de conhecimento foi unânime quando investigada a razão para essa passividade.

2.3 Bases Legais da Democratização Escolar no Brasil

Os períodos que antecederam a redemocratização no Brasil foram: Brasil Colônia (1500-1822); Brasil Imperial (1822-1889); Brasil República (1889-1930); Era Vargas (1930-1945); Nova República (1945-1964); Regime Militar (1964-1984). A partir de 1984, ficou marcado o período da redemocratização do Brasil. No entanto, prevalecia a visão tecnicista, afinal o planejamento educacional foi realizado por técnicos que entendiam do assunto, mas sem alicerce na realidade material e histórica (Saviani, 2007).

Saviani (2007, p. 102) cita como exemplo sua experiência como membro do Conselho Estadual de Educação de São Paulo: “Essa situação manifestou-se com uma certa frequência nos governos que se classificaram como democráticos e populares na década de 1980 [...]”. Continua Saviani, sobre o *modus operandi* verificado: “Com efeito, nisto consistia o caráter democrático: faz-se a consulta; se não houver manifestações é porque há acordo, conforme reza, aliás, o ditado popular segundo o qual ‘quem cala consente’” (Saviani, 2007, p. 102).

Na Constituição Federal (CF) de 1988, a partir do artigo 205, o direito à educação alcança a todos, sendo dever do Estado promovê-lo para o pleno desenvolvimento do sujeito. Já no artigo 206, inciso VI, destaca-se o seguinte princípio: “gestão democrática do ensino público, na forma da lei” (Brasil, 1988, art. 206, inc. VI).

Dando continuidade, na Lei n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996, são estabelecidas as diretrizes e bases da educação nacional; em seu art. 3º, fica definido que o ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: “[...] VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino” (Brasil, 1996, art. 3º, inc. VIII). Ademais, a lei determina:

Art. 12. Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de:

[...]

VI - articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola;

[...]

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes (Brasil, 2023, art. 12, inc. VI; art. 14, inc. I, II, grifos nossos).

Em 25 de julho de 2014 foi aprovado o Plano Nacional da Educação (PNE), Lei n. 13.005/2014, que define o prazo de dez anos a partir da sua criação para serem instituídas nos Estados, no Distrito Federal e nos Municípios (dentre outras leis específicas) as leis que disciplinam a gestão democrática da educação pública.

Art. 9º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão aprovar leis específicas para os seus sistemas de ensino, disciplinando a gestão democrática da educação pública nos respectivos âmbitos de atuação, no prazo de 2 (dois) anos contado da publicação desta Lei, adequando, quando for o caso, a legislação local já adotada com essa finalidade (Brasil, 2014, art. 9º).

Nas diretrizes do PNE 2014-2024, em seu artigo 2º, inciso VI, ressalta-se a “promoção do princípio da gestão democrática da educação pública, dentre outros” (Brasil, 2014, art. 2º, inc. VI). Em seu anexo constam as metas e as estratégias para a efetivação desta lei. A saber, a Meta 19 fixa o prazo de 2 (dois) anos para que se assegurem condições de efetivar a gestão democrática da educação; para tanto, foram determinadas diversas estratégias, dentre elas, as estratégias 19.4 e 19.5:

[...]

19.4) estimular, em todas as redes de educação básica, a constituição e o fortalecimento de grêmios estudantis e associações de pais, assegurando-se-lhes, inclusive, espaços adequados e condições de funcionamento nas escolas e fomentando a sua articulação orgânica com os **conselhos escolares, por meio das respectivas representações;**

19.5) **estimular a constituição e o fortalecimento de conselhos escolares** e conselhos municipais de educação, como instrumentos de participação e fiscalização na gestão escolar e educacional, inclusive por meio de programas de **formação de conselheiros**, assegurando-se condições de funcionamento autônomo; [...] (Brasil, 2014, anexo, metas 19.4 e 19.5, grifos nossos).

Nota-se que a legislação é transparente ao estabelecer a prática da democracia na gestão da escola pública, pois ficaram no passado os tempos de ditadura. O início da redemocratização faz, então, valer constitucionalmente esse direito do cidadão, dever da escola, proclamado nas diretrizes institucionais de ensino.

3 GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA NA EPT E IMPORTÂNCIA DO CONSELHO DE CAMPUS PARA O ALCANCE DOS OBJETIVOS EDUCACIONAIS

O objetivo da EPT com fins democráticos é promover no aluno a consciência crítica da realidade social como instrumento de superação da dominação e da exploração, principalmente quando se trata dos sujeitos educandos para o trabalho: “Quando se fala em interesses da classe trabalhadora, é preciso lembrar, antes de mais nada, que a escola está em contato com a classe trabalhadora não como entidade abstrata, mas concretamente, através dos pais e alunos que compõem a comunidade à qual ela serve” (Paro, 1986, p. 153).

Nesse contexto,

A gestão, portanto, é que permite superar a limitação da fragmentação e da descontextualização e construir, pela ótica abrangente e interativa, a visão e orientação de conjunto, a partir da qual se desenvolvem ações articuladas e mais consistentes. Necessariamente, portanto, constitui ação conjunta de trabalho participativo em equipe (Luck, 2015, p. 43).

A escola, como instrumento de transformação, não deve renunciar seu papel de superação da alienação e da acriticidade presentes nos meios de produção capitalista (Paro, 2016). Nessa esteira, pontua-se que “o homem constrói sua especificidade e se constrói como ser histórico à medida que transcende o mundo natural pelo trabalho [...], a liberdade é algo construído pelo homem à medida que constrói sua própria humanidade” (Paro, 2016, p. 129).

Sendo a classe dominada a grande maioria, dificilmente seus anseios e objetivos serão ouvidos, motivo pelo qual aumenta a responsabilidade da escola para ajudá-la.

No caso da educação escolar, a classe trabalhadora não apenas fica totalmente marginalizada das decisões a respeito dos objetivos gerais da escola, mas também tem de aceitar passiva e pacificamente currículos, programas, métodos, pessoal etc., que estarão envolvidos na formação de seus filhos (Paro, 1986, p. 154).

A formação de sujeitos críticos, com nova visão de mundo, não necessariamente passa pelos processos de ensino aprendizagem, conforme evidencia Paro (1986), mas deve envolver todos os setores da escola, principalmente nas atividades administrativas.

Obviamente, uma gestão de escolas estruturadas em bases democráticas, fundada na participação da comunidade, terá maiores facilidades de conseguir adesão de parcelas significativas dos pais de alunos, para atividades culturais que visem à reflexão mais profunda dos problemas educacionais de seus

filhos, e que lhes propiciem, ao mesmo tempo, a apreensão de uma concepção de mundo mais elaborada e crítica (Paro, 1986, p. 155).

De acordo com Mészáros (2008), há pelo menos 150 anos a educação vem sendo realizada para fornecer os conhecimentos para o mercado de trabalho, bem como a fim de legitimar os interesses dominantes, edificando a ordem social existente como inalterável. Para o autor, as mudanças corrigem apenas alguns ajustes menores em todos os âmbitos, inclusive o da educação. As determinações estruturais ficam intactas (domínio dos bens de produção, hegemonia, desigualdades sociais permanecem): “[...] é necessário romper com a lógica do capital para se ter uma mudança qualitativa e uma alternativa educacional significativamente diferente” (Mészáros, 2008, p. 27).

Acompanhando esse raciocínio, Paro (1986, 2007, 2016) sublinha que o funcionamento e a administração da escola pública não têm mudado. Lamentavelmente, práticas incoerentes com os tempos correntes estão ainda sendo utilizadas nas escolas, em decorrência do mercantilismo e do amadorismo pedagógico, ao submeter a organização às regras do mercado capitalista. Entretanto, o autor entende que, a depender do objetivo traçado e do empenho em articular os interesses da sociedade, há condições favoráveis:

A possibilidade de uma administração democrática no sentido de sua articulação, na forma e no conteúdo, com os interesses da sociedade como um todo, tem a ver com os fins e a natureza da coisa administrada. No caso da administração escolar, sua especificidade deriva, pois: a) dos objetivos que se buscam alcançar com a escola; b) da natureza do processo que envolve essa busca (Paro, 1986, p. 151).

A responsabilidade do sistema educativo que tem como premissa conduzir o educando à liberdade por meio das ações da escola implica: “dizer que os homens são pessoas e, como pessoas, são livres, e nada concretamente fazer para que esta afirmação se objetive, é uma farsa” (Freire, 2005, p. 40).

Nesse sentido, no pensamento de Albuquerque, Farias e Ramos (2008, p. 86), “[...] é necessário que a escola reflita sobre qual a visão de homem e como a concepção de aprendizagem adotada legitima as práticas sociais libertadoras ou que enclausuram a possibilidade de reinvenção da escola”. Os autores complementam:

A gestão democrática e participativa é o principal desafio na educação no Brasil, pois implica redimensionar a gestão de forma dinâmica, incluindo todos, de alguma forma, na superação das dificuldades encontradas na realidade. Nessa dimensão, é possível partilhar saberes e poderes, envolvendo

o coletivo nas decisões e tornando-o co-responsável pelo processo educativo (Albuquerque; Farias; Ramos, 2008, p. 87).

Nas diversas organizações e instituições o processo de trabalho também envolve a todos que delas participam, independentemente de ser instituição de ensino ou empresarial. “A administração, entretanto, não se ocupa do esforço despendido por pessoas isoladamente, mas com o esforço humano coletivo” (Paro, 1986, p. 23).

De acordo com Libâneo (2001), a organização escolar é gerida desde 1930 nos moldes da Administração empresarial e na década de 1980 surgiram as críticas em relação à organização do trabalho escolar, por ser baseado na concepção capitalista. Daí surgiram as concepções inerentes às finalidades sociais e políticas da educação conforme Quadro 2.

Quadro 2 - Finalidades sociais e políticas da educação

CONCEPÇÕES INERENTES ÀS FINALIDADES SOCIAIS E POLÍTICAS DA EDUCAÇÃO	CARACTERÍSTICAS
Concepção científico-racional	Balizada pelo uso racional dos recursos a fim de alcançar a eficiência, a eficácia, centrada em estruturas hierárquicas, cargos e funções, normas e procedimentos; pouca distribuição na participação das pessoas no seu planejamento: ou seja, prevalece uma visão burocrática e tecnicista da escola.
Concepção sócio-crítica	A organização escolar é concebida como um sistema que agrega pessoas, destacando-se o caráter intencional de suas ações, a importância das interações pessoais no seio do grupo e as relações da escola com o contexto sociocultural e político. Nesse sentido, a organização escolar não é pautada na objetividade, não é um espaço neutro a ser observado, mas algo construído pela comunidade acadêmica, de forma democrática e participativa.

Fonte: adaptado de Libâneo (2001, p. 1).

Pela concepção sócio-crítica, a administração escolar seria uma formação colaborativa para o fim do interesse público, viabilizando a concepção democrático-participativa, com as características sintetizadas no Quadro 3.

Quadro 3 - Características da concepção democrática sócio-crítica da educação

CONCEPÇÃO SÓCIO-CRÍTICA	CARACTERÍSTICAS
Concepção democrático-participativa	Definição explícita de objetos sócio-políticos e pedagógicos da escola, pela equipe escolar;

	articulação entre a atividade de direção e a iniciativa e participação das pessoas da escola e das que se relacionam com ela; a gestão é participativa, mas espera-se, também, a gestão da participação; qualificação e competência profissional; busca de objetividade no trato das questões da organização e gestão, mediante coleta de informações reais; acompanhamento e avaliação sistemáticos com finalidade pedagógica: diagnóstico, acompanhamento dos trabalhos, reorientação dos rumos e ações, tomada de decisões; todos dirigem e são dirigidos, todos avaliam e são avaliados.
--	--

Fonte: Adaptado de Libâneo (2001, p. 2-3).

Assim como a empresa capitalista, a escola persegue objetivos e fins. Os educadores, no entanto, precisam defini-los, além de determinar quais ações educativas a escola utilizará para alcançá-los (Veiga, 1998).

As posições políticas e a concepção de homens na sociedade têm os reflexos das concepções de gestão escolar. A depender de como a escola se organiza, há manutenção ou transformação social. O que mantém o sistema hegemônico são as escolhas de modelos de gestão para trabalhar em ambiente educacional, como infere Libâneo (2001, p. 3):

Atualmente, o modelo democrático-participativo tem sido influenciado por uma corrente teórica que compreende a organização escolar como cultura. Esta corrente afirma que a escola não é uma estrutura totalmente objetiva, mensurável, independente das pessoas, ao contrário, ela depende muito das experiências subjetivas das pessoas e de suas interações sociais, ou seja, dos significados que as pessoas dão às coisas enquanto significados socialmente produzidos e mantidos. Em outras palavras, dizer que a organização é uma cultura significa que ela é construída pelos seus próprios membros.

Supõe-se que levar ao conhecimento dos estudantes o órgão por meio do qual eles terão voz nas decisões que envolvem o seu futuro pessoal e profissional, significa contrapor-se ao modelo atual em que as decisões estão predominantemente nas mãos do diretor, a exemplo do que propõe o artigo 49 do Regimento Geral do IFS, que atribui ao Diretor Geral do Campus a coordenação do planejamento e da gestão administrativa, entre outras competências (IFS, 2021). Nessa linha de raciocínio, a reflexão de Gino (2019, p. 37):

Sem a existência de uma comunidade escolar organizada, tais encontros acabam ocorrendo de acordo com a demanda do diretor da unidade, muito

mais por critérios burocráticos, e não como oportunidade de se repensar a gestão do espaço escolar.

Gino (2019) ressalta que a formação crítica do aluno e sua inserção no mercado de trabalho, propostas pela LDB/1996, passam pela escola cumprindo o seu papel educador por meio da gestão democrática e participativa. O autor complementa:

A escola é o espaço do diálogo, da convivência com a democracia e a cidadania, tendo em vista formar um cidadão capaz de dominar conhecimentos da cultura local e universal, além de ser capaz de intervir na sociedade para a construção de bases mais justas e igualitárias na sociedade (Gino, 2019, p. 45).

A escola é composta de determinados recursos e pressupõe que eles resultem na realização dos fins propostos. Os recursos objetivos são os elementos materiais e não materiais, os objetos de trabalho, os conhecimentos e técnicas que entram como mediação, já os recursos subjetivos referem-se à subjetividade humana, ou seja, à capacidade e à força de trabalho utilizadas nos recursos objetivos para alcançar determinados fins. Entra aqui o caráter mediador do administrativo, que não pode ser deixado de lado para a consecução do fim da atividade pedagógica: a formação de personalidades humanas históricas (Paro, 2012).

Tratando-se da administração empresarial, Chiavenato (2005, p. 22) conceitua Administração como “o processo de planejar, organizar, dirigir e controlar o uso de recursos organizacionais para alcançar determinados objetivos de maneira eficiente e eficaz”. Possivelmente podemos supor que esses objetivos sejam o lucro, visto o contexto da área, diferentemente dos objetivos da escola.

Paro (2016) concorda que há diferenças entre o papel do diretor da escola associando-o ao administrador da escola, já que a direção indica a função do mais alto nível enquanto a administração se torna o instrumento que o diretor utiliza para gerir. Além disso, o autor acrescenta: “Os objetivos buscados na empresa capitalista, não são apenas diferentes, mas antagônicos dos objetivos buscados na escola” (Paro, 1999, p. 101).

Luck (2015) também argumenta sobre os termos “gestão” e “administração” como antagônicos, de modo que há um equívoco quando se substitui um pelo outro. Por isso, o autor destaca que o foco na interatividade social, a democratização, dentre outros, diferem e superam o conceito de administração proeminente na administração industrial, por exemplo.

A centralização de autoridade e, conseqüentemente, da responsabilidade pela tomada de decisão está associada a modelo de administração caracterizado

pelo distanciamento entre os que formulam políticas e programas de ação e os que as executam e sua clientela/usuários (Luck, 2015, p. 79).

Os pilares para uma organização escolar são assim classificados, de acordo com Libâneo (2001): planejamento; organização; direção/coordenação; formação continuada; e avaliação. Em relação à administração empresarial, Chiavenato (2003) define como funções básicas do administrador: planejamento; organização; direção; e controle.

Quadro 4 - Os pilares da gestão escolar e as funções do administrador nas empresas

ESCOLA	ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DE AÇÃO	EMPRESA	FUNÇÕES BÁSICAS DO ADMINISTRADOR
PLANEJAMENTO	Processo de explicitação de objetivos e antecipação de decisões para orientar a instituição, prevendo-se o que se deve fazer para atingi-los.	PLANEJAMENTO	É a função administrativa que determina antecipadamente quais são os objetivos a serem atingidos e como se deve fazer para alcançá-los.
ORGANIZAÇÃO	Atividade por meio da qual se dá a racionalização dos recursos, criando e viabilizando as condições e modos para se realizar o que foi planejado.	ORGANIZAÇÃO	Determina as atividades específicas necessárias ao alcance dos objetivos planejados, agrupa as atividades em uma estrutura lógica e designa as atividades às específicas posições e pessoas.
DIREÇÃO/COORDENAÇÃO	Atividade de coordenação do esforço coletivo do pessoal da escola.	DIREÇÃO	Acionar e dinamizar a empresa, colocar-se em marcha. Está diretamente relacionada com a atuação sobre os recursos humanos da empresa.
FORMAÇÃO CONTINUADA	Ações de capacitação e aperfeiçoamento dos profissionais da escola para que realizem com competência suas tarefas e se desenvolvam pessoal e profissionalmente.	CONTROLE	Assegurar que os resultados do que foi planejado, organizado e dirigido se ajustem tanto quanto possível aos objetivos previamente estabelecidos.
AValiação	Comprovação e avaliação do funcionamento da escola.		

Fonte: Libâneo (2001, p. 7); Chiavenato (2003, p. 167-176).

Wittmann e Klippel (2012, p. 152) explicitam as diferenças entre gerir uma escola e gerir uma empresa:

[...] a escola, nos processos de seu funcionamento e de sua gestão, é antagônica à empresa, porque, enquanto a empresa é um lugar onde as pessoas são usadas como recursos, exploradas para a acumulação do capital, a escola é o lugar da construção das pessoas como gente;

[...]

a escola não é, apenas, diferente da empresa, por ser uma instituição de prestação de serviços, enquanto a empresa é uma organização de produção de bens materiais. O mais importante na administração escolar é a busca de um fim educativo;

[...]

a empresa pode ser autoritária, dominadora e ser competente; a escola não. Os meios não podem desfazer, negar e/ou impedir a razão de ser da escola. Os meios da escola não podem transformar os sujeitos em objetos, para formar sujeitos.

Cabe ressaltar que a gestão não se propõe a depreciar ou invalidar a importância da administração, mas sim a superar as limitações de enfoque fragmentado, simplificado e reduzido” (Luck, 2015, p. 52). Baseando-se na administração, a gestão procura redimensionar em razão de sua subjetividade, complexidade e dinamicidade, de acordo com a autora. Afinal de contas, nas instituições são inerentes os recursos, o tempo, a logística etc.

No desfecho de Paro (1986), os procedimentos administrativos da escola, repassados aos programas e currículos, são na direção de adesão ao emprego, ao desejo da empresa capitalista. Isto é, uma administração escolar não voltada para a transformação social. O autor ressalta, ainda, que “A atividade administrativa não se dá no vazio, mas em condições históricas determinadas para atender as necessidades e interesses de pessoas e grupos” (Paro, 1986, p. 12). Nesse sentido, continua: “[...] A escola, partindo do pressuposto da administração empresarial, como qualquer instituição, precisa ser administrada e tem na figura de seu diretor o responsável último pelas ações aí desenvolvidas” (Paro, 1986, p. 17).

Considerando o exposto, a lógica da gestão se caracteriza pela atuação democrática de todos os envolvidos (membros da sociedade civil e da comunidade escolar), fortalecendo a democratização pela participação. Tal juízo da gestão a diferencia da administração, na qual os administradores focam seus fins em crescimento em vez de desenvolvimento. Um dos pontos negativos de não se praticar a gestão democrática na escola é que as pessoas que nela trabalham não têm o entendimento de assumirem a responsabilidade sobre a qualidade do seu próprio trabalho ao deparar com a ideia de que cada pessoa é responsável por sua tarefa sem envolver o todo da unidade de ensino, os objetivos propostos (Luck, 2015).

4 OS INSTRUMENTOS DE PARTICIPAÇÃO ESTUDANTIL NO IFS

Enquanto uma escola voltada à construção de sujeitos autônomos e críticos, o IFS vale-se de um arcabouço de instrumentos que concede a participação estudantil, corroborando com a ideia de Paro (1999, p. 117): “o conceito de democracia não se aprende apenas no discurso, mas constrói-se na prática, com o constante exercício enquanto opção de vida, não como uma medida tópica que se aplica numa ou noutra ocasião”. Nesse contexto, Xavier (2019, p. 74) apresenta os mecanismos de participação estudantil do IFS conforme o Quadro 5.

Quadro 5 - Mecanismos de participação estudantil em fóruns consultivos e deliberativos do IFS

MECANISMOS DE PARTICIPAÇÃO ESTUDANTIL NO IFS	1. Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)
	2. Projeto Político Pedagógico Institucional (PPPI)
	3. Regimento Interno
	4. Conselho Superior (CS)
	5. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE)
	6. Comitê de Planejamento ¹
	7. Colegiado de Cursos
	8. Comissão Própria de Avaliação (CPA)
	9. Conselho de Classe
	10. Eleição para Diretor - Geral e Reitor
	11. Grêmio e Diretórios Estudantis
	12. Jornada de Assistência Estudantil (JAE)
	13. Conselho de Gestão de Campus

¹ Após reanálise das legislações mencionadas no Quadro 5, foi identificado que atualmente não se aplicam mais tais comissões (comitês de planejamento nos campi), de acordo com a Instrução Normativa nº 01/2021/Prodin, de 21 de maio de 2021 instituída pela portaria nº 1791, de 6 de agosto de 2021, que dispõe sobre elaboração, avaliação e revisão do Planejamento Estratégico e do Plano Anual de Trabalho (PAT) do Instituto Federal de Sergipe – IFS.

Fonte: adaptado de Xavier (2019, p. 74).

Dentre os órgãos citados no Quadro 5, o Colegiado de Cursos e a Comissão Própria de avaliação (CPA) são os únicos que não têm em sua composição estudantes de nível médio. Importante destacar que o Conselho de Gestão de Campus (órgão criado em 2022, conforme mencionado) atuará como instância recursal máxima no âmbito de cada Campus (IFS, 2022a).

Fica evidente a institucionalização dos mecanismos que dão direito a uma gestão participativa no IFS. Entretanto, além de existir a garantia da representatividade dos estudantes legalmente instituída, é necessário que as instituições públicas de ensino se programem para a concretização do que preveem em seu plano democrático, conforme instiga Betto (2018, p. 124):

Os direitos humanos não bastam ser figurados na lei, em um estado verdadeiramente democrático não há inibição nem opressão das potencialidades por razão dos métodos de ensino nem sempre serem verdadeiramente pedagógicos, por vezes são opressivos, inibem potencialidades, reprimem a criatividade e tornam o educando covarde frente à realidade da vida.

De acordo com Paro (2016), uma série de medidas de democratização têm sido implementadas nas últimas décadas no Brasil, como a criação de mecanismos coletivos de participação, de conselhos de escola, de auxiliares de classe, de associações de pais mestres e de grêmios estudantis. Porém, essas medidas ainda não foram exitosas em modificar as estruturas da escola pública existentes há mais de um século.

Ainda de acordo com Paro (2016), para a participação efetiva na escola, há alguns condicionantes a serem observados, conforme o Quadro 6.

Quadro 6 - Potencialidades e obstáculos da participação na escola: os quatro tipos de condicionantes

Condicionantes materiais ou de trabalho da participação	São as condições objetivas para as ações da escola, a falta de recursos de toda ordem, as condições materiais e financeiras da escola. É importante frisar, porém, que essas faltas de recursos e de condições são fatores para o engajamento de participação, com ações desenvolvidas com o fito de superá-las.
Condicionantes institucionais	Referem-se ao caráter hierárquico: relações verticais desfavorecem as relações horizontais, (favoráveis à intenção de democratização); é ponto negativo também seu caráter burocrático e formalista (como é o caso de conselhos de classe e associações de pais mestres). Nesse sentido, é proeminente saber que a

	participação democrática não se dá espontaneamente, é mister a existência não somente de mecanismos formalmente instituídos, mas que incentivem as práticas participativas dentro da escola.
Condicionantes político-sociais	Trata-se dos interesses dos grupos dentro da escola: funcionários, professores, alunos e pais. A vivência entre eles pode não se dar de forma harmoniosa, por haver dissonância entre os interesses amplos e os individuais, os quais entram em conflito.
Condicionantes ideológicos de participação	São percepções e crenças de cada personalidade que se encontra no ambiente escolar: “Assim, se estamos interessados na participação da comunidade na escola, é preciso levar em conta a dimensão em que o modo de pensar e agir das pessoas que aí atuam facilita/incentiva ou dificulta/impede a participação dos usuários” (Paro, 2016, p.59) (sobre a carência das famílias menos abastadas, culpabilidade dos pais por terem jovens bagunceiros, as carências de diversos aspectos dos alunos, dos pais etc.).
Participação executória	Quando se realiza na fase executória de ações desvinculadas do planejamento, mas apenas para contribuir com atos pontuais, por exemplo participar contribuindo com recursos financeiros para realizar algum evento ou quando decide optar por determinado evento; ou seja, [...] “uma participação atrelada ao momento da execução” (Paro, 2016, p.63), em detrimento de participação na tomada de decisões.

Fonte: adaptado de Paro (2016, p. 54-63).

Conforme Paro (2016), os condicionantes de ordem institucional são os que mais dificultam o estabelecimento de relações democráticas em escolas públicas, contribuindo com a permanência de uma sociedade autoritária, na qual ocorrem relações verticais em detrimento de relações horizontais. Logo, “a democracia como valor universal e prática de colaboração recíproca entre grupos e pessoas, é um processo globalizante que, tendencialmente, deve envolver cada indivíduo, na plenitude de sua personalidade” (Paro, 2016, p. 33).

Dessa forma, a atividade administrativa pode se colocar a serviço tanto da manutenção quanto da superação da ordem social; “isso depende na prática da natureza dos fins que se procura atingir” (Paro, 1986, p. 81).

A administração escolar é um meio para a transformação social (superação da sociedade de classes), pois a administração escolar se faz no meio de uma sociedade, um nicho social, uma teia social moldada pelas pessoas, na medida em que “[...] a administração se constitui num instrumento que, como tal, pode articular-se tanto com a conservação do status quo quanto

com a transformação social, dependendo dos objetivos aos quais ela é posta a servir” (Paro, 1986, p. 123).

Nesse direcionamento, Veiga (1998, p. 10) reforça: “uma estrutura administrativa da escola, adequada à realização de objetivos educacionais, de acordo com os interesses da população, deve prever mecanismos que estimulem a participação de todos no processo de decisão”.

Perante o exposto, observa-se a necessidade de mudança de cultura dentro das instituições de ensino; tais modificações não acontecem sem a devida mudança de paradigma no ambiente educacional para minimizar a cultura de horizontalidade proveniente do sistema empresarial, com o fito de promover a participação democrática dos sujeitos nos espaços de gestão como pressupostos para a sua transformação pessoal e consequentemente social.

Por conseguinte, abordaremos sucintamente alguns dos instrumentos de gestão participativa, além do Conselho de Gestão de Campus do IFS, nos tópicos seguintes.

4.1 Conselho de Gestão de Campus do IFS: composição, finalidade e benefícios

Salvo os mecanismos anteriormente citados, os quais objetivam que o estudante exponha suas opiniões, suas necessidades e objetivos, a fim de que sejam alcançados por meio da educação, o Instituto Federal de Sergipe, valendo-se da autonomia que lhe é dada pela Lei n. 11.892 de 2008, criou o órgão Conselho de Gestão de Campus do IFS, por meio da Resolução CS/IFS nº 171, de 20 de dezembro de 2022. Trata-se de mais um mecanismo com o intuito de fortalecer a gestão democrática do ensino na EPT. Martins (2002, p. 224) assim define a autonomia da escola:

Autonomia vem do grego e significa autogoverno, governar-se a si próprio. Nesse sentido, uma escola autônoma é aquela que governa a si própria. No âmbito da educação, o debate moderno em torno do tema remonta ao processo dialógico de ensinar contido na filosofia grega, que preconizava a capacidade do educando de buscar resposta às suas próprias perguntas, exercitando, portanto, sua formação autônoma.

De acordo com Paro (2007, p. 82), ter um conselho de escola é “experimentar um tipo de democratização da gestão”. Dessa forma, o Conselho de Gestão de Campus do IFS terá a seguinte composição, conforme dispõe o art. 2º:

- I. membros natos:
 - a) o Diretor-Geral, na qualidade de Presidente;

- b) o Diretor ou Gerente de Administração;
- c) o Diretor ou Gerente de Ensino;
- d) o Coordenador de Pesquisa e Extensão.

II. membros representantes eleitos:

- a) mínimo de 2 (dois) coordenadores de cursos e suplentes, eleitos entre seus pares;
- b) mínimo de 6 (seis) docentes² efetivos e suplentes, eleitos entre seus pares;
- c) mínimo de 1 (um) representante dos técnico-administrativos³ em educação e 1 (um) suplente, eleitos entre seus pares;
- d) mínimo de 1 (um) representante de pais de alunos ou 1 (um) estudante maior de 18 anos e 1 (um) suplente, eleitos entre seus pares;**
- e) mínimo de 1 (um) representante dos setores produtivos, sociais ou culturais da região onde se encontra o campus e 1 (um) suplente, indicado pela direção do campus (IFS, 2022a, p. 2, grifo nosso).

Conforme acima destacado, o quantitativo discrepante de docentes na composição do Conselho de Gestão de Campus, bem como dos órgãos colegiados deliberativos está previsto na LDB (art. 56, parágrafo único), quando trata da ocupação de 70% por cento da categoria docente nos assentos desses órgãos ou comissões.

A natureza e a finalidade do Conselho de Gestão de Campus do IFS são consultiva e normativa, no âmbito de cada campus, e deliberativa, nas matérias que não sejam de competência do Conselho Superior do IFS. Alguns assuntos são a base para as ações dos conselheiros, conforme o artigo 3º, trata-se de competências do Conselho de Gestão de Campus do IFS:

- I. subsidiar o(a) Diretor(a) Geral do Campus com informações da comunidade relativas a assuntos de caráter administrativo, de ensino, de pesquisa e de extensão;
- II. apreciar e aprovar o Plano Anual de Trabalho, Plano de Desenvolvimento de Pessoas e Projeto Político Pedagógico do Campus, para posterior encaminhamentos juntos aos Órgãos Superiores do IFS;
- III. aprovar o Plano de Desenvolvimento Institucional do Campus em consonância com o Plano de Desenvolvimento do IFS, bem como zelar pela sua efetivação;
- IV. apreciar o calendário acadêmico do Campus e sugerir alterações, quando couber, mediante justificativa a ser apreciada por instâncias superiores;
- V. convocar a comunidade educativa do Campus, quando necessário, para consulta sobre assunto de interesse do Campus;
- VI. apreciar o plano geral de ação, o limite orçamentário anual do campus e o orçamento plurianual de investimentos;
- VII. requerer informações e propor à Diretoria-Geral as diretrizes e recomendações técnicas das atividades do campus;

² Art. 38. O corpo docente é constituído pelos professores integrantes do quadro permanente de pessoal do IFS, regidos pelo Regime Jurídico Único, e demais professores admitidos na forma da lei (IFS, 2022a, p. 15).

³ Art. 40. O corpo técnico-administrativo é constituído pelos servidores integrantes do quadro permanente de pessoal do IFS, regidos pelo Regime Jurídico Único, que exerçam atividades de apoio técnico, administrativo e operacional (IFS, 2022a, p. 16).

- VIII. apreciar as políticas administrativas, financeiras e educacionais do campus;
- IX. requerer informações e fazer proposições a respeito das ações referidas no PDI do campus;
- X. opinar sobre a criação, modificação ou extinção de órgão do organograma da atividade meio do campus;
- XI. elaborar e propor alterações no Regulamento de Gestão de Campus do IFS.
- XII. zelar pela efetivação das políticas de Assistência Estudantil e de atenção às Pessoas com Necessidades Educativas Específicas;
- XIII. Propor e aprovar, quando delegada a respectiva competência, programas, convênios, projetos, parcerias, contratos e quaisquer outros instrumentos jurídicos que gerem obrigações do Campus com entidades públicas e privadas, bem como estabelecer normas e critérios para acompanhar o andamento dos mesmos, encaminhando-os para emissão de parecer da Procuradoria Jurídica e Conselho Superior do IFS;
- XIV. emitir parecer e encaminhar para aprovação do Conselho Superior do IFS, propostas de criação, extinção ou desativação temporária de Cursos no âmbito do Campus;
- XV. opinar sobre as demais questões submetidas à sua apreciação (IFS, 2022a, p. 3).

Ao tratar da composição do Conselho de Gestão de Campus, nota-se que o(s) representante(s) dos estudantes devem ser maiores de 18 anos (alínea “d” do art. 2º). No entanto, há uma contraposição no que se refere à idade dos estudantes do ensino médio integrado (suas faixas etárias estão entre 14 e 17 anos). Seria então conveniente o aluno do curso integrado ser excluído e sua representatividade limitar-se apenas a seus pais ou responsáveis? Outrossim, o ensino integral alcançaria seu objetivo emancipador apenas no final do curso quando os sujeitos tivessem a idade proposta?

Esses questionamentos remetem às ideias de alguns estudiosos sobre a formação da juventude. Vejamos:

[...] quando se trata da medida da participação, é preciso um cuidado maior para não se cair nem na restrição desmedida, sob o pretexto de que as crianças não sabem o que querem, nem no mero espontaneísmo, sob a alegação de que não se deve inibir nenhum desejo das crianças. No primeiro caso se nega a subjetividade do educando, no segundo se abandona à própria sorte (Paro, 2007, p. 13).

É a partir de criança que se orienta para a autonomia: “trata-se portanto de proporcionar condições para que as crianças se tornem autônomas, não pela via do autoritarismo ou do espontaneísmo, mas por meio do diálogo que é a mediação por excelência da educação como prática democrática” (Paro, 2007, p. 14).

Em favor da participação juvenil como forma de libertação, defende também Comenius (2001, p. 64): “importa, portanto, instruir na idade juvenil, quando o vigor da razão e da vida está em pleno crescimento; então, todas as faculdades crescem e lançam profundas raízes”.

Luck (2015, p. 44) nos faz entender que na escola não deve existir aceção de segmento algum na gestão da escola: “a promoção de uma gestão educacional democrática e participativa está associada ao compartilhamento de responsabilidades no processo de tomada de decisão entre os diversos níveis e segmentos de autoridade do sistema de ensino e de escola.

[...] autonomia não é soberania, e é em consequência, limitada, uma vez que ações mobilizadoras da energia do conjunto só são possíveis mediante uma liderança e coordenação geral efetiva e competente, a normatização, entendida em seu espírito maior e não em sua letra menor em associação com a necessária flexibilidade (Luck, 2015, p. 46).

De acordo com Luck (2015, p. 94), para se fazer a transição para uma democracia ativa e da socialização como forma de desenvolvimento simultaneamente individual e social das pessoas nas organizações de que fazem parte, alguns pressupostos são apresentados:

- i) o ser humano é um ser social e só se desenvolve plenamente, a partir de sua interação produtiva com as demais pessoas;
- ii) a educação é um processo interativo-social orientado para a formação de pessoas como seres sociais;
- iii) a educação é um processo marcado pela complexidade, por envolver inúmeras dimensões, demandando ação conjunta e articulada;
- iv) a complexidade educacional demanda organizações escolares bem articuladas mediante ação conjunta e colaborativa;
- v) pessoas atuam de maneira mais feliz e produtiva, e realizam seu potencial, quando o fazem de maneira colaborativa, pela troca e compartilhamento;
- vi) o acolhimento e aproveitamento da pluralidade e diversidade são condições de desenvolvimento pessoal e das organizações;
- vii) uma sociedade democrática se realiza a partir de responsabilidade e práticas de construção conjunta;
- viii) problemas globais e complexos demandam ação conjunta e articulada de pessoas com pluralidade de perspectivas (Luck, 2015, p. 96).

Faz-se necessário preparar o cidadão para que ele diuturnamente sinta que sua vida está integrada em um tecido social para o qual ele contribui com suas opiniões, com suas ações e com sua participação. Por essa razão, tem-se que “[...] hoje a principal falha da escola com relação a sua dimensão social parece ser sua omissão na função de educar para a cidadania” (Paro, 2007, p. 18).

Em apreciação à normativa do Conselho de Gestão de Campus, observam-se muitas competências. Existe possibilidade de agir de forma específica de acordo com a realidade

inerente à comunidade, com suas necessidades peculiares, tornando a gestão mais dinâmica. Atualmente todas as decisões são tomadas pelo diretor geral, conforme o artigo 12 do Regimento Interno do Campus:

A Direção-Geral do Campus Socorro, diretamente subordinada ao Reitor, é o órgão executivo responsável pela gestão do campus, cabendo-lhe a direção, supervisão e o acompanhamento das atividades desenvolvidas nos aspectos técnico- pedagógicos, administrativos, orçamentários, patrimoniais e disciplinar, bem como a articulação com a comunidade escolar (IFS, 2018, p. 6).

Paro (2007) reitera que a integração da escola com a comunidade tem sido objeto de estudo em várias pesquisas, em especial da participação democrática dos representantes nos diversos mecanismos de participação coletiva da escola. Mas, apesar da democratização do ensino e todas as medidas democratizantes, a estrutura da escola permanece idêntica à que existia há mais de um século.

Nesse sentido, o autor, em suas pesquisas a respeito de gestão escolar democrática *in loco*, exprime suas descobertas:

Os vínculos afetivos entre os educadores e os educandos, bem como os pais de alunos são muito significantes para a manutenção da participação dos pais nas reuniões pois motivam os pais, eles sentirão interesse em participar e ajudar a escola quando por exemplo, o professor tem a sensibilidade de conhecer cada aluno a fazer um elogio, a criança levará pra casa e os pais terão um conceito ainda mais positivo da escola e se esforçará para participar...é questão de simpatia e atenção um olhar para o aluno, na sua condição, indistintamente de ser um aluno de classe mais carente ou não (Paro, 2016, p. 216).

Diante do exposto, é perceptível que a escola deve ter uma estrutura social, e não meramente administrativa, pautada na racionalidade, pois o ambiente escolar tem peculiaridades nem sempre previstas pelas determinações oficializadas. Por essa e outras razões já explicitadas, o autor defende que “**o conselho de escola permanece como um instrumento importantíssimo**, se não de realização plena da democracia na escola, pelo menos de explicitação de contradições e de conflitos de interesses entre o Estado e a escola e, internamente a esta, entre os vários grupos que a compõem” (Paro, 2007, p. 2, grifo nosso).

Nesse sentido, ao ouvir a população interessada no ensino, saber-se-á o que ela espera da escola e o que esta pode fazer por aquela. Com o objetivo de refletir sobre a dimensão social da qualidade do ensino, um importante passo é falar sobre democracia com os gestores da escola (Paro, 2016).

Se verdadeiramente a escola quer ser educativa, deve proporcionar nos mecanismos de participação a presença dos representantes, tendo como lógica de que a participação significa para além de um direito no controle democrático nos serviços, simboliza uma necessidade da escola (Paro, 2007).

Ainda sobre o tema, reflete-se que “[...] para a Administração escolar ser verdadeiramente democrática é preciso que todos os que estão direta ou indiretamente envolvidos no processo escolar possam participar das decisões que dizem respeito à organização e funcionamento da escola” (Paro, 1986, p. 160).

A centralização das decisões resulta da certeza de que a concentração de decisões apenas no Diretor (como ocorre tradicionalmente) deve evoluir para formas mais coletivas, a fim de atingir os objetivos traçados (Paro, 1986). Nessa direção está a análise de Luck (2015, p. 79):

A descentralização, é importante destacar, constitui-se em uma das evidências de mudança de paradigma, pela qual se reconhece como legítima, necessária e importante, a consideração e a participação, em acordo com princípios democráticos, daqueles que irão atuar em um programa ou organização, de contribuir com a determinação dos aspectos referentes a essa atuação.

Quando somente o diretor é responsável pelas decisões da escola, há grande possibilidade de haver pressões externas para interferir nas decisões tomadas com relação aos interesses da classe trabalhadora. Em contrapartida, no caso de um grupo de pessoas que tomam as decisões conjuntamente, a revogação fica mais difícil.

Outro ponto positivo é a exterminação da causa que pode vir a ocorrer com relação ao indivíduo que está sozinho no poder tomar decisões por causa própria: “as vantagens de uma Administração Escolar participativa em que as decisões são tomadas pelo grupo, não se referem apenas à democratização interna da escola, mas também ao fortalecimento da unidade escolar externamente” (Paro, 1986, p. 164).

Os conselhos de escola, assim como os demais mecanismos com funções deliberativas, normalmente não questionam o diretor como executivo escolar no Brasil, mas considerando-o a autoridade máxima da instituição de ensino (Paro, 2016).

O autor acrescenta, quanto à obediência à hierarquia por parte da direção:

Disso advém a preocupação do diretor com a composição do conselho de escola, procurando usar sua autoridade para influir na escolha dos representantes, com receio de que este colegiado delibere de forma a contrariar aquilo que ele considera a vontade dos órgãos superiores (Paro, 2016, p. 66).

Nesse viés, as considerações de Paro (1986, p. 144) sobre a importância da participação do aluno no processo decisório:

A própria necessidade de participação ativa do aluno como sujeito do processo só se faz presente porque a educação supõe uma modificação na natureza do seu objeto, por isso que se considera que, se a educação realmente se efetivou, o aluno sai do processo diferente de como ele era quando aí entrou.

Ao ter a participação do aluno na condição de produtor da sua própria educação, ele se configura não apenas como objeto, mas também como sujeito (Paro, 1986). Isso demandaria formas de conscientização e motivação para esse direito e uma forte participação (Paro, 2016). Fica evidente que a implementação de um conselho de gestão de campus dará visibilidade, desde que a escola o tenha como um órgão ativo e que, de fato, envolva os principais receptores dos objetivos finalísticos da escola: a formação de sujeitos na sua integralidade. Assim argumentam Albuquerque, Farias e Ramos (2008, p. 77):

Para a formação de sujeitos éticos, críticos e em plena inserção no mundo do trabalho, envolve os estudos sobre Gestão pedagógica a qual deve funcionar interligada com as áreas de gestão de recursos humanos e gestão administrativa. [...] tal argumentação demanda que esta gestão se ancore em princípios democráticos, discutindo entre todos os que compõem a escola, seus conceitos, princípios e visões acerca de todos os elementos que constituem a prática pedagógica.

Considerando o apresentado até aqui, quando Wittmann e Klippel (2012, p. 120) indagam: "Podemos dizer que a implantação de mecanismos de gestão estão de fato conectados aos propósitos emancipatórios, ou seja comprometidos com a corresponsabilidade na gestão escolar, em nosso país?", estão alertando para a elaboração dos objetivos a serem alcançados com a participação da comunidade escolar, por razão da explicitação dos anseios e das necessidades dos diversos atores.

4.2 Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)

De acordo com a Resolução CS/IFS nº 128, de 15 de fevereiro de 2022, que aprova a revisão do Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, interstício 2020-2024, do IFS, o PDI estabelece a missão, a visão e os valores do Instituto Federal de Sergipe. O PDI é base para a elaboração dos Planos Anuais de Trabalho (PATs) dos campi. O documento é elaborado para um quinquênio “enfim, é uma ferramenta de planejamento estratégico de longo prazo e base para os planejamentos tático-operacionais de curto prazo” (IFS, 2022b, p. 8).

Luck (2015, p. 84) tece importante consideração a respeito da formação dessa identidade institucional:

A compreensão da visão, missão, valores e princípios assumidos pela escola, assim como dos seus objetivos e metas, constitui-se em condição para o estabelecimento da unidade entre as diferentes ações educacionais, de modo a dar o sentido de continuidade entre elas e obter resultados mais amplos e consistentes.

A elaboração do PDI é normatizada pelo Decreto n. 9.235 de 15 de dezembro de 2017, no qual consta que as instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica são equiparadas às universidades federais para efeito de regulação, supervisão e avaliação, nos termos da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008 (Brasil, 2017, art. 15, § 4º).

No artigo 21, do decreto, são destacados alguns elementos para a organização acadêmica do PDI:

[...] VII - organização administrativa da instituição e políticas de gestão, com identificação das formas de **participação** dos professores, tutores e estudantes nos órgãos colegiados responsáveis pela condução dos assuntos acadêmicos, dos procedimentos de autoavaliação institucional e de atendimento aos estudantes, das ações de transparência e divulgação de informações da instituição e das eventuais parcerias e compartilhamento de estruturas com outras instituições, demonstrada a capacidade de atendimento dos cursos a serem ofertados (Brasil, 2017, art. 21, inc. VII, grifo nosso).

De acordo com a Instrução Normativa nº 1/2021/Prodin, de 21 de maio de 2021, (instituída pela Portaria nº 1791, de 6 de agosto de 2021), em seu art. 3º: Compete à Reitoria - através da autoridade máxima e dos dirigentes superiores - a elaboração do planejamento estratégico do IFS, que deverá ser aprovado e monitorado de forma sistemática e contínua pelo Comitê de Governança, Integridade, Riscos e Controles (CGIRC).

A mudança na participação estudantil na elaboração do Planejamento Estratégico Institucional no âmbito dos campi deu-se por razão do Decreto nº 9.759 de 11 de abril de 2019, o qual extinguiu os colegiados. Entretanto, o Decreto nº 11.371 de 1 de janeiro de 2023 revogou o Decreto nº 9.759/2019. Entretanto, a nova Resolução CS/ IFS n.º 206, de 13 de julho de 2023 deixa evidente que além das autoridades máximas e dos dirigentes superiores o PDI do IFS é elaborado com a participação de todos os segmentos da comunidade de todos os campi por meio das comissões.

Nesse direcionamento, Luck (2015, p. 91) reitera algumas razões para a descentralização nas decisões:

A superação da visão burocrática e hierarquizadora das funções e posições, evoluindo para uma ação coordenada e horizontalizada, passa, necessariamente pelo desenvolvimento e aperfeiçoamento da totalidade dos membros do estabelecimento do ensino, na compreensão da complexidade do trabalho educacional e percepção da importância da contribuição individual de todos, em articulação com os demais, para a realização dos objetivos comuns da educação e da organização coletiva (Luck, 2015, p. 91).

Ao tratar dos objetivos da educação escolar, Paro (1986, p. 151) considera que: “a apropriação do saber e o desenvolvimento da consciência crítica, como objetivos de uma educação transformadora, determinam os objetivos da escola”. Ainda segundo o raciocínio de Paro, “[...] a boa escola requer alguma forma de direção coletiva que seja de acordo com seus objetivos democráticos e que favoreçam a realização plena destes” (2016, p. 82).

Os objetivos da administração escolar comprometida com a transformação social, na formação de sujeitos críticos a fim de que eles não passem despercebidos sobre o sistema capitalista dominante na sociedade, deverá estar de acordo com os interesses dessa classe trabalhadora. Objetivos os quais corroboram com a realidade da comunidade educanda. Paro enfatiza, ademais, que a percepção e concretização de tais objetivos não devem ser dissociadas dos interesses de classe, isto é, não devem significar apenas determinações formais a serem seguidas (Paro, 1986).

Com efeito, percebemos a necessidade de a escola dispor de mecanismos que favoreçam a participação de toda a comunidade envolvida para a formação dos objetivos inerentes à necessidade comum. Outrossim, é importante conceber espaços para dirimir tais decisões.

4.3 Plano anual de trabalho (PAT)

O PAT é o documento que formaliza o planejamento anual do IFS. Trata-se do planejamento tático operacional de curto prazo (1 ano) e contempla os planos de ação a partir dos objetivos estratégicos, das iniciativas estratégicas e das metas estabelecidas no PDI (Planejamento de longo prazo, 5 anos.). O PAT é elaborado de forma articulada com as pró-reitorias, diretorias e os campi. Vimos na seção anterior que o PAT é um dos documentos passíveis de serem analisados e de receberem a contribuição dos conselheiros para a sua plena execução; antes disso, faz-se necessário que a elaboração dos planos de ações tenha sido sugerida, consultada ou criada pela comunidade acadêmica por inteiro, inclusive pelos estudantes.

Nesse documento em especial, desde a extinção das comissões pelo Decreto nº 9.759/2019 informado na seção 4.2 não há a participação dos discentes nessa elaboração. Contudo, a instituição preza pelo fazer democrático quando estabelece formalmente em seu propósito uma gestão democrática, e as observações elencadas em um estudo como este têm valor significativo para a melhoria da sua práxis.

Nas investigações aqui trazidas nos deparamos com percepções variadas e até distorcidas em relação ao conceito de Democracia ou Gestão Escolar Democrática. No estudo de Araújo (2021), os entrevistados enxergam a democracia com o sentido voltado mais para o ter direito a voto, aos direitos civis e políticos; isso ocorreu também neste estudo, observando as falas dos participantes presente na categorização “democracia e gestão escolar democrática” (seção 6). A nossa preocupação é justamente ocorrer e/ou manter a reprodução de uma sociedade evidenciado sujeitos que foram formados com a mesma concepção.

4.4 Conselho Superior – órgão máximo do IFS

O Conselho Superior do IFS é um órgão de caráter consultivo e deliberativo. É o órgão máximo do IFS, tem suas competências, atribuições e composição dispostas no Estatuto do IFS, regulamentadas pela Resolução CF/IFS nº 94, de 22 de setembro de 2021. Sua composição consta no artigo 8º:

- I - A autoridade máxima do IFS, como presidente;
- II - 01 (um) servidor docente e 01 (um) suplente, de cada campus do IFS, eleitos por seus pares;
- III - 02 (dois) servidores técnico-administrativos e dois suplentes, do IFS, eleitos por seus pares;
- IV - 01 (um) discente e 01 (um) suplente, do IFS, eleitos por seus pares;
- V - 01 (um) representante dos egressos e um suplente, do IFS, eleitos por seus pares;
- VI - 01 (um) representante e 01 (um) suplente dos Diretores Gerais de campus, do IFS, eleitos por seus pares, representando o Colégio de Dirigentes;
- VII - 01 (um) representante docente e 01 (um) suplente da Universidade Federal de Sergipe, representando a sociedade civil; e
- VIII - 01 (um) representante docente e 01 (um) suplente do Ministério da Educação, designado pela Secretaria de Educação (IFS, 2021, p. 7).

Relevante destacar a seguir as decisões que competem ao Conselho Superior do IFS, conforme é apresentado no artigo 9º da Resolução mencionada, visto que as decisões deliberativas do Conselho de Gestão de Campus terão o seu limite nestas decisões de competência exclusiva do Conselho Superior:

- I - Aprovar as diretrizes para atuação do IFS e zelar pela execução de sua política educacional;
- II - Deflagrar, aprovar as normas e coordenar o processo de consulta à comunidade escolar para escolha da autoridade máxima do IFS e dos Diretores- Gerais dos campi, em consonância com o estabelecido nos art. 12 e 13 da Lei nº 11.892, de 2008, e no Decreto nº 6.986, de 2009;
- III - aprovar os planos de desenvolvimento e de ação institucionais;
- IV - apreciar a proposta orçamentária anual;
- V - aprovar o projeto político-pedagógico, a organização didática, regulamentos internos e normas disciplinares;
- VI - aprovar normas relativas à acreditação e à certificação de competências profissionais, nos termos da legislação vigente;
- VII - autorizar a autoridade máxima do IFS a conferir títulos de mérito acadêmico;
- VIII - apreciar as contas do exercício financeiro e o relatório de gestão anual, emitindo parecer conclusivo sobre a propriedade e regularidade dos registros;
- IX - deliberar sobre taxas, emolumentos e contribuições por prestação de serviços em geral a serem cobrados pelo IFS;
- X - autorizar a criação, alteração curricular e extinção de cursos no âmbito do IFS, bem como o registro de diplomas;
- XI - aprovar a estrutura administrativa e o regimento geral do IFS, observados os parâmetros definidos pelo Governo Federal e legislação específica;
- XII - aprovar a criação e a reformulação dos regimentos internos institucionais (IFS, 2021, p. 8).

Ainda na Resolução CF/IFS nº 94, de 22 de setembro de 2021, que dispõe sobre o Estatuto do IFS, no artigo 35, encontram-se as disposições sobre a comunidade acadêmica, dando uma autonomia que seja necessária para melhor desenvolver suas ações em coletivo junto ao Conselho de Gestão de Campus, a qual constitui-se então a instância recursal máxima no âmbito do Campus:

A comunidade acadêmica do IFS é composta pelos corpos discente, docente e técnico administrativo. Parágrafo Único. Fica assegurado, no âmbito do IFS, o direito de os segmentos integrantes da comunidade acadêmica se organizarem e se mobilizarem na defesa de seus direitos e da educação em geral, nos limites da legislação em vigor (IFS, 2021, p. 15).

Percebe-se que as legislações do IFS abordadas tanto no aspecto administrativo quanto no pedagógico, correlacionam à Educação Profissional em direção à transformação social a partir da participação dos agentes educandos e educadores que fazem a escola (IFS, 2021).

4.5 Projeto Político Pedagógico Institucional (PPPI) do IFS

O PPPI do IFS é um documento incluído no PDI e trata de um projeto de construção social das diretrizes do ensino, dos princípios pedagógicos norteados pela prática da cidadania: “tudo isso perpassa pelo reconhecimento de que o ser humano se constitui um ser social e escola colabora para essa construção” (PDI/IFS, 2023, p. 60).

De acordo com Paro (2016), a democratização da sociedade passa pelo enfrentamento do cumprimento do papel social da escola; esse é um dos principais problemas a serem enfrentados para alcançar o objetivo político da escola pública. Do mesmo modo, o tratamento humano ganha a dimensão de completude.

O ser humano compreendido pelo Instituto Federal de Sergipe é o ser que carece de completude. Dar-se-á essa completude pelo binômio trabalho e educação. Trabalho aqui entendido como toda ação que modifica o mundo e, conseqüentemente, modifica o ser e Educação compreendida como processo de humanização (PDI/IFS, p. 60).

Ao pautar-se em um método pedagógico que tenha o educando como sujeito do aprendizado, a escola pública está atuando como veículo significativo de promoção do saber junto a seus usuários (Paro, 2016). Nesse sentido, o autor ainda expõe que:

[...] na medida em que a prática leva ao aprendizado político, é possível apostar, também, que aquele que tem seus direitos respeitados (pelo menos) dentro da escola, fazendo-se sujeito de relações democráticas na situação de ensino, estará mais predisposto a relacionar-se democraticamente e a defender seus direitos de forma mais convincente na sociedade em geral (Paro, 2016, p. 112).

A educação tende a reproduzir a sociedade. Vale saber qual o modelo está sendo passado para tal. O educador liberta o educando quando assume a criação dos instrumentos de educação com os sujeitos, e não para os sujeitos, de maneira que “o processo educativo em geral visa impor aos educandos um modelo cultural segundo as aspirações e os objetivos da classe que controla a sociedade pela coerção e dominação ideológica (hegemonia)” (Betto, 2018, p. 184).

Nessa educação, conservar-se-ão os interesses (e também os vícios) de classe a partir da qual ela se articula. O povo, no caso, será o elemento passivo fadado a sofrer, mais uma vez, uma ação opressora, manipuladora, direcionista, por mais carregada de intenções libertadoras que seja em seus propósitos e objetivos (Betto, 2018, p. 189).

Quando a liderança e o povo criam juntos a temática para as ações da escola, por exemplo, saber e ação da liderança e do povo contribuem para a desalienação do indivíduo e

despertam sua criticidade (Freire, 2005). Nesse sentido, “é na realidade mediatizadora, na consciência que dela tenhamos, educadores e povo, que iremos buscar o conteúdo programático da educação” (Freire, 2005, p. 101). À vista do que foi colocado, o PPPI do IFS se articula para fornecer o ensino da EPT na mesma direção.

De acordo com Veiga (1998, p. 6), o PPPI é político por estar intimamente ligado aos interesses coletivos da sociedade: “a escola persegue finalidades. É importante ressaltar que os educadores precisam ter clareza das finalidades de sua escola. Para tanto, há necessidade de se refletir sobre a ação educativa que a escola desenvolve com base nas finalidades e nos objetivos que ela define”. Assim, corrobora o IFS: “o modelo de Educação Profissional proposto neste Projeto Político Pedagógico é concebido numa perspectiva de formação humana que busca integrar todas as dimensões da vida no processo educativo” (PDI/IFS, 2023, p. 63).

A identidade dos institutos federais é consolidada pela prática da gestão democrática na construção coletiva:

[...] a Gestão de Ensino, nos Institutos Federais, torna-se um desafio complexo, porém empolgante, visto que a diversidade, quando bem conduzida, consegue agregar experiências e transformar o cenário num ambiente cheio de oportunidades. Este possibilita a Gestão Democrática por meio da participação coletiva do planejamento e no desenvolvimento do Projeto Pedagógico Institucional e das normas internas que dele derivam; o que leva à organização e à consolidação da identidade institucional e, por conseguinte, à qualidade na prestação desse importante serviço público: a educação (Cruz Sobrinho, 2017, p. 110).

O autor reconhece a integração dos currículos escolares dos cursos técnicos como ponto essencial para a formação integral dos alunos por meio da gestão democrática do ensino, em que a não participação dos sujeitos na sua construção implica ineficiência dos seus resultados Cruz Sobrinho (2017).

Na dimensão Gestão Democrática, toda comunidade acadêmica participa das decisões da escola fortalecendo os espaços de cunho participativo, inclusive para a construção do currículo (PDI/IFS, 2023). Isto é, “o saber mais apurado da liderança se refaz no conhecimento empírico que o povo tem, enquanto o deste ganha mais sentido no daquela” (Freire, 2005, p. 210). O IFS, nesse contexto, tem toda a situação favorável para o exercício da gestão participativa legalmente instituída por meio das dimensões anteriormente citadas. A seguir, elencam-se as metas e as estratégias no que se refere à dimensão Gestão Estratégica:

4.1. Estimular a participação de 100% da comunidade acadêmica nos órgãos colegiados e demais instâncias de tomadas de decisões.

4.2. Fortalecer os instrumentos de comunicação e participação social da instituição, possibilitando o acesso de 100% da comunidade acadêmica a esses instrumentos.

4.3. Consolidar os órgãos colegiados de representação estudantil em 100% dos campi da comunidade acadêmica (gestão, docentes, técnicos administrativos e discentes) além de posterior consulta à comunidade.

4.5 Implantar, em 100% dos campi, um sistema de avaliação institucional contínua, por meio da aplicação de questionários e outros instrumentos que possibilitem a gestão de ensino identificar as necessidades, dificuldades e anseios da comunidade acadêmica (PDI/IFS, 2023, p. 97).

Consequentemente, o currículo é o próprio conteúdo instrucional: “[...] é uma construção social do conhecimento, pressupondo a sistematização dos meios para que esta construção se efetive” (Veiga, 1998, p. 8). Fica evidente, mais uma vez, a gestão participativa na qual o IFS é pautado.

Reforça Luck (2015, p. 81), quando se posiciona quanto à participação nas decisões da escola ao implementar o Projeto Pedagógico:

No caso da gestão da escola, corresponde a dar vez e voz e envolver na construção e implementação do seu projeto político-pedagógico a comunidade escolar como um todo: professores, funcionários, alunos, pais e até mesmo a comunidade externa da escola, mediante uma estratégia aberta de diálogo e construção do entendimento de responsabilidade coletiva pela educação.

Quando o conhecimento é pensado verticalmente, não sobra espaço para a voz do aluno, nem para o restante da comunidade escolar. Nesse ponto, “caso o enfoque tome as ideias de Paulo Freire, o espaço escolar será visto como lócus político, onde educador e educando crescem juntos, são sujeitos de um mesmo processo em que a escola é espaço de transformação de mundos internos e externos” (Albuquerque; Farias; Ramos, 2008, p. 84).

Simplesmente, não podemos chegar aos operários, urbanos ou camponeses, estes, de modo geral, imersos num contexto colonial quase umbilicalmente ligados ao mundo da natureza de que se sentem mais partes que transformadores, para, à maneira da concepção ‘bancária’, entregar-lhes ‘conhecimento’ ou impor-lhes um modelo de bom homem, contido no programa cujo conteúdo nós mesmos organizamos (Freire, 2005, p. 97).

Por tal razão, Paro (2016, p. 85) ressalta que “o processo pedagógico só se realiza plenamente se o educando detiver da condição de sujeito”; ademais, “para dar conta do oferecimento da democracia como componente curricular, é preciso que o educador queira ser democrático e seja capaz de agir democraticamente”.

Dessa forma, faz-se necessária a institucionalização dos documentos de participação democrática na organização, entretanto a decisão pela sua implementação e efetivação depende da gestão da instituição, da vontade de gerar transformação social. Desse modo, torna-se imperioso avançar no estudo da gestão participativa para o alcance do ensino da EPT.

5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os procedimentos metodológicos são os meios com os quais verificamos as hipóteses da pesquisa; incluem tanto os tipos de pesquisa quanto as técnicas utilizadas (Gerhardt; Silveira, 2009). Nos tópicos seguintes, apresentam-se as etapas percorridas e os procedimentos adotados para as questões desta pesquisa.

5.1 Abordagem e tipologia da pesquisa

Para a fundamentação teórica da nossa argumentação, foi realizada uma pesquisa bibliográfica de abordagem prioritariamente qualitativa por meio de um estudo de caso, adequando-se também a uma pesquisa de campo por intermédio da qual são obtidas as informações previstas e não previstas no roteiro inicial, via imersão na realidade empírica Minayo (2012).

O que caracteriza a análise qualitativa é o fato de a frequência aparecer em forma de índice (tema, palavra, personagem) (Bardin, 2016). Em alguns momentos, foram utilizados dados quantitativos a fim de coletar fatos concretos estruturados e contribuir nas conclusões do estudo.

5.2 Desenho do estudo e instrumentos de coleta de dados

Quanto à natureza, foi desenvolvida uma pesquisa aplicada, uma vez que será gerado um produto para aplicação em ambiente escolar, de forma prática para solução de um problema (Gerhardt; Silveira, 2009). Nesses termos: “a pesquisa aplicada objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática, dirigidos à solução de problemas específicos. Envolve verdades e interesses locais” (Gerhardt; Silveira, 2009, p. 35).

Quanto à classificação, a pesquisa se caracteriza como: (1) exploratória; e (2) descritiva.

Exploratória, pelo fato de envolver forte interação com o problema, a ponto de revisar e colher muitas informações por meio de bibliografias. Nos apoiaremos no relato de Gerhardt e Silveira (2009, p. 35):

Este tipo de pesquisa tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. A grande maioria dessas pesquisas envolve: (a) levantamento bibliográfico; (b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e (c) análise de exemplos que estimulem a compreensão.

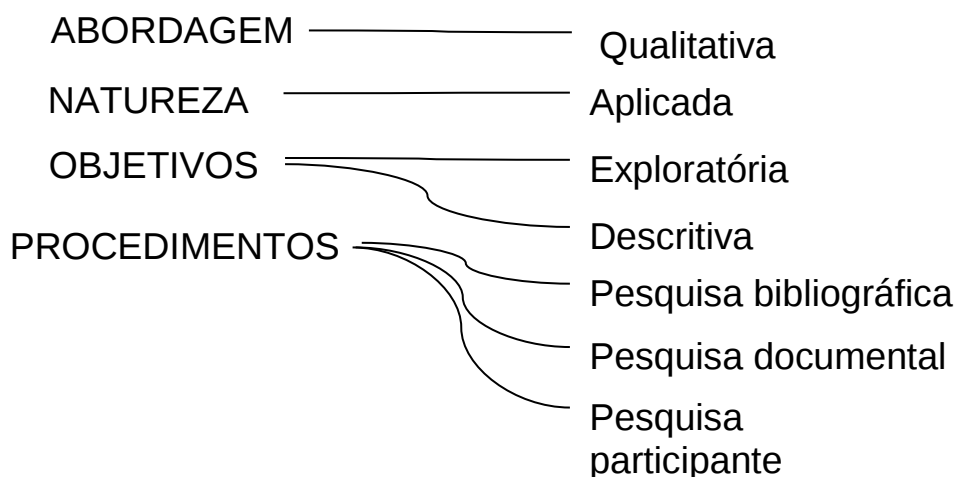
E descritiva na medida em que, durante o processo investigativo, foram analisados diversos documentos. Diante da situação, Gerhardt e Silveira (2009) assinalam que essa técnica se enquadra quando são necessárias várias informações sobre o objeto de pesquisa.

Quanto aos procedimentos técnicos utilizados, por razão da nossa aproximação com os sujeitos, temos a Pesquisa Participante: “Este tipo de pesquisa caracteriza-se pelo envolvimento e identificação do pesquisador com as pessoas investigadas” (Gerhardt; Silveira, 2009, p. 40).

Nos procedimentos de coleta de dados, foram feitas entrevistas estruturadas com perguntas abertas por meio de questionários, a fim de identificar a percepção dos estudantes matriculados no ensino médio integrado do IFS Campus Socorro e dos futuros membros natos do Conselho de Gestão de Campus quanto à Gestão Escolar Democrática, bem como a respeito dos mecanismos de participação estudantil formalmente instituídos pelo IFS.

A figura 1 apresenta a representação visual do desenho do estudo.

Figura 1 - Desenho do estudo



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Para a validação do Produto Educacional (PE), foram aplicados questionários com perguntas fechadas, por meio da escala *Likert*⁴ além de uma pergunta aberta para justificar as respostas negativas. Além disso, foram feitas análises documentais e pesquisas bibliográficas. Gerhardt e Silveira (2009) destacam que a coleta de dados é o conjunto de operações que será aplicado às análises.

Três questões serão respondidas para a coleta dos dados: O que coletar? (pergunta que

⁴ “Nesta escala os respondentes se posicionam de acordo com uma medida de concordância atribuída ao item e, de acordo com esta afirmação, se infere a medida do construto” (Silva Júnior; Costa, 2014, p. 5).

propõe responder quais informações responderiam às hipóteses da pesquisa); Com quem coletar? (pergunta que direciona para a delimitação dos indivíduos, instituições, áreas geográficas etc., a serem pesquisados); e Como coletar? (leva em conta a(s) hipótese(s) de trabalho para definir o método de coleta de dados mais pertinente).

5.3 Etapas para a realização da coleta de dados

Para a coleta dos dados que formalizaram a percepção dos estudantes e dos membros natos do Conselho de Gestão de Campus do IFS Socorro, foram realizadas duas etapas e utilizados os tipos de coletas de dados conforme Quadro 7.

Quadro 7 - Descrição dos tipos de coletas de dados

Instrumento de coleta dos dados	Aplicação do instrumento
Pesquisa documental	Por meio da pesquisa documental, foram identificados os instrumentos e espaços de participação estudantil no IFS. De acordo com Gerhardt e Silveira (2009, p. 69), “a pesquisa documental é aquela realizada a partir de documentos, contemporâneos ou retrospectivos, considerados cientificamente autênticos” para descrever fatos sociais.
Pesquisa bibliográfica	Foi o momento crucial para a fundamentação da nossa pesquisa, por meio das obras dos diversos autores/pesquisadores, inclusive do estado da arte. Para Gerhardt e Silveira (2009, p. 69), a pesquisa bibliográfica “fundamenta-se em fontes bibliográficas; ou seja, os dados são obtidos a partir de fontes escritas, portanto, de uma modalidade específica de documentos, que são obras escritas, impressas em editoras, comercializadas em livrarias e classificadas em bibliotecas”.
Entrevistas	Foram realizadas entrevistas estruturadas por meio de questionários com os estudantes do ensino médio integrado do IFS – Campus Socorro e com os servidores Membros Natos do Conselho de Campus do IFS – Campus Socorro.
Questionários	Instrumentos utilizados para obter a validação do Produto Educacional. Formado a partir de perguntas fechadas.

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Gerhardt e Silveira (2009) reforçam, portanto, que, enquanto a pesquisa documental alicerça-se em registros legítimos, contemporâneos ou não, a fim de detalhar fatos sociais, a pesquisa bibliográfica toma como base a literatura sobre o tema, isto é, o conteúdo sobre ele

catalogado de forma escrita e publicada.

5.4 Análise dos dados

Por se tratar de uma abordagem de cunho prioritariamente qualitativo, utilizaremos a técnica da análise de conteúdo proposta por Bardin (2016) para exame dos dados coletados; trata-se de um conjunto de técnicas para a análise das comunicações, também organizado por meio das seguintes fases: “1) a pré-análise; 2) a exploração do material; 3) o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação” (Bardin, 2016, p. 126).

Na fase da pré-análise (da organização), três missões são trabalhadas: a escolha dos documentos a serem submetidos à análise, a formulação das hipóteses e dos objetivos e a elaboração de indicadores que fundamentam a interpretação final (Bardin, 2016).

Por conseguinte, a exploração do material “compreende a codificação do material, decomposição ou enumeração, em função de regras previamente formuladas” (Bardin, 2016, p. 131)”. Nessa fase, “[...] o analista, tendo à sua disposição resultados significativos e fiéis, pode então propor inferências e adiantar interpretações a propósito dos objetivos previstos - ou que digam respeito a outras descobertas inesperadas” (Bardin, 2016, p. 131).

A investigação, por sua vez, exige a compreensão e a internalização dos termos filosóficos e epistemológicos que fundamentam a investigação. No entender de Minayo (2012, p. 622), “a vivência de cada um sobre o mesmo episódio é única e depende de sua personalidade, de sua biografia e de sua participação na história”; dessa maneira, é notável a relevância do enfoque na análise que cerca a pesquisa qualitativa, considerando o senso comum, que é o “chão” dos estudos qualitativos.

5.5 Considerações éticas na pesquisa

Este estudo está aprovado para o uso das informações envolvendo seres humanos, conforme o Parecer Consubstanciado do Conselho de Ética em Pesquisa (CEP) de nº: 6.303.318 de 15 de setembro de 2023 no Instituto Federal de Sergipe (Apêndice A).

5.6 Sobre o Instituto Federal de Sergipe

A história do IFS iniciou-se pela integração de duas autarquias, o Centro Federal de Educação Tecnológica de Sergipe (CEFET/SE) e a Escola Agrotécnica Federal de São

Cristóvão (EAFSC). O IFS tornou-se, assim, uma instituição multicampi com suas trajetórias da Educação Profissional próprias. Trata-se da expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica que deu início a uma nova perspectiva de uma EPT após a promulgação da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia:

Art. 9º Cada Instituto Federal é organizado em estrutura multicampi, com proposta orçamentária anual identificada para cada campus e a reitoria, exceto no que diz respeito a pessoal, encargos sociais e benefícios aos servidores.

Art. 10 A administração dos Institutos Federais terá como órgãos superiores o Colégio de Dirigentes e o Conselho Superior.

§ 1º As presidências do Colégio de Dirigentes e do Conselho Superior serão exercidas pelo Reitor do Instituto Federal.

§ 2º O Colégio de Dirigentes, de caráter consultivo, será composto pelo Reitor, pelos Pró-Reitores e pelo Diretor-Geral de cada um dos campi que integram o Instituto Federal.

§ 3º O Conselho Superior, de caráter consultivo e deliberativo, será composto por representantes dos docentes, dos estudantes, dos servidores técnico-administrativos, dos egressos da instituição, da sociedade civil, do Ministério da Educação e do Colégio de Dirigentes do Instituto Federal, assegurando-se a representação paritária dos segmentos que compõem a comunidade acadêmica.

[...]

(Brasil, 2008, art. 9º, art. 10, §§ 1º, 2º, 3º).

Na sequência, de acordo com o artigo 13 da Lei n. 11.892/2008, os Diretores Gerais dos Campi serão nomeados pelo(a) Reitor(a). Após consulta à comunidade de cada campus pode haver a recondução com a manifestação de $\frac{1}{3}$ (um terço) do corpo docente, do corpo discente e dos servidores técnico-administrativos respectivamente (Brasil, 2008, art. 13).

O IFS constitui-se em uma autarquia detentora de autonomia patrimonial, financeira e didático-pedagógica. Entre os objetivos dos Institutos Federais, encontram-se no artigo 7º da Lei n. 11.892/2008, as seguintes disposições:

I - ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de **cursos integrados** , para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;

[...]

V - estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional (Brasil, 2008, art. 7º, inc. I, V, grifo nosso).

O IFS está composto atualmente por 10 (dez) campi e a Reitoria: Aracaju, São Cristóvão, Lagarto, Itabaiana, Estância, Glória, Propriá, Tobias Barreto, Socorro e Poço Redondo, conforme apresentado no organograma institucional (Figura 2).

Figura 2 - Estrutura Organizacional do IFS



Fonte: IFS, 2024.

De acordo com Paro (2016), na escola deve haver uma estrutura administrativa capaz de realizar os fins sociais da educação, favorecendo a participação na sua gestão dos diferentes grupos e pessoas que compõem a sociedade. Já Fortuna (2000, p. 19), considera que “o que vai definir o perfil de uma administração se ela é autoritária ou democrática será a qualificação de seus fins e a escolha dos processos utilizados”. Sobre o tema, no que concerne aos sujeitos que compõem as organizações, “[...] não existem estruturas organizacionais em abstrato. Elas se fazem e se apresentam em sujeitos concretos, que neles escrevem parte de suas histórias de vida pessoal, e que, em co-autoria, escrevem também a história da instituição” (Fortuna, 2000, p. 49).

5.7 O IFS - Campus Socorro

O IFS - Campus Socorro está situado na região metropolitana de Aracaju, no município de Nossa Senhora do Socorro (SE), que possui aproximadamente 187.733 habitantes (IBGE, 2021). Está situado na Avenida Professora Jânia Reis Batista, 94, Conjunto Marcos Freire II, CEP 49160-000, e tem como missão promover a educação tecnológica e profissionalizante por meio de ensino, pesquisa, extensão e inovação para a formação integral do cidadão da região de Nossa Senhora do Socorro. O Campus iniciou as atividades com aulas em 2017.2.

Figura 3 - Sede do IFS (Campus Socorro)



Fonte: IFS (2023).

Na tabela 1, consta o quantitativo de alunos matriculados nos devidos cursos e modalidades oferecidos no IFS - Campus Socorro.

Tabela 1 - Quantitativo geral de alunos matriculados no Campus Socorro do IFS

Modalidades	Cursos	Quantidade de alunos matriculados
Modalidade subsequente	Curso técnico de nível médio em Manutenção e Suporte em Informática	117
	Curso técnico de nível médio em Segurança do Trabalho	85
Modalidade concomitante	Curso técnico de nível médio em Manutenção e Suporte em Informática	13
Modalidade integrado	Curso técnico de nível médio em Manutenção e Suporte em Informática	40
	Curso técnico de nível médio em Sistema de Energia Renovável	40
Total de alunos matriculados		295

Fonte: CRE/IFS - Campus Socorro (2023).

A educação profissional técnica de nível médio tem as formas de aplicação do ensino médio em “articulada” e “subsequente”, conforme explicita a Resolução nº 6 de 20 de setembro de 2012, em seu artigo 7º:

I - a articulada, por sua vez, é desenvolvida nas seguintes formas: a) **integrada**, ofertada somente a quem já tenha concluído o Ensino Fundamental, com matrícula única na mesma instituição, de modo a conduzir o estudante à habilitação profissional técnica de nível médio ao mesmo tempo em que conclui a última etapa da Educação Básica; b) **concomitante**, ofertada a quem ingressa no Ensino Médio ou já o esteja cursando, efetuando-se matrículas distintas para cada curso, aproveitando oportunidades educacionais disponíveis, seja em unidades de ensino da mesma instituição ou em distintas instituições de ensino; c) **concomitante na forma**, uma vez que é desenvolvida simultaneamente em distintas instituições educacionais, mas integrada no conteúdo, mediante a ação de convênio ou acordo de intercomplementaridade, para a execução de projeto pedagógico unificado; II - a **subsequente**, desenvolvida em cursos destinados exclusivamente a quem já tenha concluído o Ensino Médio (IFS, 2012, art. 7º, inc. I, II, grifos nossos).

De acordo com Ferreira e Garcia (2012), a forma integrada posta no Decreto n. 5.154/2004, art. 36, § 2º, é destinada ao estudante que já tenha concluído o ensino fundamental e conduzirá o aluno a estar apto a concluir o ensino médio e técnico com uma única matrícula para cada aluno e na mesma instituição de ensino.

A razão pela escolha da unidade deu-se primeiramente pelo fato de a pesquisadora ser servidora no IFS – Socorro e, depois, por se tratar de um Campus que está principiando na modalidade de ensino integrada: um ensino promotor, em sua base, da formação dos sujeitos em todas as suas dimensões (humana, crítica, libertadora, cidadã, etc.).

5.8 Os sujeitos da pesquisa

Propondo atender aos objetivos desta pesquisa, foi utilizada uma amostra intencional para os servidores representantes da Gestão do Campus Socorro e, por conveniência, para a representação das turmas do ensino médio integrado do Campus Socorro, assim distribuídos: 21 estudantes do ensino médio integrado do Campus Socorro (voluntários), totalizando 21 representantes (seleção por conveniência); 4 servidores (futuros membros natos do Conselho de Gestão de Campus instituídos pela Resolução CS/IFS nº 171, de 20 de dezembro de 2022, a saber, o diretor geral do campus, o gerente de ensino, o gerente de administração e o coordenador de pesquisa e extensão, totalizando 4 representantes (seleção intencional).

De acordo com Freitag (2018), em uma amostra por conveniência, o pesquisador de

campo seleciona falantes da população em estudo que se mostrem mais acessíveis, colaborativos ou disponíveis para participar do processo. Já na seleção por amostra intencional “pesquisador escolhe intencionalmente os indivíduos a serem estudados de forma não aleatória” (Kruger, 2023, p. 107).

O Campus Socorro iniciou a prática da modalidade de ensino médio integrado no ano de 2023, nesse sentido, devido ao tempo de vivência escolar dos estudantes do ensino médio integrado no IFS em relação ao período deste estudo, somado à quantidade da amostra temporal dos mesmos e uma reduzida participação nas instâncias promovidas pela unidade, pode-se obter informações que destoam da realidade por razão de sua experiência prévia e do quantitativo populacional e amostral.

Entretanto, no estudo de Xavier (2019), quando discutido o tempo que o estudante está na unidade de ensino versus seu conhecimento em relação aos mecanismos de participação estudantil, ficou evidenciado que a assertiva acima não corresponde à realidade dos entrevistados: “houve relatos do desconhecimento dos canais de participação tanto dos alunos do primeiro ano quanto do último ano” (Xavier, 2019, p. 96). Dessa forma, o tempo de instituição não é parâmetro para a participação ativa do estudante nas instâncias promovidas.

Ademais, o resultado deste estudo revelou o interesse e a necessidade de conhecimento por parte dos estudantes e servidores sobre a Gestão Democrática e as instâncias de participação estudantil no IFS, em especial o Conselho de Gestão de Campus, informações estas imprescindíveis para a formação crítica e cidadã, bem como para o despertar e o engajamento dos membros, evidenciado por meio do crédito demonstrado ao Produto Educacional, fruto das análises dos dados obtidos.

Importante ressaltar que a modalidade integrada tem prevalência na instituição, conforme descrito no artigo 7º, inciso I, da Lei n. 11.892 de 2008. Por essa razão, o público-alvo da pesquisa serão os estudantes dos cursos técnicos integrados. Com o objetivo de preservar a identidade dos sujeitos pesquisados, além de facilitar a manipulação dos dados quando das análises, foram utilizadas neste estudo as letras E (estudante) e M (membros) representando os estudantes e os membros natos do Conselho de Gestão de Campus, para as descrições das respostas fornecidas.

6 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Apresentamos os resultados das entrevistas estruturadas a fim de identificar a percepção dos estudantes e dos futuros membros natos do Conselho de Gestão de Campus quanto à Gestão Escolar Democrática e aos mecanismos de participação estudantil formalmente instituídos pelo IFS. A partir do referencial teórico e da análise temática advinda dos trechos obtidos, foram definidas 3 categorias temáticas para a análise dos dados, destacadas na Figura 4.

De acordo com Bardin (2016, p. 147), “a maioria dos procedimentos de análise organiza-se, no entanto, em redor de um processo de categorização”. A categoria temática ocorre quando as unidades de registros temáticos ficam agrupadas no tema relacionado/discutido.

Figura 4 - Categorias de análise dos dados



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

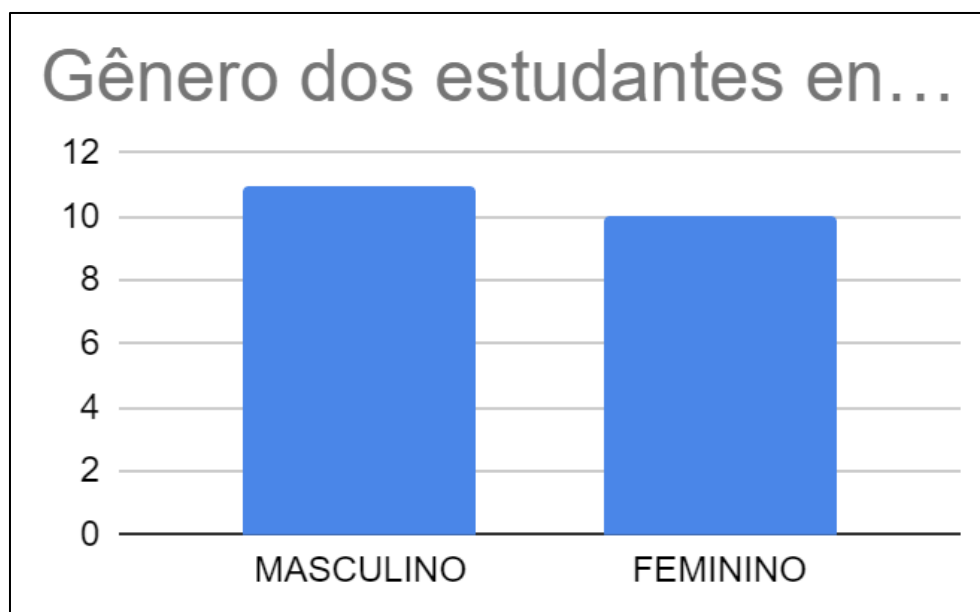
A categorização “democracia e gestão escolar democrática” foi abordada nas questões 1 e 2 da entrevista com os estudantes; e apenas na questão 1 da entrevista com os servidores. Quanto à categoria “mecanismos existentes e a participação estudantil”, foi tratada nas questões 4, 5, 6, 7, 8 e 9. Essas questões envolvem sobremaneira o tema pesquisado, daí a abordagem em maior número.

Além disso, as questões envolvendo as demais categorizações (mecanismos de participação estudantil e Educação Profissional e Tecnológica) podem divergir nas entrevistas entre os entrevistados apesar de tratarem de assuntos totalmente afins. As questões das

entrevistas estão contempladas nos apêndices F e G.

6.1 Colaboradores da pesquisa

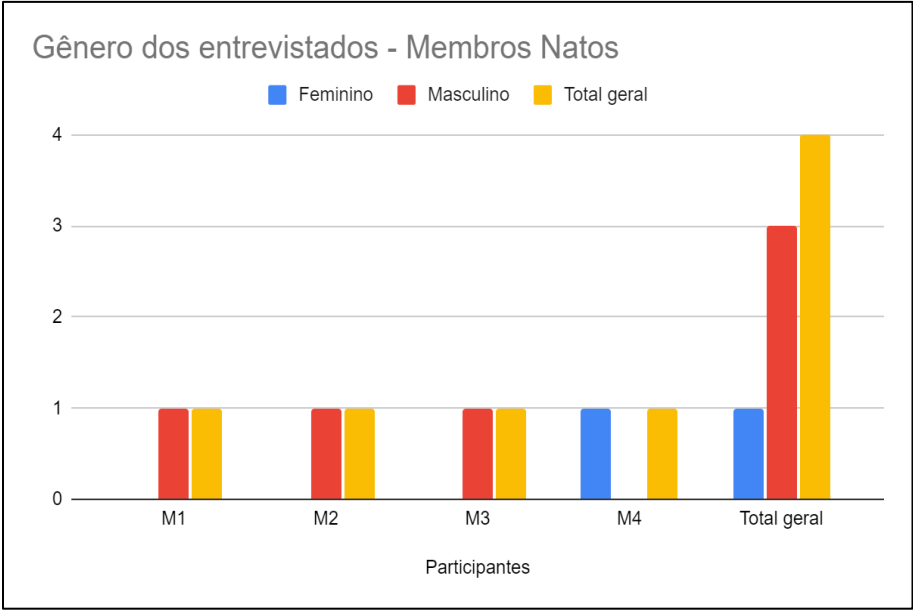
Gráfico 1 - Gênero dos participantes da pesquisa (estudantes)



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

O gráfico 1 demonstra o sexo dos participantes (estudantes) da entrevista estruturada e o ano em que entraram no IFS, a saber: 11 estudantes do gênero masculino e 10 estudantes do gênero feminino, totalizando 21 estudantes. Os estudantes iniciaram a vivência escolar no IFS – Campus Socorro, no ano de 2023.

Gráfico 2 – Membros natos do conselho de Campus do IFS Campus Socorro (por gênero)



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Os membros natos participantes da entrevista estruturada são 3 servidores do gênero masculino e 1 servidora do gênero feminino, totalizando 4 servidores; as idades, o tempo de serviço no Campus e o cargo segue conforme o Quadro 8.

Quadro 8 - Servidores participantes da pesquisa: membros natos do Conselho de Campus do IFS - Socorro

GÊNERO	IDADE	TEMPO DE SERVIÇO NO IFS	CARGO QUE OCUPA NO IFS-SOCORRO
Masculino	32 anos	09 anos	Coordenador de pesquisa e extensão
Masculino	49 anos	09 anos	Gerente de Administração
Masculino	59 anos	25 anos	Diretor Geral
Feminino	41	12 anos	Gerente de Ensino

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

6.2 Análise das entrevistas por categoria temática

6.2.1 Análise temática da categoria “democracia e gestão escolar democrática”: estudantes

A análise das perguntas relacionadas ao tema “democracia e gestão escolar democrática” trouxe a percepção dos estudantes do ensino médio integrado do Campus Socorro, bem como dos servidores, futuros membros natos do Conselho de Campus sobre o assunto.

A legislação brasileira traz essa temática como premissa de uma educação capaz de

tornar o sujeito crítico e emancipado, por ser participante ativo dentro do processo de ensino. Como forma de preservar a identidade dos entrevistados, consideramos utilizar letras e números, a saber: para os estudantes, usamos a letra E1; E2, e assim por diante. Quanto aos servidores natos, é seguida lógica similar (M1; M2...).

Primeiramente, iremos discutir a percepção dos estudantes sobre os assuntos propostos.

Quando se questiona sobre o que os estudantes entendem sobre democracia, percebe-se (como transcrito nas frases a seguir) que eles entendem como um sistema de governo em que todos participam e tomam decisões, além da compreensão de que se trata de um direito de votar. Vejamos:

É um sistema de governo que todos têm direitos em questão de escolha na sociedade (E1).
 Sistema no qual todos podem votar ou decidir por alguma coisa (E5).
 É o exercício do poder político por parte do povo (E20).
 Método político que dá o direito de voz aos cidadãos para tomar decisões que antes seriam tomadas apenas pelo líder (E18).
 Regime de governo cuja origem do poder vem do povo (E21).
 Uma forma das pessoas entrarem em consenso sobre alguma ideia de ajuda a todos (E4).
 São direitos políticos que as pessoas participam igualmente (E17).
 Quando todos os participantes têm direito de votar igualmente (E16).
 Tomar decisões importantes em conjunto, com várias pessoas, incluindo todos (E13).
 Seria um direito de poder votar (E10).
 Uma forma das pessoas entrarem em consenso sobre alguma ideia de ajuda a todos (E4).
 Junta[r], pegar a ideia de todos, votar para ver qual a que prevalece (E8).

Pelas falas dos estudantes, conclui-se que eles entendem a democracia numa dinâmica de alusão ao poder público, ao voto, mas também deixam notável um viés social, quando expressam a participação de todos, ou seja, de igualdade nos direitos.

De modo semelhante procederam os estudantes no trabalho de Araújo (2021), quando a maioria mencionou os direitos civis ou políticos para conceituar democracia: “Em vários momentos ao longo da análise do questionário, percebemos que os discentes clamam por maior participação (querem ter voz, como eles costumam dizer) (Araújo, 2021, p. 77).

Diante do exposto, é reafirmado que os estudantes podem desenvolver concepções simplificadas ou distorcidas, não havendo um consenso sobre o que significa viver em uma sociedade democrática, voltada para a vivência social da comunidade em que estão inseridos. Por essa razão, Silva (2021, p. 49) pontua:

Realizar uma gestão democrática não se limita à prática participativa e à descentralização do poder, mas também a uma radicalização da democracia como estratégia de superação do autoritarismo, do patrimonialismo, do individualismo e das desigualdades sociais, pois essas são produzidas (também) por desigualdades educacionais.

Portanto, ao cultivar uma cultura democrática precisa nas escolas, está se investindo no futuro dos educandos, a fim de que eles tenham a oportunidade de realizar seu pleno potencial como cidadãos informados e engajados.

Quando indagados sobre a visão que eles têm acerca de gestão escolar democrática, foi consenso que o assunto aborda gestão, planejamento, decisão e a participação de todos os envolvidos na escola, como demonstram as falas a seguir:

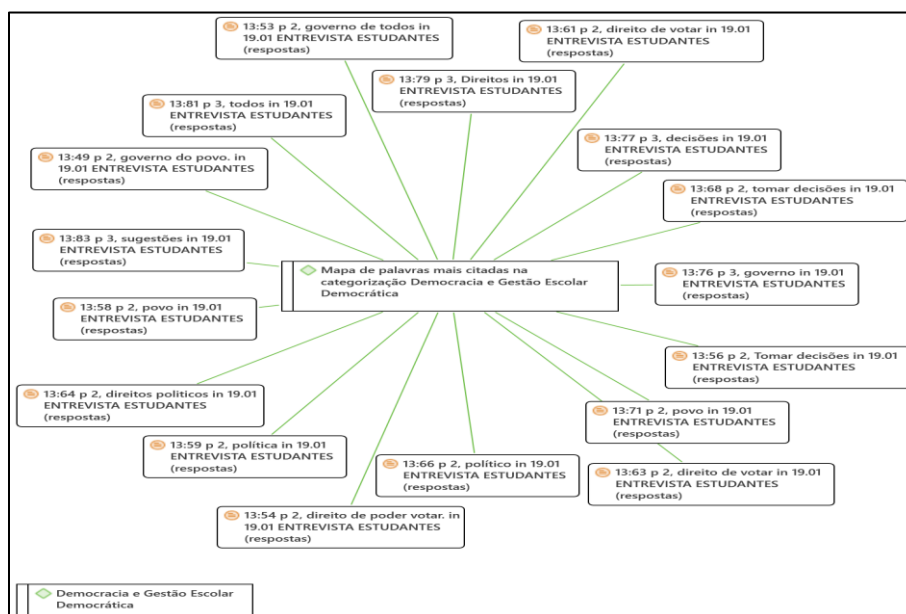
É uma gestão de planejamento e escolha na escola (E1).
Os alunos podem sugerir ideias, reclamações, críticas e melhorias para a escola (E6).
Pessoas que tomam decisões importantes sobre os alunos e a escola (E7).
Todos os alunos, professores e trabalhadores do colégio participam das decisões proporcionadas (E8).
Uma gestão em que todos participam (E17).
O direito dos alunos a tomar decisões que antes seriam tomadas apenas pelo gestor (E18).
É o modelo de organização no qual se prioriza a participação do coletivo (E20).

É possível inferir, por meio das falas acima, que a percepção é de que o diretor deve ter uma equipe para ajudá-lo na tomada de decisão, incluindo “alunos”, “professores”, “trabalhadores”, “todos”, o “coletivo”; ou seja, os gestores não tomam decisões sozinhos. O Conselho de Gestão de Campus do IFS tem por finalidade “contribuir com opiniões e sugestões para a administração do Campus” (IFS, 2022a).

O conceito de democracia, quando questionado aos frequentadores da escola em geral, está atrelado à política, às eleições e a representações políticas em vez de vinculado aos mecanismos de representatividade social dentro da escola, a exemplo de “conselho de escola, associação de pais e mestres, grêmio estudantil” (Paro, 2007, p. 73).

As respostas dos estudantes evidenciam que eles ficaram atentos no momento da apresentação feita pela pesquisadora sobre o órgão “conselho de campus”, quando da realização da entrevista, pelo fato de a participação da comunidade escolar estar claramente inserida nas falas citadas com relação às finalidades do Conselho de Campus, instância máxima de decisões do Campus.

Democrática pelos estudantes



Fonte: Elaborado pela autora, a partir do software Atlas.ti⁵ (2024).

6.2.2 Análise temática da categoria “democracia e gestão escolar democrática”: servidores

Na análise quanto à percepção dos servidores entrevistados (futuros membros natos do Conselho de Gestão de Campus sobre Gestão Escolar Democrática), ficou evidente a concepção de uma gestão em que todos que formam a comunidade escolar, participam com direitos iguais, conforme os trechos reproduzidos abaixo.

Basicamente, um modelo de gerência escolar em que gestores, técnicos, professores, funcionários terceirizados, alunos e comunidade externa tenham direitos e deveres proporcionais à construção de propostas educativas (M1). Onde há a participação de todos (M2).

É a gestão compartilhada por todos/todas que formam a comunidade escolar (M3).

Entendo que é a participação ativa da comunidade escolar (servidores, família, estudantes) como um todo, de forma a garantir qualidade para todos os alunos. Neste processo de gestão se discute[m] ações para implementação dos projetos pedagógicos das escolas e também ações administrativas acerca dos recursos da escola (M4).

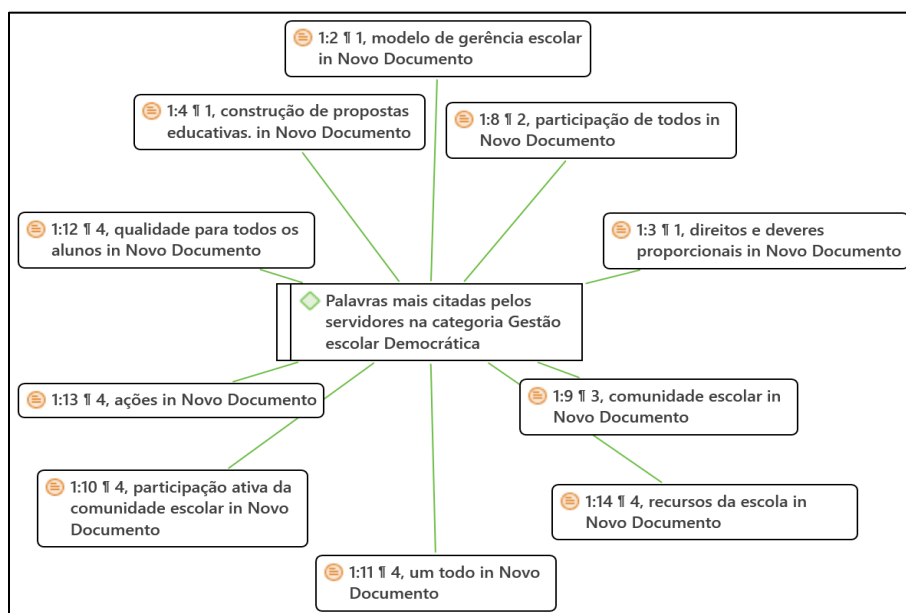
Os discursos acima mencionados, dos gestores, revelam a gestão participativa descrita por Paro (2016), quando este defende que a escola desempenha um papel de transformação se estiver junto com os interessados para favorecer as demandas em comum, com o intuito de

⁵ Atlas.ti é um utilitário utilizado para auxiliar na análise qualitativa de dados. Na codificação acima foi utilizada a fase de teste gratuita do software. Disponível em: https://atlasti.com/free-trial-version?_gl=1*bt7g*_up*MQ..&gclid=CjwKCAiAuYuvBhApEiwAzq_YiQTVSATZDNggGcdtKgyNCHZa0eWOa4cCs4fQ71bQjyxFQqCAG5l1RoCKxwQAvD_BwE. Acesso em: 24 jan. 2024.

auxiliar no progresso desses sujeitos.

Seguramente, as normativas de gestão participativa do IFS revelam o fazer educacional por meio da participação de toda a comunidade acadêmica nas tomadas de decisões e consequentemente o fortalecimento das instâncias (PDI/IFS, 2023). Contudo, de acordo Fortuna (2000), não basta ter regulamentada a gestão democrática: o requisito mais importante é a vivência cotidiana com a participação efetiva de todos.

Figura 6 - Mapa das palavras/códigos mais citados pelos servidores entrevistados quanto à categoria “democracia e gestão escolar democrática”

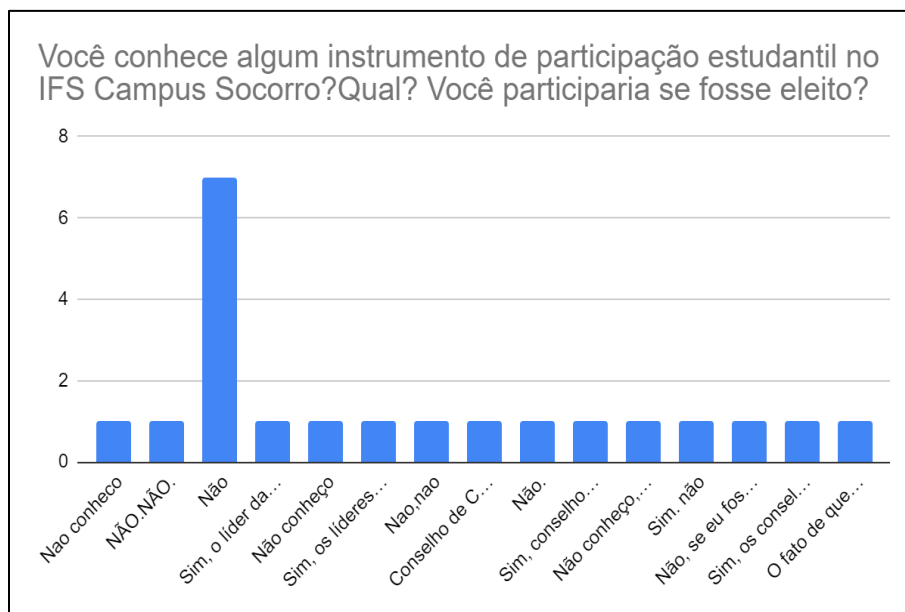


Fonte: Elaborado pela autora a partir do software Atlas.ti.

6.3.3 Análise temática da categoria “mecanismos existentes e a participação estudantil”: estudantes

A segunda categorização tratou de analisar a percepção dos estudantes sobre os mecanismos existentes e a participação estudantil no IFS.

Gráfico 3 - Assertiva sobre o conhecimento dos estudantes quanto aos mecanismos de participação estudantil no IFS



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Buscou-se compreender se o estudante conhecia algum instrumento de participação estudantil no IFS Campus Socorro, qual seria e se ele participaria se fosse eleito. A maioria dos estudantes (66,67%) disseram que não conhecem nenhum órgão; a minoria (28,57%) disse que conhece o órgão Conselho de Classe (dentre esse percentual, alguns intitularam “líder de classe” e “conselheiro de classe”, quando supostamente se referiam ao Conselho de Classe).

As respostas ficaram assim distribuídas:

- 10 estudantes disseram apenas “não conheço”;
- 02 estudantes disseram que não conhecem e não participariam;
- 02 estudantes disseram que não conhecem e participariam;
- 02 estudantes disseram que conhecem e participariam;
- 03 estudantes disseram que conhecem e não participariam;
- 02 estudantes disseram que conhecem e provavelmente participariam;
- 01 estudante não respondeu.

Segundo as falas dos estudantes, não há o conhecimento devido sobre os órgãos de representatividade estudantil; e a formação integral passa pela participação democrática do estudante nos órgãos consultivos e deliberativos. Xavier (2019) aponta que não se pode exigir que os estudantes de nível médio estejam dispostos a participar nos mecanismos escolares a eles desconhecidos.

Araújo (2021) enfatiza que os estudantes preferem ser representados por outros colegas, por se considerarem incapazes e devido ao trabalho exigido durante a ocupação desses cargos. Diante do elevado percentual de desinteresse da participação estudantil nos órgãos de decisão

(e a fim de diminuir essa lacuna), é importante criar meios de cultura e disseminação das informações sobre democracia e mecanismos de participação estudantil.

Quando questionados sobre o conhecimento a respeito da função de um Conselho de Campus, ficou claro que: se trata de um órgão de decisões; deve envolver toda a comunidade escolar, no sentido de um órgão que administra as ações do Campus; deve ter a participação do aluno – porém a voz do aluno tende a ser negligenciada, conforme se extrai das falas abaixo.

Que é um jeito de escutar os alunos que às vezes não acaba funcionando, nunca participei de nenhum (E8).

Conselho de gestão seria onde representantes de várias áreas do campus [estariam] em reuniões para sugestões e decisões (E13).

Quem conduz a gestão administrativa, patrimonial e financeira do campus (E15).

A gestão ela [sic] conduz a administração, patrimonial e financeira [d]a escola (E16).

Uma reunião de professores e alunos para decidir qual decisão tomar, com o auxílio dos representantes de turma (E18).

Nas falas descritas acima, fica patente que os estudantes entenderam as funções do Conselho de Campus apresentadas pela pesquisadora durante a aplicação da entrevista, por mais incipientes que sejam as respostas (“reunião de professores e alunos para decidir qual decisão tomar, com o auxílio dos representantes de turma”; “conduz a administração, patrimonial e financeira [d]a escola”).

Essa situação reforça o entendimento de Paro (2016, p. 24), ao explicitar que “a democracia só se efetiva por atos e relações que se dão no nível da realidade concreta”. Permanecendo, dessa forma, uma administração escolar apenas no nível das intenções e, por mais penoso que seja o processo de pô-la em prática, é necessário, mesmo em seus processos mais elementares (Paro, 1986).

Freire (2005) defende que se os sujeitos vivem a libertação tornam-se reprodutores dessa ação; vivem sem oprimir, sem ocupar o lugar de opressor para com os outros e se tornam engajados na mudança. Sem a prática, “é impossível a superação da contradição opressor-oprimidos” (Freire, 2005, p. 42).

Ao promover uma cultura de informações junto aos estudantes, a escola estará demonstrando atenção e respeito aos direitos inerentes a eles, além de gerar uma cultura de participação consciente nas decisões da escola.

Quando questionados se poderiam contribuir com sugestões para as deliberações da escola, notou-se disponibilidade:

Sim, porque já que as decisões seria o melhor para quem estuda no Campus, então os estudantes devem estar cientes das decisões (E10).

Sim para ajudar a entender mais sobre o assunto (E12).

Sim. Pois todos podem ajudar, escutando, dando opiniões (E13).

Sim. Pois eu sou uma das pessoas que utilizam o Instituto Federal (E19).

Sim, totalmente. Porque as decisões tomadas seriam mais agradáveis aos alunos, isso seria mais justo (E18).

Sim, pois quanto mais pessoas derem sugestões melhor a escola é organizada (E4).

Sim, pois, como estudante, minha opinião pode promover a melhoria do ensino e do campus (E5).

Não, acho que eu não ia fazer diferença (E6).

Não, porque não tenho ideias (E11).

A maioria dos estudantes entrevistados consideram poder contribuir com sugestões para as decisões da escola. Paro (1986) afirma que a formação de sujeitos críticos, com nova visão de mundo, não necessariamente passa pelos processos de ensino aprendizagem, mas deve envolver todos os setores da escola, principalmente nas atividades administrativas, na medida em que isso deixa os estudantes com a consciência mais elaborada e crítica.

Na mesma assertiva foi questionado se o entrevistado, na escola que estudou antes de vir ao IFS, teve conhecimento sobre algum órgão que promovesse a participação do estudante. 17 estudantes (80,95%) disseram que nunca participaram de algum órgão que promovesse a participação estudantil.

Um dos pressupostos para consolidação da Meta 19 do PNE 2014 é justamente estimular a constituição e o fortalecimento de mecanismos de participação por meio de suas representações.

Faz-se necessário, dessa maneira, que a escola envolva os estudantes no processo por meio de vários canais e formatos, bem como é preciso que suas contribuições possam ser valorizadas. Além disso, é indispensável a existência de uma política de apoio e incremento de recursos, formalização de espaços para garantir que eles estejam preparados e capacitados para essas funções.

Na assertiva seguinte, os estudantes demonstraram também, após a explicação sobre a função do Conselho de Campus pela pesquisadora, que quem deve participar do Conselho de Campus são todos, por meio do Diretor, coordenadores, professores, estudantes, porque é importante ouvir a opinião de todos, conforme as falas abaixo.

Além da direção, os alunos devem ter voz e expressar suas opiniões (E7).

Os representantes de todas as áreas (E13).

Os alunos porque devemos ter voz no ambiente que habitamos. E muitos alunos têm ideias ótimas, porém não são ouvidos (E14).

Todos. Porque as opiniões de todos são válidas (E16).

Os gestores e os alunos. Para que todos possam opinar sobre determinado assunto e que assim possamos ouvir todas as opiniões e críticas (E18).
Diretor, coordenadores, professores, estudantes. Pois todos fazem parte do ensino de alguma maneira (E19).

No IFS toda a comunidade acadêmica participa das decisões da escola, fortalecendo os espaços de cunho participativo, inclusive para a construção do currículo (PDI/IFS, 2023), corroborando com o que pontua Freire (2005, p. 210): “O saber mais apurado da liderança se refaz no conhecimento empírico que o povo tem, enquanto o deste ganha mais sentido no daquela”. Nesse sentido, o IFS tem toda a situação para o exercício da gestão participativa legalmente instituída, como demonstrado no PPPI, no que se refere à dimensão Gestão Estratégica:

- 4.1. Estimular a participação de 100% da comunidade acadêmica nos órgãos colegiados e demais instâncias de tomadas de decisões.
- 4.2. Fortalecer os instrumentos de comunicação e participação social da instituição, possibilitando o acesso de 100% da comunidade acadêmica a esses instrumentos.
- 4.3. Consolidar os órgãos colegiados de representação estudantil em 100% dos campi da comunidade acadêmica (gestão, docentes, técnicos administrativos e discentes) além de posterior consulta à comunidade.
- 4.5 Implantar, em 100% dos campi, um sistema de avaliação institucional contínua, por meio da aplicação de questionários e outros instrumentos que possibilitem a gestão de ensino identificar as necessidades, dificuldades e anseios da comunidade acadêmica (PDI/IFS, 2023, p. 97).

Dessa forma, as respostas acima corroboram com a importância da comunicação e do conhecimento para a formação de um sujeito crítico. Pela fala dos estudantes, que ainda não tiveram a experiência com algum Conselho de Campus, uma apresentação, ainda que sucinta, sobre o mecanismo já desperta o entendimento e o interesse deles pelo assunto.

Quando questionados sobre o que pode ser feito para estimular a participação estudantil nos espaços de gestão escolar, os educandos citaram que deveria ser mais propagado e que pouco conhecem sobre o assunto, portanto que se deve falar sobre isso de uma maneira dinâmica. Vejamos:

- Dinâmicas com os alunos (E2).
- Ser mais propagado porque pouco se fala sobre isso (E3).
- Abrir mais espaços para isso (E4).
- Dinâmicas que tenham como objetivo auxiliar no estímulo ou até rodas de conversa (E18).
- O incentivo das opiniões dos alunos. Sim (E19).
- Brincadeiras, Grupos, organizações jovens (E14).
- Abrir mais espaços para isso (E4).

Mais informações sobre (E14).
Cartazes sobre o assunto (E20; E14; E17).

As falas dos estudantes são claras (“ser mais propagado”; realizar “dinâmicas”; “abrir mais espaços”) quanto à necessidade de um canal para disseminar as informações; dessa forma, a plataforma desenvolvida (apêndice A) para mitigar a lacuna existente no IFS - Campus Socorro, por meio do produto educacional deste mestrado, é condizente com as necessidades no que diz respeito às dinâmicas, à interatividade e à diversidade de temas relacionados ao assunto em um só lugar.

6.3.4 Análise da categorização “mecanismos existentes e a participação estudantil”: servidores membros natos

Nas falas dos servidores sobre os mecanismos de participação estudantil, quando os participantes foram questionados se e por que consideram importante a participação dos estudantes nos espaços de participação democráticos da escola, todos concordaram e justificaram da seguinte forma:

Sim. A participação dos estudantes na gestão escolar é imprescindível para a construção de uma educação democrática e cidadã (M1).
Sim. para que eles mostrem as suas ideias (M2).
Sim. Os estudantes precisam entender e opinar nas decisões a serem geridas no âmbito escolar (M3).
Sim. A participação dos estudantes na gestão escolar é imprescindível para a construção de uma educação democrática e cidadã (M4).

Os servidores entrevistados são contundentes quanto ao envolvimento estudantil nas decisões da escola; tal concepção é salutar, visto que eles participam em sua maioria da gestão escolar. Entretanto, Paro (2012, p. 216) orienta que “a Administração Escolar em bases democráticas não deve permanecer apenas no plano das intenções, reiterada permanentemente com um ideal a ser atingido, e nunca colocada em prática, nem mesmo em seus aspectos mais elementares”.

Gadotti (2004) reforça que o itinerário educativo deve ser construído levando em consideração a identidade, a cultura, os hábitos, a origem social e econômica do aluno para assim estar em sintonia com a comunidade.

Logo, a escola tem o papel de garantir o aprendizado dos conhecimentos produzidos pela humanidade e, simultaneamente, proporcionar a formação de um cidadão crítico, tolerante

com as diferenças e inquieto com as desigualdades (Paro, 2007).

Nessa esteira, Paro (2016) afirma que uma série de medidas de democratização têm sido implementadas nas últimas décadas no Brasil, a exemplo da criação de mecanismos coletivos de participação, como os conselhos de escola, os auxiliares conselhos de classe, associação de pais mestres e os grêmios estudantis etc. Todavia, até agora, essas medidas ainda não conseguiram alterar as bases da escola pública, que perduram há mais de um século.

A escola cumprirá o seu papel de transformação social a partir de um ensino democrático e participativo, não ficando apenas no plano das intenções ou no campo formal, sem a verdadeira atuação dos sujeitos que formam a comunidade escolar, notadamente para quem o ensino é planejado.

Quando questionados de que forma a escola orienta e estimula a participação dos estudantes nos espaços de participação estudantil, conclui-se, pelas falas, que não existe um meio de divulgação específico para tal.

Os servidores da gerência de ensino, presencialmente ou através de canais informativos online, são meios através dos quais o Campus tenta manter esse tipo de comunicação (M1).

Oportunizamos reuniões com os estudantes bimestralmente nos conselhos de classes e preenchimento de questionários de acompanhamento pedagógico e administrativo (M4).

As respostas dos servidores quando inferem que há divulgação *online* e via gerência de ensino contrapõem o entendimento dos estudantes, os quais respondem que desconhecem os órgãos existentes na unidade e os mecanismos que deveriam ser propagados, sugerindo, inclusive, as formas para que isso aconteça.

O Conselho de Classe, entretanto, é o órgão citado por M2 cujas reuniões são realizadas bimestralmente. O documento de referência do conselho de classe⁶ desenvolvido no IFS, pelos pedagogos da instituição, é definido como “um espaço escolar de avaliação do processo de ensino aprendizagem de natureza consultiva, diagnóstica e deliberativa” (IFS/2024).

Conforme vimos no estudo de Sena Neto (2018) sobre a participação dos diversos atores da escola com relação ao ensino e à aprendizagem realizados nos Conselhos de Classe do IFRN/Caicó, posta aos docentes a questão acerca dos assuntos mais discutidos no órgão, obtiveram-se as seguintes respostas: “dificuldade de aprendizagem dos alunos; relação aluno-professor em sala de aula; relação aluno-escola; comportamento do aluno na sala de aula ou

⁶ DOCUMENTO REFERÊNCIA DO CONSELHO DE CLASSE/IFS. Disponível em: https://www.ifs.edu.br/images/arquivos/Proen/Documentos_Internos/DOCUMENTO_REFER%C3%8ANCIA_CONSELHO_DE_CLASSE_COM_ANEXOS.pdf.

outros” (Sena Neto, 2018, p. 101).

Nota-se que a prioridade do Conselho de Classe não são os assuntos ligados às decisões (financeiras, administrativas, de ensino, pesquisa, extensão), diferentemente de como é proposto para o Conselho de Campus, este sendo o órgão máximo local.

Quando questionados se já tinham ouvido falar no órgão Conselho de Gestão de Campus e se conhecem o normativo do órgão, não houve um consenso nas respostas, como descrito nas frases abaixo:

Sim, mas não conheço a fundo (M1).

Não (M2).

Sim (M3).

Já ouvi falar sobre, mas ainda não conheço o regulamento. E ainda não [foi] implementado no Campus (M4).

Diante do exposto e das falas dos entrevistados, é evidenciado que a falta de comunicação mais efetiva na comunidade escolar para criação e implementação dos mecanismos de participação da instituição impede que a comunidade tenha uma compreensão completa das informações, além não haver sentimento de inclusão no processo, como relata Cruz Sobrinho (2017, p. 118):

Nenhum processo ou procedimento, por melhor que fosse, do ponto de vista técnico e teórico, seria eficiente sem que os sujeitos, que dele participassem, direta ou indiretamente, pudessem nele se identificar ou, ao menos, segui-lo, sem saber, nem que seja minimamente, parte de sua natureza ou se ele derivou de um amplo e democrático processo participativo em nível institucional.

É fato, entretanto, que o Conselho de Campus ainda não foi implementado na unidade (conforme anteriormente abordado e em consonância com o que argumenta M4). Contudo, esses questionamentos fazem com que o documento não fique totalmente alheio à mente desses servidores e contribuam para seu envolvimento na implementação do órgão.

Quando perguntados se conhecem o Projeto Político Pedagógico do IFS e qual a sua finalidade, a maioria dos servidores conhecem ou já ouviram falar, conforme as falas abaixo:

Sim. Serve para guiar as ações pedagógicas do IFS (M1).

Não conheço a fundo, mas acho que a finalidade dele é trabalhar o tripé do ebt: ensino, pesquisa e extensão (M2).

Sim, é o documento norteador das ações educativas, levando-se em consideração a cultura local (M3).

Sim. O PPP do IFS está inserido no PDI. O PPP trata dos princípios pedagógicos e das práticas educativas. Traz metas e define estratégias e tomadas de decisões para a oferta de cursos, pesquisas, extensão e inovação (M4).

Guiar as ações pedagógicas foi consenso entre a maioria dos servidores entrevistados. De acordo com Veiga (1988), o Projeto Político da Escola é político por estar intimamente ligado aos interesses coletivos. A autora infere que “o compromisso de gestão democrática implica a construção coletiva do projeto político pedagógico ligado à educação das classes populares” (Veiga, 1988, p. 17).

O Projeto Político Pedagógico do IFS de fato é composto de princípios pedagógicos que orientam a ação educativa da instituição, como é proferido por M1 e M4. No documento que formaliza o PPPI do IFS consta que sua construção se deu por um processo democrático envolvendo a comunidade escolar (PDI, 2023). Essas ações corroboram com a concepção de Freire (2005, p. 97):

Simplemente, não podemos chegar aos operários, urbanos ou camponeses, estes, de modo geral, imersos num contexto colonial quase umbilicalmente ligados ao mundo da natureza de que se sentem mais partes que transformadores, para, à maneira da concepção ‘bancária’, entregar-lhes ‘conhecimento’ ou impor-lhes um modelo de bom homem, contido no programa cujo conteúdo nós mesmos organizamos.

Bem como relatam Albuquerque, Farias e Ramos (2008, p. 85) quando assinalam: “se o conhecimento é pensado de forma vertical, não há espaço para ouvir alunos, professores nem componentes familiares, porque o conhecimento sobre o que ‘é melhor para a escola’ reside nos técnicos”. Os autores ainda acrescentam: “caso o enfoque tome as ideias de Paulo Freire, o espaço escolar será visto como lócus político, onde educador e educando crescem juntos, são sujeitos de um mesmo processo em que a escola é espaço de transformação de mundos internos e externos” (Albuquerque; Farias; Ramos, 2008, p. 84).

6.3.5 Análise temática da categorização “Educação Profissional e Tecnológica”: concepção dos servidores

A terceira e última categorização tratou da percepção sobre a EPT entre os servidores. A maioria dos entrevistados enxergam que a EPT propõe uma formação omnilateral e de preparação para o mundo do trabalho. No entanto, a resposta do M2 fugiu da finalidade da EPT, ao mencionar que se trata de uma educação para o mercado de trabalho.

A formação humana integral, politécnica e omnilateral. Nem mais, nem menos (M1).

Educação para o mundo do trabalho (M3).

É uma modalidade educacional que visa à formação integral do aluno e tem como foco principal preparar o estudante para o mundo do trabalho e para a vida em sociedade (M4).

Promover o ensino do aluno com foco em sua atuação técnica no mercado de trabalho (M2).

A maioria dos entrevistados identifica na EPT as bases para um ensino transformador no uso das políticas de formação humana integral, omnilateral e para o mundo do trabalho; essas inferências corroboram com o compromisso formulado no PPPI (IFS, 2022), que é integrar todas as dimensões do sujeito no processo educativo. Araújo (2014) reforça que a formação de um trabalhador é desenvolvida em todas as suas capacidades (físicas, sociais, críticas e intelectuais).

Nas palavras de Veiga (1998, p. 6):

A escola persegue finalidades. É importante ressaltar que os educadores precisam ter clareza das finalidades de sua escola. Para tanto, há necessidade de se refletir sobre a ação educativa que a escola desenvolve com base nas finalidades e nos objetivos que ela define.

Dessa forma, quando os servidores estão alinhados com os propósitos da instituição contribuem sobremaneira para o alcance das finalidades determinadas. De fato, afirma Paro (2012, p. 106): "A administração estará comprometida com a transformação social à medida que os objetivos sejam voltados com essa transformação". Dessa forma, as respostas dos entrevistados são contundentes com o que é proposto.

No entanto, Mészáros (2008) sustenta que a educação há 150 anos vem educando para oferecer conhecimentos para o mercado de trabalho, gerando muita desigualdade social. Nesse contexto, Paro (1986, 2007, 2016) reforça que o funcionamento e a administração da escola pública não têm mudado; lamentavelmente práticas incoerentes com os tempos correntes estão ainda sendo utilizadas nas escolas, por razões mercantis e de amadorismo pedagógico.

6.3.6 Análise temática da categorização “Educação Profissional e Tecnológica”: concepção dos estudantes

Quando os estudantes foram questionados sobre a finalidade da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) para cada um, a maioria das respostas divergiram do que de fato é proposto pelo ensino da EPT.

Para ter conhecimento em várias áreas (E1).
Para garantir um futuro bem-sucedido (E2).
Para ter um bom currículo e oportunidade de emprego na área (E3).
Ele é bom para ter um currículo bom, que vai facilitar a ter um emprego (E8).
Um objetivo de qualificação profissional (E10).
Dar uma preparação melhor para quando acabar o ensino médio, preparando para os futuros trabalhos e não perdendo tempo (E13).
Ensinar de maneira que a gente esteja preparado para o futuro (E17).

A maioria dos estudantes descrevem a finalidade da EPT como um ensino voltado para as profissões, para servir ao mercado de trabalho. Tais percepções retomam a década de 70 em que o investimento em educação era feito a fim de financiar uma educação fragmentada quando o Brasil emergia para a industrialização (Moura, 2010). Tratava-se de um método de ensino propedêutico direcionado às elites, enquanto havia outro, instrumental, voltado para os filhos da classe popular (Moura, 2010). Essa situação contrapõe o modelo de educação proposto pela EPT conforme análise feita nas seções anteriores.

Fica evidente que a implementação de um Conselho de Gestão de Campus dará visibilidade à comunidade escolar, desde que a escola o tenha como um órgão ativo e que efetivamente envolva os principais receptores dos objetivos finalísticos da escola: a formação de sujeitos na sua integralidade.

7 O PRODUTO EDUCACIONAL

Faz-se necessário gerar um produto educacional nos mestrados profissionais na área de ensino, para que estes sejam aplicados em salas de aula ou em espaços não formais (ou informais) de ensino (Leite, 2018). Sobre os produtos educacionais Leite (2018, p. 331) detalha:

Segundo as regulamentações legais citadas, os mestrados profissionais na Área de Ensino necessitam gerar produtos educacionais para uso em escolas públicas do país, além de dissertações e artigos derivados do relato descritivo e analítico dessas experiências. Tais produtos ou processos precisam ser aplicados em condições reais de sala de aula ou de espaços não formais ou informais de ensino e podem assumir as seguintes formas: mídias educacionais; protótipos educacionais e materiais para atividades experimentais; propostas de ensino; material textual; materiais interativos; atividades de extensão e desenvolvimento de aplicativos.

Dessa forma, será necessário que os discentes do mestrado profissional elaborem um Produto Educacional (PE) (Rizzatti *et al.*, 2020). O desenvolvimento deste deve se dar pensando na possibilidade de desenvolver algo para assegurar o conhecimento do aluno sobre o seu papel ativo no Conselho de Gestão do Campus.

Está sendo planejado (por razão das características desta pesquisa) o produto educacional com a tipologia “iv. Software/Aplicativo: aplicativos de modelagem, aplicativos de aquisição e análise de dados, plataformas virtuais e similares, programas de computador, entre outros” (Rizzatti *et al.*, 2020, p. 6).

O Produto Educacional foi construído nos meses de novembro/2023 a janeiro/2024 e abordará a legislação brasileira garantidora da participação democrática estudantil. Trata-se de um Mural Virtual Interativo (Plataforma Padlet) que conterà vídeos, documentos, legislações, hiperlinks e materiais didáticos ligados ao assunto em um único lugar.

O PE tem como público-alvo os estudantes ingressantes nos cursos Integrados do IFS - Campus Socorro, bem como os membros natos nele representados, além dos demais conselheiros, os quais, caso queiram, poderão ser habilitados na ferramenta digital Padlet, de forma gratuita, para terem acesso e interação por meio do computador ou do celular.

O Mural Virtual tem a finalidade de suprir lacunas existentes na instituição de ensino com relação ao compartilhamento de informações relacionadas às legislações garantidoras da participação democrática nas escolas públicas, a exemplo da Constituição Federal, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), da Lei que institui o Plano Nacional da Educação (PNE).

Figura 7 - Print da Tela do Mural Virtual Interativo



Fonte: Elaborada pela autora, a partir da ferramenta de captura na tela do computador (2024).

Ressalta-se que o PE acompanha um Guia Didático (apêndice A). Além disso, foi elaborado também um banner, com o intuito de facilitar o acesso dos interessados à plataforma.

Figura 8 - Banner com Qr Code para acesso ao Mural Virtual Interativo



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Kaplún (2003, p. 46) define o produto educacional a partir de sua utilidade, dentre outras características: “entendemos por material educativo um objeto que facilita a experiência de aprendizado; ou, se preferirmos, uma experiência mediada para o aprendizado”. Leite (2018),

respaldando a ideia de Kaplún (2003), qualifica os três eixos temáticos para orientar a produção do produto educacional, conforme sistematizado no Quadro 9.

Quadro 9 - Eixos temáticos para orientar a produção do produto educacional

Eixo conceitual	Conhecer as ideias centrais sobre o tema abordado; conhecer quem serão os sujeitos que vão utilizar o material e o que eles pensam sobre o assunto; conhecer as ideias de autores sobre o tema; se o material poderá atender às necessidades dos sujeitos. Refere-se ao referencial teórico/bibliografia utilizada para fundamentar o estudo.
Eixo pedagógico	Parte da ideia de localizar as pessoas interessadas no produto para convidá-las a percorrer o caminho proposto pela pesquisa com relação ao assunto norteador do debate. Trata-se dos colaboradores da pesquisa.
Eixo comunicacional	Diz respeito a meios utilizados e às formas com relação à diagramação, a fim de obter uma compreensão efetiva por parte dos sujeitos. Trata-se, neste trabalho, da construção do Mural Virtual Colaborativo sobre a Gestão Escolar Democrática, com acesso e interação por meio do link previamente disponibilizado com ajuda do computador ou celular de forma gratuita.

Fonte: Adaptado de Leite (2018, p. 334).

A aplicação do produto educacional (Mural Virtual Interativo) foi realizada em 2 etapas, em momentos distintos, em 12/01/2024 e 22/01/2024, respectivamente, conforme descrito abaixo:

- a) Com os estudantes do ensino médio integrado (não entrevistados): foi realizada no laboratório de informática no Campus Socorro, após a explanação sobre o material por meio de projeção em tela no mural da sala. Em seguida, os estudantes tiveram acesso ao questionário para as respostas, por meio dos computadores. Ressalta-se que os questionários para a validação do produto educacional possuem dez afirmações de múltipla escolha (“concordo totalmente”; “concordo”; “discordo”; “discordo totalmente”). Além disso, foi disponibilizada uma questão aberta para o registro das

sugestões caso o respondente tenha marcado “discordo” ou “discordo totalmente”.

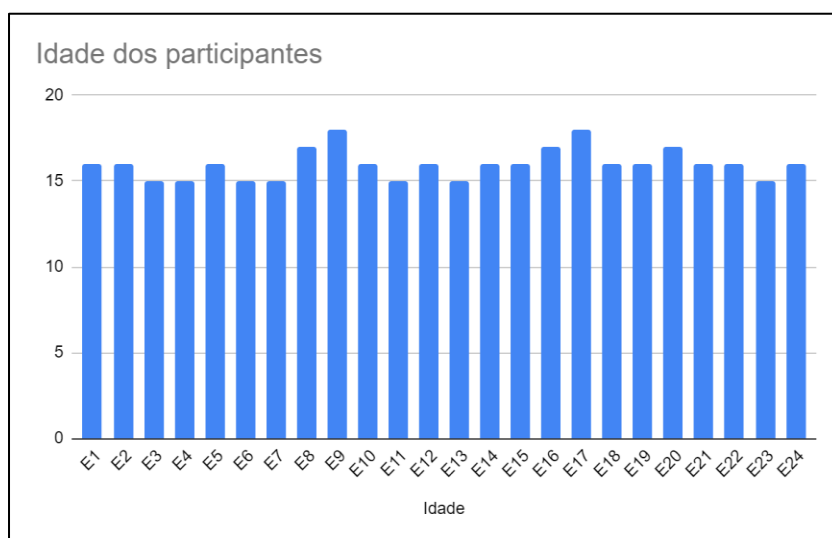
- b) Com os servidores futuros membros natos do Conselho de Gestão de Campus do IFS - Socorro (entrevistados): o material (Guia do Mural Interativo, o link do mural – Padlet – e o link do questionário *Google Forms* de avaliação do Produto Educacional) foi repassado via *Whatsapp* para acesso e resposta ao questionário.

O referido Produto Educacional, após validação pela banca examinadora, será disponibilizado na página do Programa de Pós-Graduação do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica, bem como na Plataforma Educapes. O produto será disponibilizado ao Conselho de Campus do IFS - Campus Socorro e aos demais campi, a fim de replicar as informações, além de receber contribuições por meio da interação dos diversos atores representantes da comunidade educacional, compreendendo que, dessa forma, será atingido maior índice de efetividade dos assuntos abordados. Nos tópicos seguintes, estão as análises das respostas para a validação do Produto Educacional (Mural Virtual Interativo) com os estudantes e, em seguida, com os servidores.

7.1 Análise dos dados para a validação do Produto Educacional: estudantes

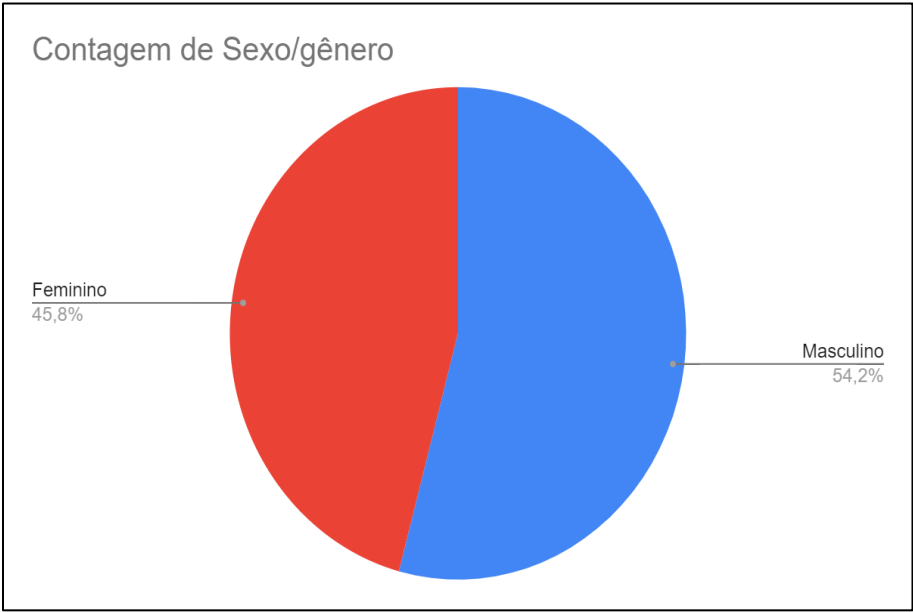
As observações que seguem foram feitas a partir dos questionários (*Google Forms*), com 10 perguntas avaliadas pelo modo da escala Likert (“concordo totalmente”; “concordo”; “discordo”; “discordo totalmente”) aplicados aos estudantes (apêndices H e I).

Gráfico 4 - Idade dos participantes que participaram da validação do Produto Educacional



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

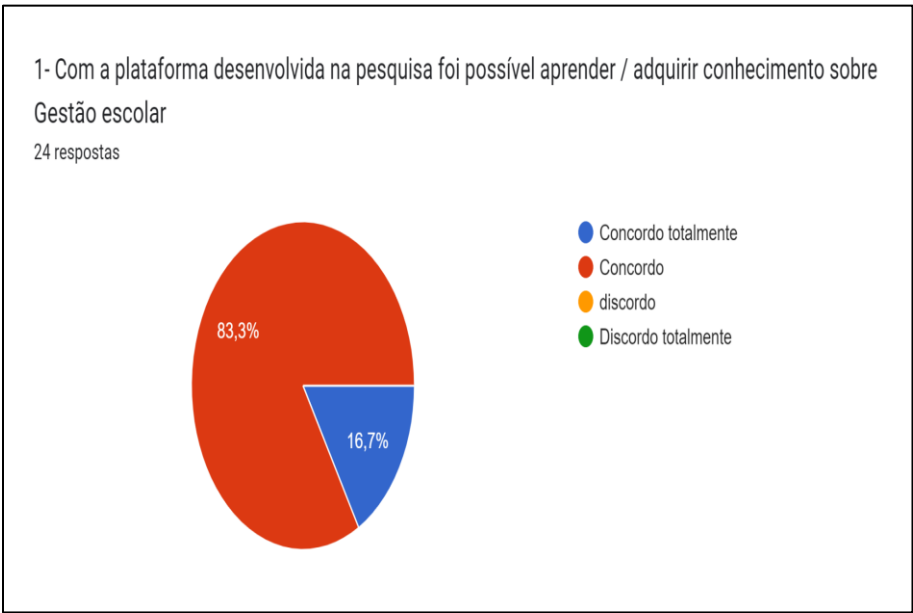
Gráfico 5 - Sexo dos estudantes participantes da pesquisa



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

A idade dos participantes da validação do Produto Educacional ficou assim distribuída: 7 estudantes de 15 anos; 12 estudantes de 16 anos; 3 estudantes de 17 anos; 2 estudantes de 18 anos, totalizando 24 estudantes (Gráfico 5). O gênero correspondente ao público informado é de aproximadamente 45,8% feminino (11 estudantes) e 54,2% masculino (13 estudantes), indicados no Gráfico 6.

Gráfico 6 - Assertiva sobre o aprendizado por meio da plataforma virtual

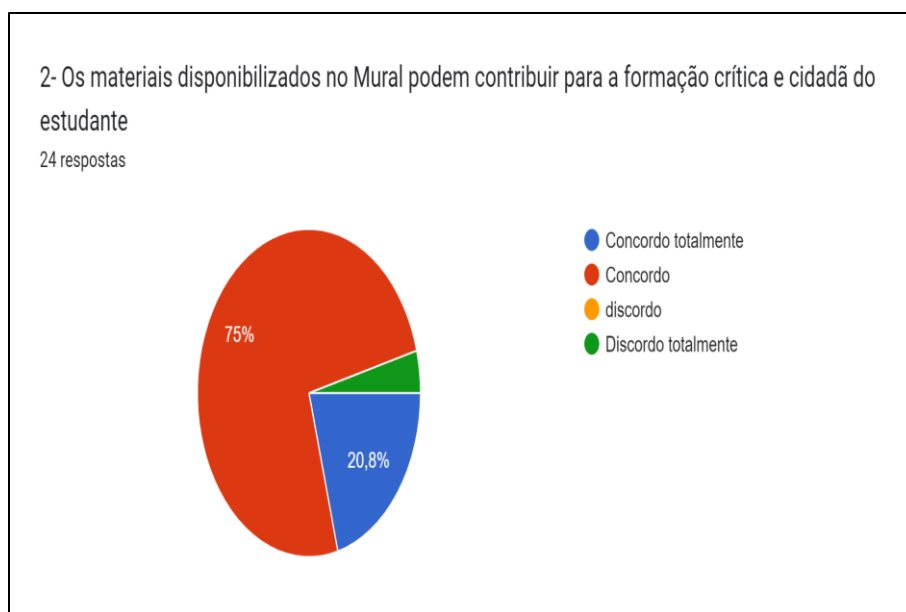


Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Diante das respostas do total dos estudantes a respeito da viabilidade da proposta, como

mostra o gráfico, 83,3% dos entrevistados concordam com o aumento do conhecimento sobre Gestão Escolar Democrática, sendo que 20 estudantes concordam e 4 concordam totalmente. Dessa forma, o resultado demonstra interesse por parte dos educandos pelos assuntos abordados. A falta de conhecimento sobre os mecanismos de participação na escola leva os indivíduos ao distanciamento e à percepção de si como excluídos nos processos decisórios conforme foi evidenciado no estudo de Araújo (2021).

Gráfico 7 - Assertiva sobre a formação crítica e cidadã por meio dos materiais disponibilizados na plataforma



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Quando questionados a respeito da possibilidade de os materiais disponibilizados na plataforma contribuírem para a formação crítica e cidadã, 75% dos participantes responderam que concordam (18 estudantes), 20,8% afirmaram que concordam totalmente (5 estudantes) e apenas 1 estudante discorda totalmente.

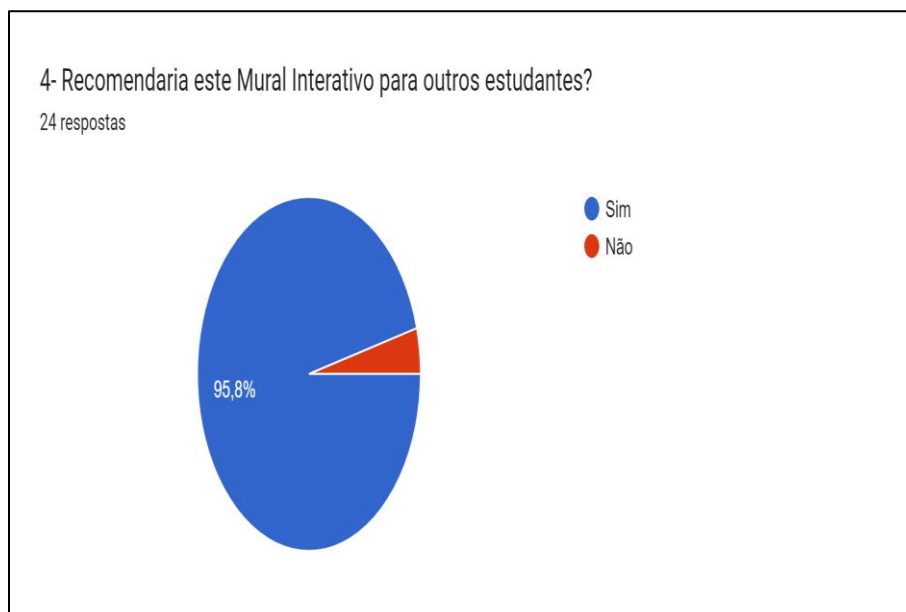
As ações da escola criadas entre a liderança e a comunidade escolar implicam ação que desperta a criticidade do indivíduo (Freire, 2005). Nessa direção, a ação educativa, a reflexão crítica e a prática de cidadania passam pela organização do currículo escolar. Portanto, a plataforma poderá contribuir com os propósitos defendidos pelo IFS por meio do Projeto Político Pedagógico.

Gráfico 8 - Assertiva sobre a relevância dos assuntos abordados no Mural quanto à participação estudantil



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Gráfico 9 - Assertiva quanto à recomendação do Mural Interativo para outros estudantes



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Ao serem questionados sobre os assuntos abordados na plataforma, os quais podem influenciar na participação dos estudantes nas instâncias de participação estudantil instituídas na escola, os dados foram os seguintes: 83% (20 estudantes) responderam que concordam que o Mural aborda assuntos necessários e esclarecedores; 12,5% concordam totalmente (3 estudantes) e apenas 1 estudante discorda.

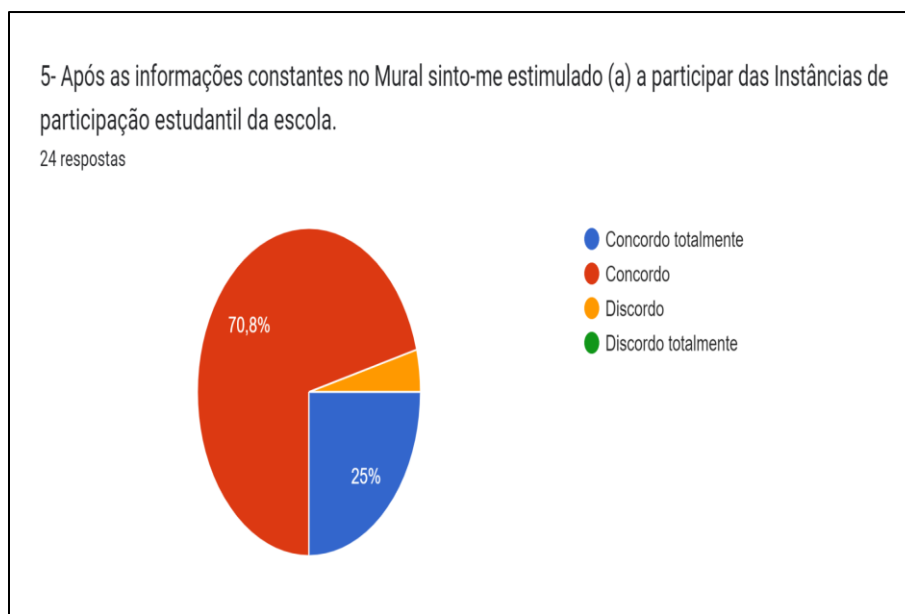
Fica evidente a necessidade de haver mais informações a respeito de tais mecanismos para a efetivar os objetivos do ensino proporcionado pelo IFS cuja finalidade é claramente

exposta no seu currículo (PPPI) quanto ao envolvimento da comunidade acadêmica para a tomada de decisões e o vínculo com a cidadania do estudante.

A ausência de conhecimento quanto aos mecanismos de participação estudantil na escola foi uma lacuna bastante discutida nas dissertações abordadas neste estudo, tornando-se a razão pela não participação dos estudantes nos órgãos de representatividade.

O Gráfico 10, por sua vez, mostra que os educandos concordam que o Mural pode ser recomendado para outros estudantes (95,8%, equivalente a 23 estudantes, apenas 1 estudante não recomendaria). Dessa forma, além dos alunos do ensino médio integrado do IFS Campus Socorro, a plataforma digital interativa com as informações contidas e suas atualizações poderá ser uma alternativa de fortalecimento dos mecanismos de participação estudantil nos demais campi do IFS.

Gráfico 10 - Assertiva sobre o estímulo para participar das instâncias da escola



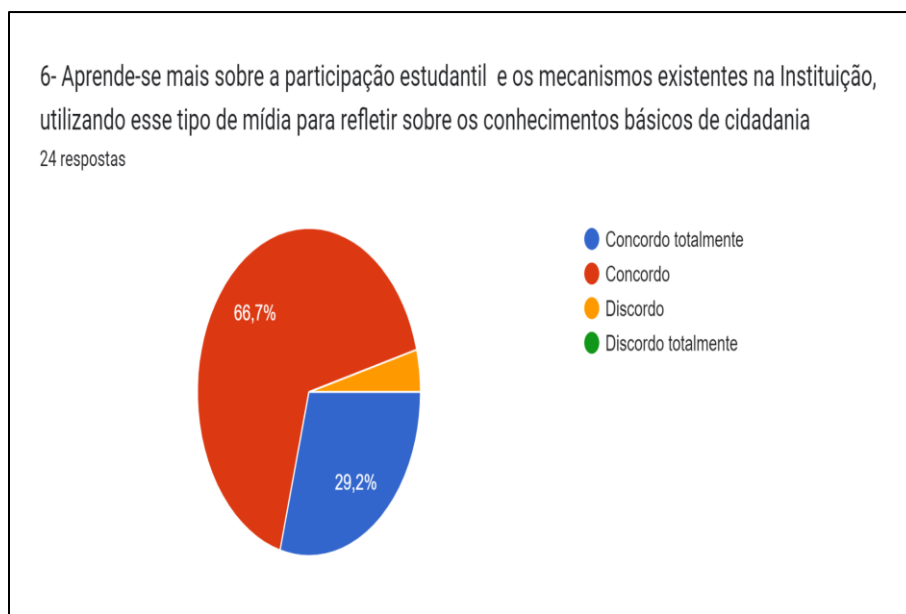
Fonte: Elaborado pela autora (2024).

O resultado da questão 5 confirma a alta declaração dos estudantes em participar das instâncias da escola em um percentual de: 70,8% concordam (17 estudantes), 25% concordam totalmente (6 estudantes) e apenas 1 estudante discorda.

Ficou patente que as informações levadas ao público do ensino médio integrado do IFS, Campus Socorro, por meio da plataforma virtual interativa, motivam a participação em alguma instância estudantil. Esse dado reforça a importância de difundir os mecanismos de participação estudantil no IFS - Campus Socorro, para despertar o interesse dos estudantes sobre o assunto de tamanha relevância para o ensino da EPT.

Sublinhe-se que a questão de ser participativo na escola envolve alguns fatores, a exemplo de um engajamento apenas executório, isto é, quando as ações são desvinculadas do planejamento, limitando-se a atos pontuais em detrimento de uma participação nas tomadas de decisões (Paro, 2016).

Gráfico 11 - Assertiva sobre o aprendizado relacionado à abordagem democrática nesse tipo de mídia



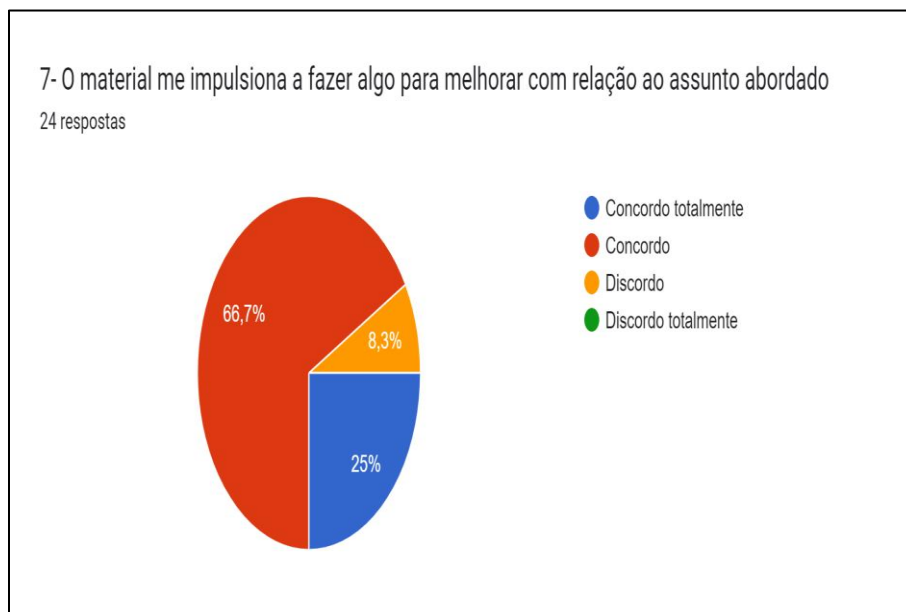
Fonte: Elaborado pela autora (2024).

O público estudantil do integrado concorda em 66,7% (16 estudantes) que o tipo de mídia garante a disseminação das informações sobre gestão escolar democrática; 29,2% (7 estudantes) concordam totalmente; apenas 1 discorda (Gráfico 12).

Logo, conforme presumido, o Mural Interativo poderá ser um meio para fornecer informações aos participantes, cujas características se assemelham às do público-alvo do estudo de Xavier (2019), no contexto da sugestão de meios de divulgação, como vídeos e materiais mais atrativos.

Os dados coletados nessa afirmativa (Gráfico 13) apontam que a mídia designada para disseminar as informações sobre gestão escolar democrática e as instâncias de participação estudantil na unidade impulsiona o senso de contribuição para fazer algo sobre o assunto: 66,7% dos estudantes concordam (entrevistados); 25% concordam totalmente (6 estudantes); 8,3% discordam (2 estudantes). Nota-se, portanto, que o tipo de material desenvolvido poderá promover mais informações sobre os direitos legalmente instituídos para dar voz à comunidade escolar, em especial aos educandos para quem o ensino é proposto.

Gráfico 12 - Assertiva sobre a motivação que o material produz para realizar algo a respeito do assunto



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Gráfico 13 - Assertiva sobre a possibilidade dos temas apresentados no mural já terem sido debatidos anteriormente no Campus Socorro

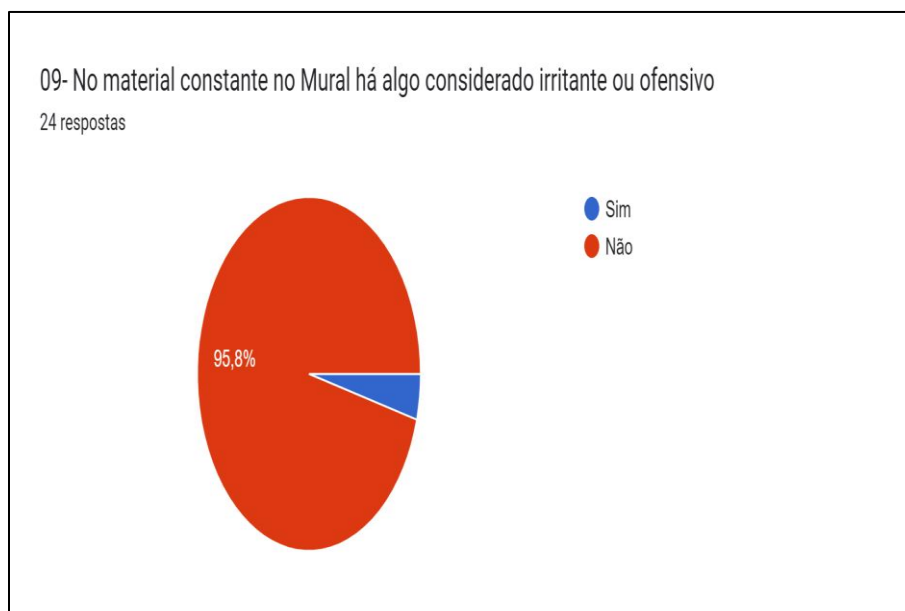


Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Para a maioria – 79,2% (19 estudantes) – os temas apresentados no mural já haviam sido debatidos no Campus Socorro (Gráfico 14). 8,3% concordam totalmente (2 estudantes), enquanto 12,5% disseram que discordam (3 estudantes). Conforme mencionado na análise da categorização “democracia e gestão escolar democrática”, os servidores deixaram manifesta a participação ativa dos estudantes no órgão Conselho de Classe. Logo, pressupõe-se que os assuntos discutidos no Campus referentes aos temas apresentados no Mural Virtual tenham sido

debatidos nas ocasiões desses encontros com os estudantes e os responsáveis para tal atividade.

Gráfico 14 - Assertiva sobre o quanto pode ser insultuoso o material constante no mural



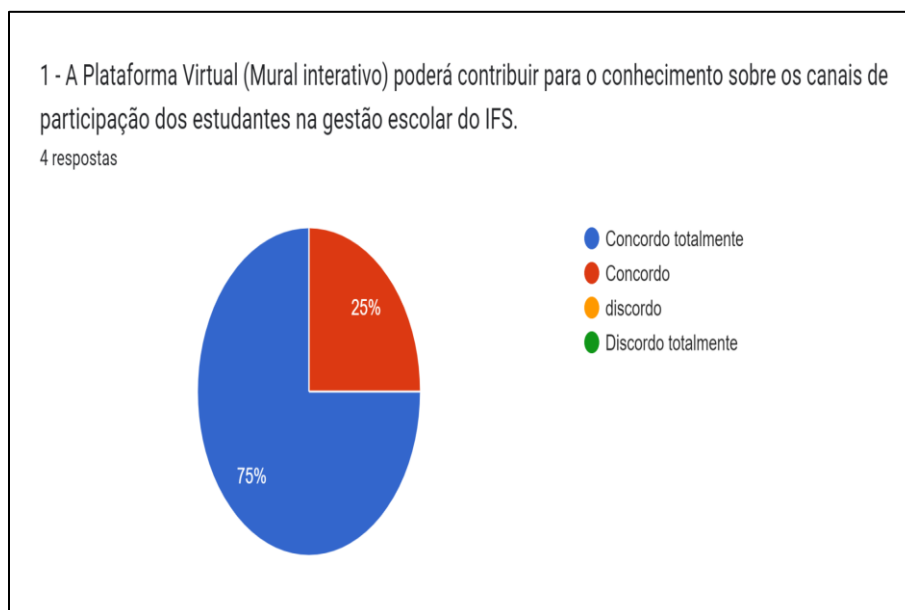
Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Ao serem questionados se no material constante no mural há algo considerado irritante ou ofensivo (Gráfico 15), 95,8% dos respondentes disseram “não”; apenas 1 estudante optou pela resposta “sim”. Ressalta-se, entretanto, que nenhum dos respondentes valeu-se das questões abertas, disponibilizadas para acrescentar sugestões, comentários sobre as opções “discordo” ou “discordo totalmente” nas 10 questões. Dessa forma, denota-se que o produto educacional (Mural Virtual Interativo) aborda assuntos relevantes e propícios para serem disseminados ao público destinado de forma favorável e respeitosa.

7.2 Análise dos dados para a validação do Produto Educacional: servidores-futuros membros natos do Conselho de Campus do IFS - Socorro)

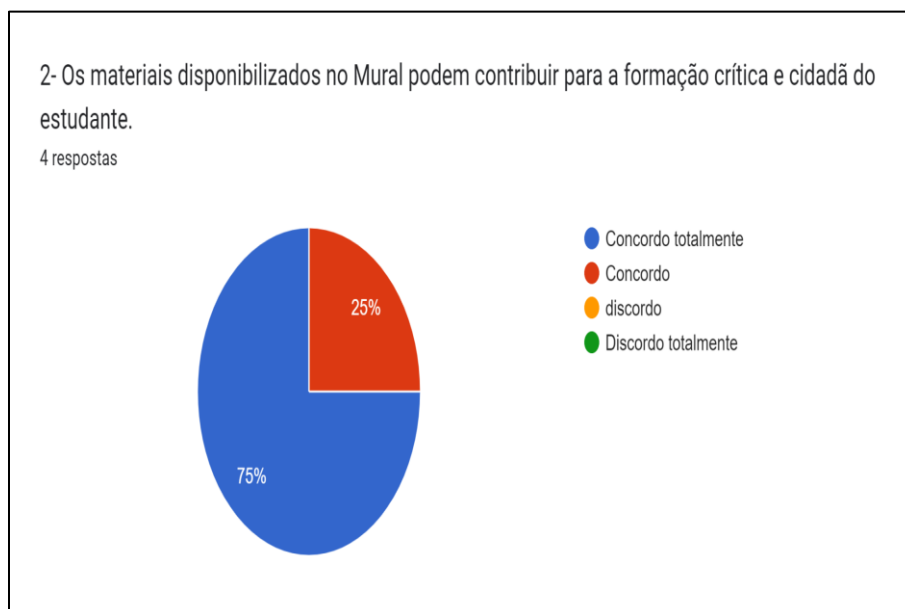
Os servidores que participaram da pesquisa possuem os seguintes perfis: 75% são do gênero masculino e 25%, do gênero feminino; têm entre 9 a 25 anos de tempo de serviço no IFS. Assim como os estudantes, 100% dos servidores futuros conselheiros natos participaram da avaliação do PE (Gráfico 16).

Gráfico 15 - Afirmativa sobre a contribuição da plataforma virtual interativa para o conhecimento dos estudantes sobre os canais de participação estudantil



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Gráfico 16 - Assertiva sobre a contribuição que o Mural Virtual poderá trazer para a formação crítica e cidadã do estudante



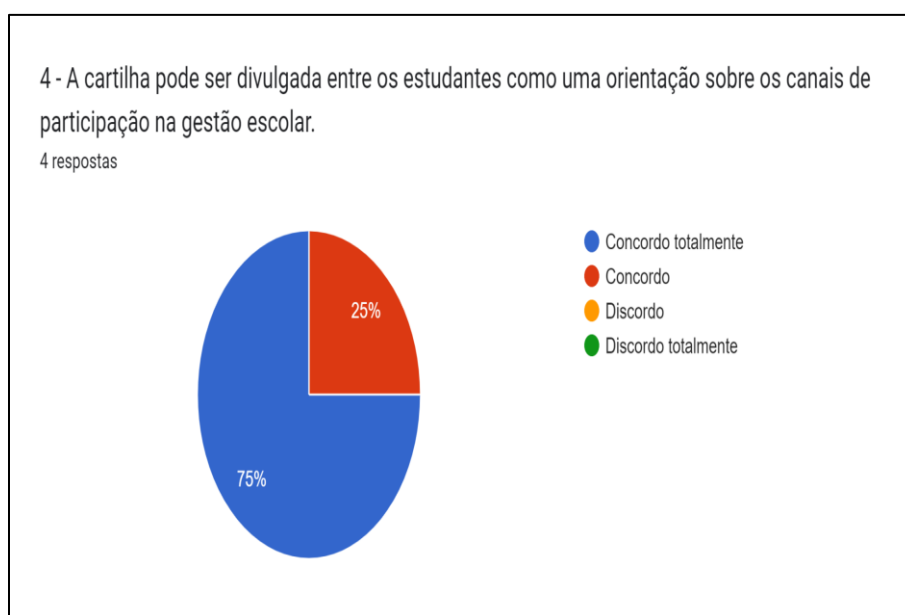
Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Quando questionados se o Mural Virtual Interativo poderá contribuir para a participação estudantil na gestão da escola, 3 respondentes (75% dos servidores) disseram que concordam totalmente e 1 respondente (25%) expressou que concorda (Gráfico 16). Considerando a visão dos gestores, dentre eles a maioria por estarem ocupando os três maiores cargos de gestão da

unidade e coordenação, essas falas denotam perfis condizentes com a visão de Luck (2015), ao considerar a gestão como promotora da ação conjunta e do trabalho em equipe para superar a fragmentação e construir ações mais consistentes. Dessa forma, ao concordar com o produto educacional como fonte de contribuição para o ensino democrático, denota-se interesse dos gestores pela cidadania e pela divulgação dos instrumentos participativos.

A maioria dos servidores entrevistados, 75% dos futuros membros natos do conselho (3 respondentes), concordam totalmente e 1 respondente (25%) concorda que os materiais disponibilizados no Mural Virtual Interativo podem contribuir para a formação crítica e cidadã do estudante (Gráfico 17). Igualmente, na afirmativa respondida pelos estudantes, o idêntico percentual de concordância quanto ao mesmo quesito, aponta considerável benefício ao ensino da EPT, por colaborar para uma formação crítica, engajada e consciente do sujeito. Dessa forma o PE aborda assuntos trazidos da base teórica do estudo, bem como dos anseios dos participantes da pesquisa e contempla uma compreensão efetiva dos materiais disponíveis na plataforma por parte dos sujeitos.

Gráfico 17 - Assertiva sobre o Mural Interativo se o mesmo pode ser divulgado entre os estudantes como uma orientação sobre os canais de participação na gestão escolar



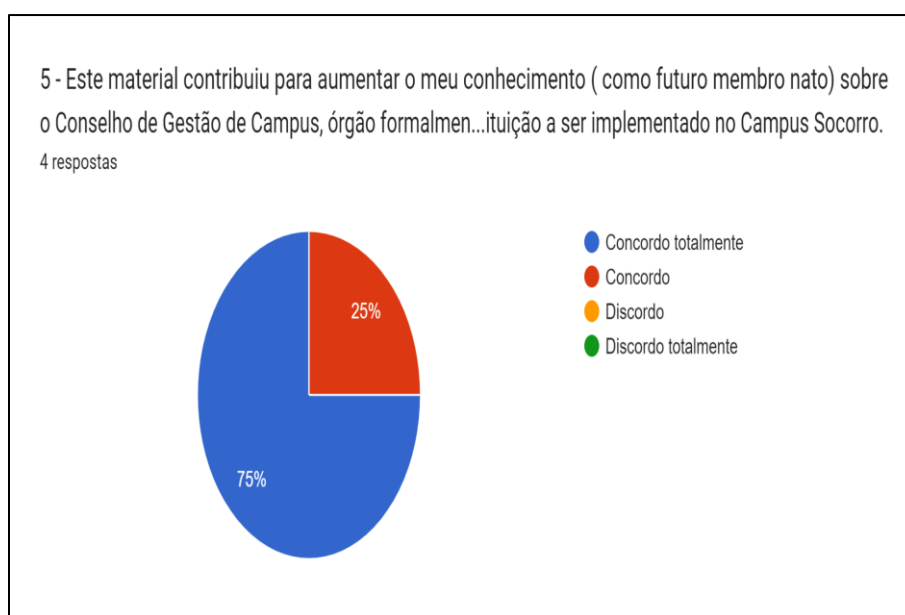
Fonte: Elaborado pela autora (2024).

O resultado obtido foi também positivo quando 75% dos respondentes (3 servidores - futuros membros natos) concordam totalmente e 1 servidor (25%), futuro membro nato concorda sobre a divulgação da plataforma entre os estudantes como uma orientação sobre os canais de participação na gestão escolar.

Fica evidente, de acordo com a maioria dos entrevistados, que a plataforma digital

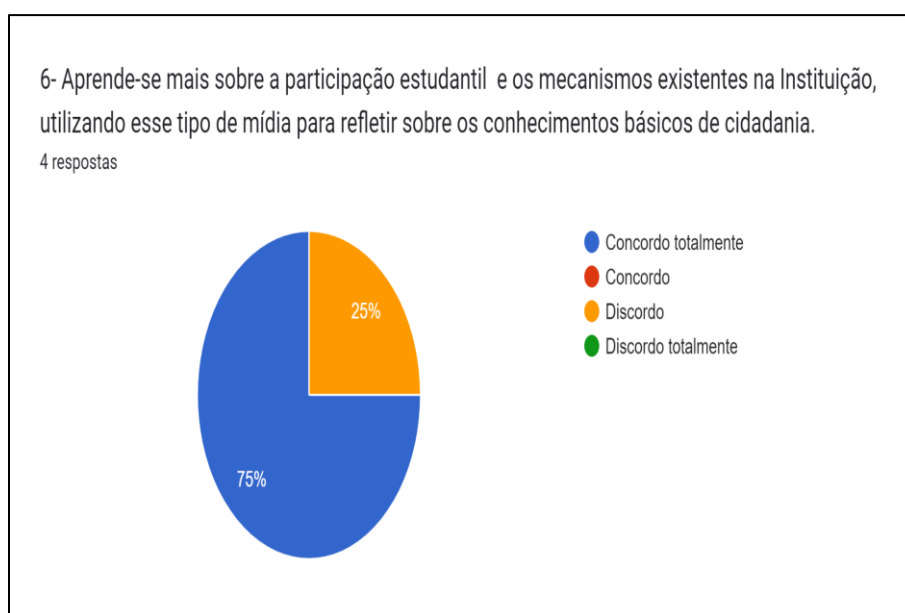
interativa poderá ser divulgada aos demais estudantes como meio de orientação sobre os canais de participação na gestão escolar. Consequentemente, poderão ser discutidas entre a comunidade escolar as questões de responsabilidade, de espaço e tempo, manutenção e controle do instrumento para sua permanência e atualização das informações inerentes ao assunto de estudo.

Gráfico 18 - Assertiva sobre o aumento do conhecimento dos membros natos do conselho de Campus com o material abordado



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Gráfico 19 - Afirmativa para obter a percepção quanto o aprendizado sobre a participação estudantil e os mecanismos existentes na Instituição ao utilizar esse tipo de mídia para refletir sobre os conhecimentos básicos de cidadania



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Perguntados se o material apresentado contribuiu para aumentar o conhecimento deles sobre o Conselho de Gestão de Campus, órgão a ser implementado no Campus Socorro, os dados se repetiram: 3 respondentes concordam totalmente e 1 concorda que contribuiu (Gráfico 19).

Uma vez que o PE é definido a partir da sua utilidade, ou seja, é uma experiência mediada para o aprendizado (Leite, 2018), a falta de informações ou o difícil acesso aos documentos que remetem à gestão escolar democrática não dizem respeito apenas aos estudantes, mas a toda comunidade acadêmica.

Com base na fala dos representantes natos do Conselho de Campus do IFS Socorro fica depreendido que eles podem ser beneficiados das informações constantes no mural, para ampliar seu repertório acerca do tema pesquisado.

Quando questionados se o tipo de mídia apresentado, ao ser utilizado, favorece o aprendizado quanto à participação estudantil e aos mecanismos existentes na instituição, 3 respondentes concordam totalmente e 1 discorda (Gráfico 20).

Nessa questão, 1 respondente utilizou-se do espaço para registrar suas sugestões por ter marcado “discordo”:

Não necessariamente. Levando em consideração que o produto é destinado também aos Membros Natos do Conselho de Gestão e que estes, em geral, fazem parte de gerações menos afeitas às tecnologias digitais de informação e comunicação, é possível que outras mídias e formatos deste mesmo produto sejam mais atrativos a esse público (M1).

Gráfico 20 - Assertiva para saber se os respondentes enxergam no material constante no Mural algo considerado irritante ou ofensivo



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Todos os respondentes consideram que no material constante no mural não há algo considerado irritante ou ofensivo. Corroborando também com as respostas da maioria dos estudantes (Gráfico 15). Dessa forma o material é propício para levar informações e propor a participação estudantil de forma salutar.

Gráfico 21 - Assertiva quanto aos assuntos abordados no mural acerca de serem necessários e esclarecedores



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Para finalizar as respostas dos servidores – futuros membros natos do Conselho de Gestão de Campus do IFS Socorro – quando indagados sobre os assuntos contidos no Mural Virtual Interativo acerca de serem necessários e esclarecedores, os dados são apresentados no Gráfico 22 (correspondendo a 3 servidores que responderam que concordam totalmente e 1 servidor, que concorda).

Fica manifesto, como demonstram os resultados das assertivas, que os assuntos abordados no Mural Virtual são necessários e esclarecedores, e contribuem para fortalecer a prática democrática na gestão do ensino no IFS - Campus Socorro, por meio da propagação do órgão Conselho de Gestão de Campus e demais mecanismos de participação estudantil.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A legislação brasileira é contundente quando se relaciona à gestão democrática do ensino nas escolas públicas. Os estudiosos/teóricos referenciados neste estudo são uníssonos em trazer a gestão escolar democrática como premissa para uma educação transformadora, que torna os indivíduos críticos e preparados para o mundo do trabalho e para a vida.

Além disso, na instituição de ensino pesquisada existe todo o arcabouço teórico para a implementação dos mecanismos de participação estudantil, bem como da comunidade acadêmica. Entretanto são muitas as lacunas existentes nas escolas em relação a essa prática. O maior obstáculo (conforme este trabalho e os demais estudos trazidos demonstraram) é a falta de divulgação das instâncias participativas na escola, a fim de estabelecer uma aproximação com os principais envolvidos, em especial quando se trata do órgão Conselho de Campus.

Nesta pesquisa, a proposta foi conhecer a percepção dos estudantes e dos servidores que comporão o conselho de campus do IFS - Campus Socorro como membros natos sobre a gestão escolar democrática e os instrumentos de participação estudantil na Educação Profissional e Tecnológica, com o objetivo de elaborar um produto educacional que diminua a falta de informações sobre o assunto.

O Conselho de Gestão de Campus está prestes a ser implementado, é a instância recursal máxima do Campus; o quanto antes os interessados receberem informações de maneiras alternativas e dinâmicas no próprio ambiente escolar a respeito dos assuntos relacionados, maior a chance de moldarem suas percepções para aceitar e se envolver ativamente nas instâncias participativas procedentes do ensino público.

Nesse ínterim, é razoável inferir que proporcionar informações aos estudantes e aos servidores que podem ser membros do Conselho de Campus e das demais instâncias do ensino, favorece as suas motivações e os seus interesses em participar desses órgãos. Desse modo, poderá ser diminuída a lacuna da pouca ou inexistente participação estudantil nos mecanismos e a falta de conhecimento sobre determinadas instâncias devido à falta de informações, especialmente pelos meios sugeridos pelos participantes, a exemplo de dinâmicas que envolvessem o público jovem, cartazes, palestras, enfim, que houvesse mais informações a respeito desses mecanismos.

O Produto Educacional resultante da pesquisa (Mural Interativo Virtual “Gestão Escolar Democrática: Construindo a qualidade da participação estudantil no Conselho de Campus”) discorre sobre as principais instâncias participativas no IFS de forma interativa, em página da WEB, com a exposição de conteúdos sobre Gestão Escolar Democrática.

Por exemplo, no PE são encontrados conteúdos de legislações, vídeos, documentos, hiperlinks e materiais didáticos ligados ao assunto. Por isso, foi validado pelos participantes como uma alternativa apta a contribuir para gerar interesse e motivação junto aos estudantes do ensino médio integrado do Campus Socorro, para a participação democrática na escola ajudando na formação crítica e cidadã e reduzindo a lacuna existente em relação às informações sobre os diversos mecanismos de participação estudantil (especial acerca do Conselho de Campus), por meio de conteúdos colaborativos e dinâmicos.

Quanto às limitações da pesquisa, observou-se:

- a) o pouco tempo de vivência dos estudantes do ensino médio integrado no IFS Campus Socorro, somado à quantidade de amostra e a uma reduzida implementação de instâncias na unidade, podendo-se obter informações destoantes da realidade;
- b) a limitação do tempo e do espaço disponibilizados à pesquisadora e aos alunos, devido ao ritmo imposto pelo currículo do ensino;
- c) a base de dados para a consulta dos periódicos limitou-se aos estudos na EPT;
- d) o tempo para concluir o mestrado também se tornou uma limitação para esta pesquisa.

Com relação às sugestões para futuras pesquisas, propõe-se:

- a) o questionamento a respeito de se a estrutura escolar possui e/ou favorece espaços para os momentos de práticas educativas não-formais; e ainda quais os campi do IFS tem implementado o Conselho de Campus;
- b) como é feita a conscientização e como está a participação estudantil nos órgãos de participação estudantil, em especial no Conselho de Campus, por se tratar de instância recursal máxima do Campus;
- c) um levantamento sobre a paridade representativa dos membros dos Conselho de Campus nos Institutos Federais.

Desse modo, o resultado deste estudo revelou o interesse e a necessidade de conhecimento por parte dos estudantes e servidores sobre a Gestão Democrática e as instâncias de participação estudantil no IFS, em especial, o Conselho de Gestão de Campus; informações estas imprescindíveis para a formação crítica e cidadã, pressuposto do ensino da Educação Profissional e Tecnológica, bem como para o despertar e o engajamento dos membros, evidenciado por meio do crédito demonstrado ao Produto Educacional, fruto das análises dos dados obtidos, podendo expandir a sua aplicabilidade inclusive para outros campi do IFS.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Adilson César; SILVA, Cláudio Nei Nascimento da. Ensino Médio Integrado: uma formação humana, para uma sociedade mais humana. In: ARAÚJO, Adilson César; SILVA, Cláudio Nei Nascimento da (orgs.). **Ensino médio integrado no Brasil: fundamentos, práticas e desafios**. Brasília: Ed. IFB, 2017. 569p. p. 9-19.

ARAÚJO, Rosiene Silva de. **Conselho escolar na rede de educação profissional e tecnológica: orientação à participação engajada no conselho do campus**. 2021. 136 f. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) – Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, Campus Benedito Bentes, Instituto Federal de Alagoas, Maceió, 2021. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11066039. Acesso em: 7 set. 2023.

ARAÚJO, Ronaldo Marcos de Lima; FRIGOTTO, Gaudêncio. Práticas pedagógicas e ensino integrado. **Revista Educação em Questão**, v. 52, n. 38, p. 61-80, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/download/7956/5723>. Acesso em: 24 mar. 2024.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BETTO, Frei. **Por uma educação crítica e participativa**. 1. ed. Rio de Janeiro: anfitriato, 2018.

BORGES, Maria Célia; DALBERIO, Osvaldo. Aspectos metodológicos e filosóficos que orientam as pesquisas em educação. **Revista Iberoamericana de Educación**, v. 43, n. 5, p. 1-10, 2007.

BRASIL. **Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017**. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior - IES e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação lato sensu, nas modalidades presencial e a distância, no sistema federal de ensino. Brasília, DF: Presidência da República, 2017. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/decreto-n-9-235-de-15-de-dezembro-de-2017-1101286-1101286>. Acesso em: 21 fev. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 11.371, de 01 de janeiro de 2023**. Revoga o Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019, que extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal. Brasília, DF: Presidência da República, 2023. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEC&numero=11371&ano=2023&data=01/01/2023&ato=dbfMzYU9kMZpWT33d>. Acesso em: 21 fev. 2023.

BRASIL. **Histórico da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil**. Brasília: Ministério da Educação, c2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=68731>. Acesso em: 7 mar. 2023.

BRASIL. **Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 14 fev. 2023.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acesso em: 20 fev. 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2014. Disponível em: <https://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>. Acesso em: 25 fev. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução nº 6, de 20 de setembro de 2012.** Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Brasília, DF, 2012. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11663-rceb006-12-pdf&category_slug=setembro-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 7 mar. 2023.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 17 mar. 2023.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à teoria geral da administração:** uma visão abrangente da moderna administração das organizações. 7. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

COMENIUS, Iohannis Amos. **Didactica Magna.** Tradução e Notas de Joaquim Ferreira Gomes. [S. l.]: Fundação Calouste Gulbenkian, c2001. *E-book*.

COSTA, Anderson Alexandre. **Gestão democrática e social:** um estudo sobre o papel participativo da comunidade escolar do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) – Campus Rio Grande. 2019. 138 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Instituto de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2019. Disponível em: <http://repositorio.furg.br/handle/1/10456>. Acesso em: 8 set. 2023.

CRUZ SOBRINHO, Sidnei. Diretrizes Institucionais e a perspectiva da integração curricular no IF Farroupilha. In: ARAÚJO, Adilson C.; SILVA, Claudio N. N. (orgs). **Ensino médio integrado no Brasil:** fundamentos, práticas e desafios. Brasília: Ed. IFB, 2017. p. 106-140.

FORTUNA, Maria Lúcia de Abrantes. **Gestão escolar e subjetividade.** São Paulo: Xamã; Niterói: Intertexto, 2000.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 2005.

FREITAG, Raquel Meister Ko. Amostras sociolinguísticas: probabilísticas ou por conveniência? **Revista de Estudos da Linguagem**, v. 26, n. 2, p. 667-686, 2018. Disponível em: <http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/relin/article/view/12412/pdf>. Acesso em: 26 fev. 2024.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A polissemia da categoria trabalho e a batalha das ideias nas sociedades de classe. **Revista brasileira de Educação**, v. 14, p. 168-194, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/QFXsLx9gvgFvHTcmfNbQKQL/?lang=pt>. Acesso em: 26 fev. 2024.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A relação da educação profissional e tecnológica com a universalização da educação básica. In: MOLL, Jaqueline *et al.* **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades**. Porto Alegre: Artmed, 2010. p. 25-41. *E-book*.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (orgs). **Ensino médio integrado: concepção e contradições**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

GADOTTI, M. A questão da educação formal/não-formal. In: DROIT À L'ÉDUCATION: SOLUTION À TOUS LES PROBLÈMES OU PROBLÈME SANS SOLUTION? Sion, 2005. **Anais [...]**. Sion: Institut international des droits de l'enfant, 2005. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5633199/mod_resource/content/1/eudca%C3%A7%C3%A3o%20n%C3%A3o%20formal_formal_Gadotti.pdf. Acesso em: 26 fev. 2024.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

GINO, João Carlos de Souza Anhaia. Qualidade e equidade na gestão democrática da escola pública brasileira. **Revista Contemporânea de Educação**, v. 14, n. 31, p.33-49, set/dez. 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.20500/rce.v14i31.29997>. Acesso em: 10 mar. 2023.

GONÇALVES, Vera Lúcia Mira; LEITE, Maria Madalena Januário. Instrumento para mensuração de atitudes frente ao processo de avaliação de desempenho. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 58, p. 563-567, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reben/a/x35gYVWVvKPTMHn5WLsHP6Yq/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 19 mar. 2024.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. **Regulamento Geral 2023**. Disponível em: <https://profept.ifes.edu.br/regulamentoprofept/16478-regulamento2023>. Vitória, ES, 2023. Acesso em: 26 fev. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE. **Resolução CS/IFS nº 128, de 15 de fevereiro de 2022**. Aprova a revisão do Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, interstício 2020-2024, do IFS. Aracaju, SE, 2022. Disponível em: http://www.ifs.edu.br/images/prodin/2022/Resoluo_CS-IFS_128.2022_Aprova_a_reviso_do_Plano_de_Desenvolvimento_Instituci.pdf. Acesso em: 20 fev. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE. **Resolução CS/IFS nº 113 de 21 de dezembro de 2021**. Dispõe sobre o Regimento Geral do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe - IFS. Aracaju, SE, 2021. Disponível em:

https://www.ifs.edu.br/images/1Documentos/2021/12-Dezembro/Resolu%C3%A7%C3%A3o_CS-IFS_113.pdf. Acesso em: 15 mar. 2024.

INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE. **Portaria nº 2187, de 18 de julho de 2019.** Aprova a IN 01/2015/PRODIN, que dispõe sobre a elaboração do Planejamento Estratégico e do Plano Anual de Trabalho (PAT) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe - IFS. Aracaju, SE, 2019. Disponível em: http://www.ifs.edu.br/images/prodin/2019/Portaria___aprova%C3%A7%C3%A3o_da_3_vers%C3%A3o.pdf. Acesso em: 14 fev. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE. **Deliberação CGIRC/IFS nº 49, de 11 de dezembro de 2023 que aprova o Plano Anual de Trabalho (PAT), exercício 2024, do Instituto Federal de Sergipe.** Aracaju, SE, 2023. Disponível em: https://www.ifs.edu.br/images/prodin/2023/DPG/CGIRC_49_-_Aprova_o_Planejamento_Anual_de_Trabalho_-_PAT_2024_completo_04.01.2024-mesclado.pdf. Acesso em: 1 mar. 2024.

INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE. Transparência e prestação de contas. **Estrutura Organizacional e Endereço das Unidades de Atendimento.** [S. l.]: 15 mar. 2024. Disponível em: <https://www.ifs.edu.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/estrutura-organizacional-e-endereco-das-unidades-de-atendimentos/estrutura-organizacional-e-endereco-das-unidades-de-atendimentos.html>. Acesso em: 25 mar. 2024.

INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE. Planejamento e gestão. **Plano Anual de Trabalho.** [S. l.]: 21 ago. 2017. Disponível em: <https://www.ifs.edu.br/planejamento-e-gestao/plano-anual-de-trabalho>. Acesso em: 1 mar. 2024.

INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE. **Portaria nº 1791, de 6 de agosto de 2021.** Dispõe sobre a elaboração, avaliação e revisão do Planejamento Estratégico e do Plano Anual de Trabalho (PAT) do Instituto Federal de Sergipe – IFS. Aracaju, SE, 2021. Disponível em: http://www.ifs.edu.br/images/prodin/2021/Portaria_1791_2021_Aprova_IN_01-2021_Elabora%C3%A7%C3%A3o_do_Planejamento_Estrat%C3%A9gico.pdf. Acesso em: 21 fev. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE. **Resolução CF/IFS nº 206, de 13 de julho de 2023.** Aprova a revisão do Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, interstício 2020-2024 - IFS. Aracaju, SE, 2023. Disponível em: https://www.ifs.edu.br/images/prodin/2023/DPG/Resolu%C3%A7%C3%A3o_CS-IFS_206.2023_Aprova_a_revis%C3%A3o_do_PDI_2020-2024-24.07.pdf. Acesso em: 1 abr. 2024.

INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE. **Resolução CF/IFS nº 94, de 22 de setembro de 2021.** Dispõe sobre o Estatuto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe - IFS. Aracaju, SE, 2021. Disponível em: http://www.ifs.edu.br/images/1Documentos/2018/1-Janeiro/Resolu%C3%A7%C3%A3o_CS-IFS_94.2021_Disposobre_o_Estatuto_do_IFS.pdf. Acesso em: 13 fev. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE. **Resolução CS/IFS nº 128, de 15 de fevereiro de 2022.** Aprova a revisão do Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, interstício 2020-2024, do IFS. Aracaju, SE, 2022b. Disponível em:

http://www.ifs.edu.br/images/prodin/2022/Resolucao_CS-IFS_128.2022_Aprova_a_revisao_do_Plano_de_Desenvolvimento_Instituci.pdf. Acesso em: 25 fev. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE. **Resolução CS/IFS nº 171, de 20 de dezembro de 2022**. Dispõe sobre o Regulamento de Conselho de Gestão de Campus do IFS. Aracaju, SE, 2022a. Disponível em: https://sig.ifs.edu.br/sigrh/public/colegiados/filtro_busca.jsf. Acesso em: 22 fev. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE. **Resolução nº 42/2018/CS/IFS**. Aprova o Regimento Interno do Campus Socorro do IFS. Nossa Senhora do Socorro, SE, 2018. Disponível em: http://www.ifs.edu.br/images/1Documentos/2018/1-Janeiro/Regimento_Interno_Campus_Socorro.pdf. Acesso em: 14 fev. 2023.

MARTINS, Ângela Maria. Autonomia e educação: a trajetória de um conceito. **Cadernos de Pesquisa**, n. 115, p. 207-232, 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-15742002000100009>. Acesso em: 28 mar. 2024.

KAPLÚN, Gabriel. Material educativo: a experiência de aprendizado. **Comunicação & Educação**, São Paulo, v. 271, p. 46-60, maio/ago. 2003.

KRUGER, Juliano Milton. **Metodologia da pesquisa em Administração**: em linguagem descomplicada. 1. ed. Curitiba-PR: Editora Bagai, 2023. *E-book*.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber**: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LEITE, Priscila de Souza Chisté. Produtos Educacionais em Mestrados Profissionais na Área de Ensino: uma proposta de avaliação coletiva de materiais educativos. **Investigação Qualitativa em Educação**, v. 1, p. 330-339, 2018.

LIBÂNEO, José Carlos. O Sistema de Organização e Gestão da Escola. In: LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão da Escola**: teoria e prática. 4. ed. Goiânia: Alternativa, 2001. p. 1-7. Disponível em: <https://acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/32/3/LDB-Gestao.pdf>. Acesso em: 11 mar. 2023.

LUCK, Heloísa. **Gestão da cultura e do clima organizacional da escola**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

MACHADO, Lucília. Ensino médio técnico com currículos integrados: proposta de ação didática para uma relação não fantasiosa. In: MOLL, Jaqueline *et al.* **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo**: desafios, tensões e possibilidades. Porto Alegre: Artmed, 2010. p. 80-95. *E-book*.

MANACORDA, Mario Alighiero. **O princípio educativo em Gramsci**. Porto Alegre: Artes médicas, 1990. 288p.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Ciência & saúde coletiva**, v. 17, p. 621-626, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232012000300007>. Acesso em: 9 mar. 2023.

MOLL, Jaqueline *et al.* **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

MOURA, Dante Henrique. Ensino médio e Educação Profissional: dualidade histórica e possibilidades de integração. *In*: MOLL, Jaqueline *et al.* **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades**. Porto Alegre: Artmed, 2010. Cap. 3. *E-book*.

NOZAKI, Lauce Noriyo de Moraes. **A gestão democrática como pressuposto de efetividade no Instituto Federal de Goiás - Câmpus Valparaíso**: Um estudo do Conselho de Câmpus e suas atribuições. 2019. 168 f. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, Anápolis, GO, 2019. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7900551. Acesso em: 7 set. 2023.

OLIVEIRA, Henrique Leonardi de. **Conselho de Campus**: espaço de representatividade, formação política e educação informal. 2019. 136 f. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7806586. Acesso em: 7 set. 2023.

SILVA, Sérgio Murilo da. **O conselho de classe como instância avaliativa na educação profissional e tecnológica**: proposições para uma educação democrática. 2021. 201 f. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais, Ouro Branco, 2021. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11476222. Acesso em: 1 set. 2023.

SILVA JÚNIOR, Severino Domingos da; COSTA, Francisco José. Mensuração e escalas de verificação: uma análise comparativa das escalas de Likert e Phrase Completion. **PMKT– Revista Brasileira de Pesquisas de Marketing, Opinião e Mídia**, v. 15, n. 61, p. 1-16, 2014.

PARO, Vítor Henrique. **Administração escolar**: introdução crítica. São Paulo: Cortez Editora, 1986.

PARO, Vítor Henrique. **Crítica da estrutura da escola**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2016.

PARO, Vítor Henrique. **Estrutura da escola e prática educacional democrática**. Rio de Janeiro: Ed. Anped, 2007.

PARO, Vitor Henrique. Parem de se preparar para o trabalho!!! Reflexões acerca dos efeitos do neoliberalismo sobre a gestão e o papel da escola básica. *In*: FERRETTI, Celso João;

SILVA JÚNIOR, João dos Reis; OLIVEIRA, Maria Rita N. (orgs.). **Trabalho, formação e currículo**: para onde vai a escola? São Paulo: Xamã, 1999. p. 101-120.

PARO, Vítor Henrique. A qualidade da escola pública: a importância da gestão escolar. In: OLIVEIRA, Marcus Aurelio Taborda de *et al.* (orgs.). **A qualidade da escola pública no Brasil**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012. p. 57-73.

PARO, Vítor Henrique. **Administração escolar**. 17. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

PARO, Vítor Henrique. **Gestão democrática da escola pública**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2016.

PARO, Vítor Henrique. **Gestão escolar, democracia e qualidade do ensino**. São Paulo: Ática, 2007.

PARO, Vítor Henrique. **Crítica da estrutura da escola**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2016.

PARO, Vítor Henrique. **Estrutura da escola e prática educacional democrática**. Rio de Janeiro: Ed. Anped, 2007.

RAMOS, Marise. Ensino Médio Integrado: ciência, trabalho e cultura na relação entre educação profissional e educação básica. In: MOLL, Jaqueline *et al.* **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo**: desafios, tensões e possibilidades. Porto Alegre: Artmed, 2010. p. 42-57. *E-book*.

REIS, E. A.; REIS, I. A. **Análise descritiva de dados**: relatório técnico do Departamento de Estatística da UFMG. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2002. Disponível em: <http://www.est.ufmg.br/portal/arquivos/rts/rte0202.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2024.

SAD, Arantes Lígia. Abertura aos desafios e caminhos da pesquisa. In: MARTINS, Gerliane *et al.* **Repensando o PROEJA**: concepções para a formação de educadores. Vitória: Ifes, 2011. 352 p. p. 105-121. Disponível em: https://educimat.ifes.edu.br/images/stories/Publica%C3%A7%C3%B5es/Livros/Repensando-o-PROEJA_2011.pdf. Acesso em: 9 mar. 2023.

SANTOS, Uendel Batista. **IFS participe**: a participação democrática mediada por aplicativo mobile no IFS Campus Aracaju. 2021. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal de Sergipe, Aracaju, 2021.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas, SP: Editora Autores Associados, 2007.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e Educação :Fundamentos Ontológicos e Históricos. **Revista Brasileira de Educação**, Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, v. 12, n. 34, p. 152-180, jan./abr. 2007.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia Histórico Crítica**. 12. ed. Campinas, SP: Editora Autores Associados, 2021.

SENA NETO, Bernardino Galdino de. **Educação profissional e conselho de classe: a experiência no curso de informática do IFRN/Caicó**. 2018. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Educação Profissional) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Natal, 2018. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/IFRN_ca1294bb8d3c69bc670fd918a837ef4f. Acesso em: 1 set. 2023.

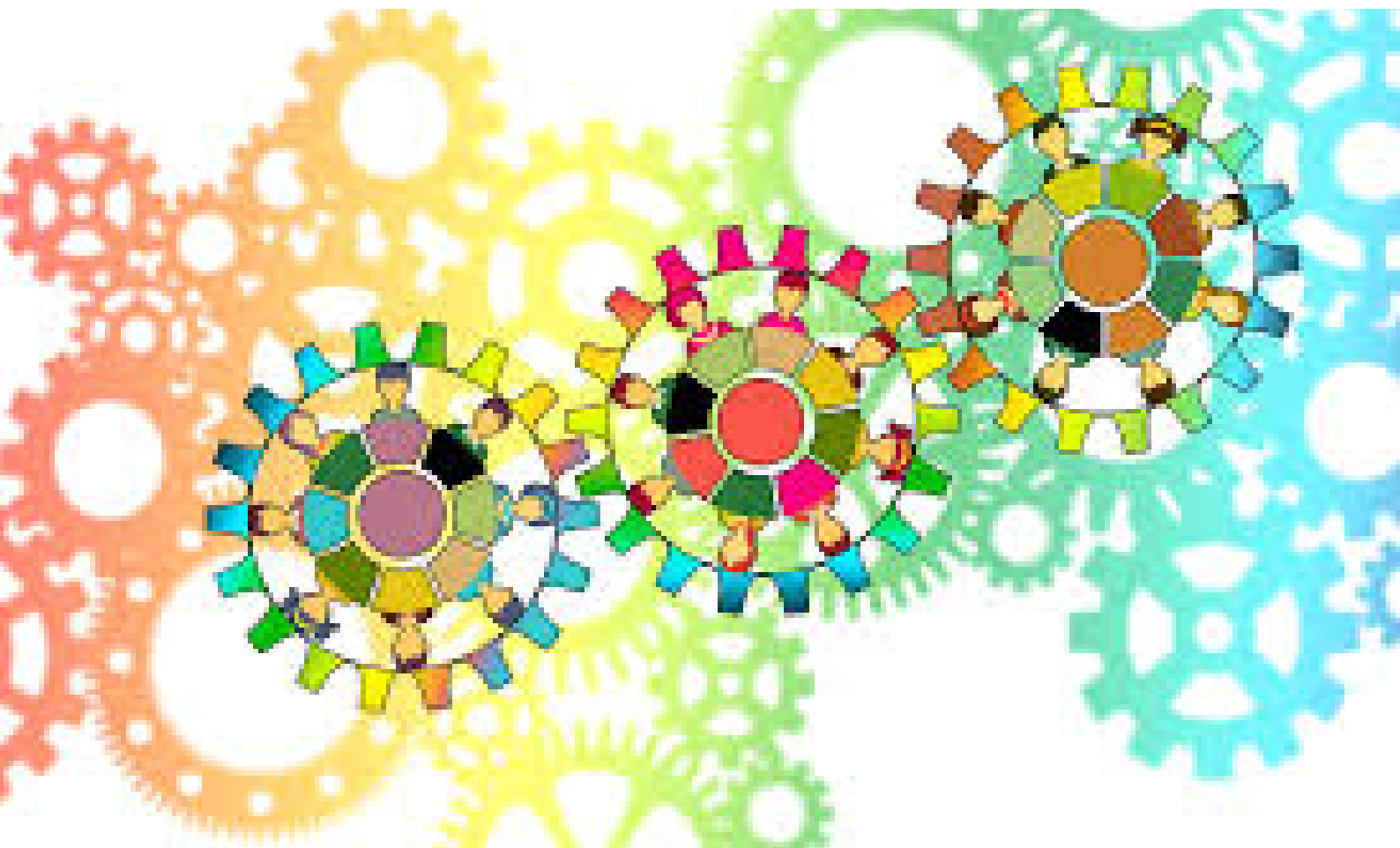
SIMÕES, Carlos Artexes. Educação técnica e escolarização de jovens trabalhadores. *In*: MOLL, Jaqueline *et al.* **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades**. Porto Alegre: Artmed, 2010. p. 96-119. *E-book*.

VEIGA, Ilma Passos da. Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva. *In*: VEIGA, Ilma Passos da (org.). **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. Campinas: Papirus, 1998. p. 11-35.

WITTMANN, Lauro Carlos; KLIPPEL, Sandra. **A prática da Gestão democrática no ambiente escolar**. 1. ed. Curitiba: Editora Intersaberes, 2012.

XAVIER, Carla Cristina Valois Lins; AZEVEDO, José Franco de. **Gestão democrática na educação profissional e tecnológica: um olhar para a participação estudantil na (re)construção do espaço pedagógico**. 1. ed. Aracaju: IFS, 2019.

MURAL VIRTUAL INTERATIVO



**GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA: Construindo a qualidade da
participação estudantil.**

GUIA DIDÁTICO

**Valdenice Araújo Santos Lima
José Franco de Azevedo**

Valdenice Araújo Santos Lima
José Franco de Azevedo



MURAL VIRTUAL INTERATIVO

**GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA: Construindo a qualidade da participação
estudantil.**

Plataforma Padlet.

GUIA DIDÁTICO

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas do IFS

Lima, Valdenice Araújo Santos.

L732g Guia didático – Mural virtual interativo: gestão escolar democrática: construindo a qualidade da participação estudantil. [recurso eletrônico]. / Valdenice Araújo Santos Lima. – Aracaju: EDIFS, 2024.

15 p.; il.

ISBN: 978-85-9591-186-4

1. Gestão escolar. 2. Interatividade. 3. PADLET – ferramenta digital. 4. Participação estudantil. 5. Educação profissional e tecnológica. I. Azevedo, José Franco de [orientador]. II. Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica - ProfEPT. III. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe – IFS. IV. Título.

CDU 377.36

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Geocelly Oliveira Gambardella / CRB-5 1815,
com dados fornecidos pelo(s) autor(es).

SOBRE OS AUTORES



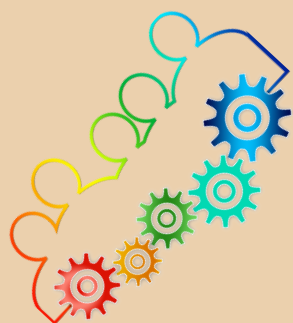
Valdenice Araújo Santos Lima

Administradora/Servidora, Mestra em Educação Profissional e Tecnológica pelo Programa de Pós Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe (IFS). Técnico Administrativa / IFS Campus Socorro.



José Franco de Azevedo

Economista/Professor, Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe (UFS), Diretor Geral do Instituto Federal de Sergipe - Campus Socorro.



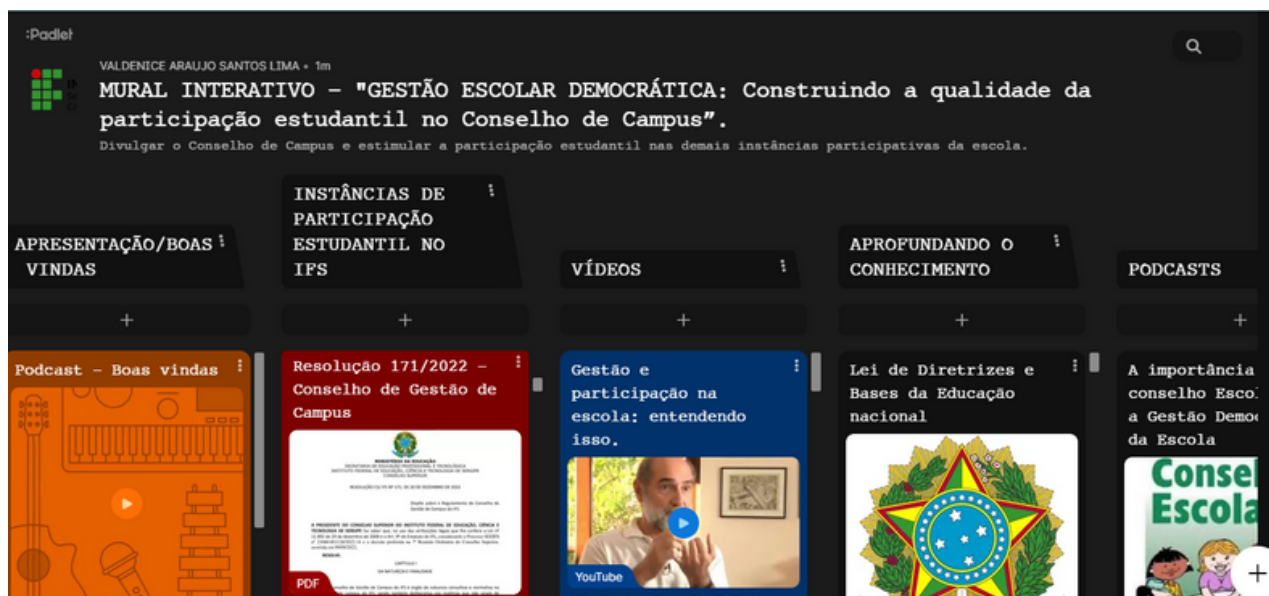
**ARACAJU
2024**

SUMÁRIO

➡	Apresentação.....	6
➡	Contextualização.....	7
➡	Objetivos e finalidades.....	9
➡	Tutorial de acesso à Plataforma.....	11
➡	Sobre o Mural Virtual.....	12
➡	Considerações Finais.....	13
➡	Referências.....	15



1 APRESENTAÇÃO



O mural interativo Padlet¹ "GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA: Construindo a qualidade da participação estudantil" é um produto educacional, fruto do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica, na linha de pesquisa Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos em Educação Profissional e Tecnológica no ano de 2024.

¹ O site dessa ferramenta está disponível em: <https://pt-br.padlet.com/>

2 CONTEXTUALIZAÇÃO



O material interativo, de acordo com Leite (2018), pode ser aplicado em espaços não formais de ensino e se encaixa na categoria “mídias educacionais”, “páginas da internet”, “texto de apoio” e afins.

O material destina-se à comunidade escolar do referido Campus Socorro e, em particular, aos estudantes do ensino médio integrado, além dos membros natos do Conselho de Gestão de Campus, podendo também ser replicado pelos demais campi.





Os estudantes/usuários têm a opção de serem habilitados na ferramenta digital PADLET, por meio de um cadastro simples, bem como utilizarem como usuário anônimo para acesso e interação via link previamente disponibilizado, com ajuda do computador ou celular, de forma gratuita. O Padlet possui também a versão paga, com recursos mais abrangentes.

O presente produto educacional abordará sobre a legislação brasileira, garantidora da participação democrática estudantil, por meio de um Mural Interativo (Padlet), que conterá vídeos, documentos, legislações, hiperlinks, podcasts e materiais didáticos ligados ao assunto em um mesmo ambiente.





3 OBJETIVOS E FINALIDADES

O produto tem a finalidade de suprir lacunas existentes na instituição de ensino, com relação ao compartilhamento de informações relacionadas às legislações garantidoras da participação democrática nas escolas públicas, a exemplo da Constituição Federal, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, do Estatuto da Criança e do Adolescente e da lei que institui o Plano Nacional da Educação.

O objetivo principal é desenvolver habilidades cívicas, pensamento crítico e engajamento social entre os estudantes, contribuindo para sua cidadania.





Plataforma interativa: O Mural Interativo oferece uma plataforma online interativa onde os estudantes podem obter informações, compartilhar ideias, discutir assuntos relevantes, propor projetos e votar em questões importantes para a comunidade escolar.

A partir de estudos bibliográficos, análises de documentos, entrevistas com os estudantes e com os servidores futuros membros natos do Conselho de Gestão de Campus do IFS Socorro, envolvendo a temática Gestão Escolar Democrática e os mecanismos de participação estudantil formalmente instituídos pelo IFS, foi construído esse Mural Virtual Interativo.

Silva e Lima (2018) consideram que o Padlet é uma ferramenta que fomenta a colaboração e a interação dos sujeitos, difundindo ideias e culturas, democratizando as informações.



4 TUTORIAL DE ACESSO À PLATAFORMA

O mural pode ser acessado por meio do link:
<https://padlet.com/valdenicelima/mural-interativo-gest-o-escolar-democr-tica-construindo-a-qu-7twsf1bzf5235gq>

Ou pelo QR code abaixo:



5 SOBRE O MURAL VIRTUAL

Para a elaboração do Mural foi escolhida a plataforma Padlet, uma ferramenta digital gratuita utilizada para criar conteúdos multimídia interativos.



Seção 01

Áudio de boas-vindas feito pela autora

Seção 02

Cartilha/Legislações que tratam da participação estudantil na educação

Seção 03

Vídeos sobre a gestão e participação estudantil na escola

Seção 04

Links, informações e endereços sobre a Gestão Participativa.

Seção 05

Podcasts relacionados aos Conselhos de Campus e à gestão escolar democrática.

A plataforma é acessada pelo link: pt-br.padlet.com



6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

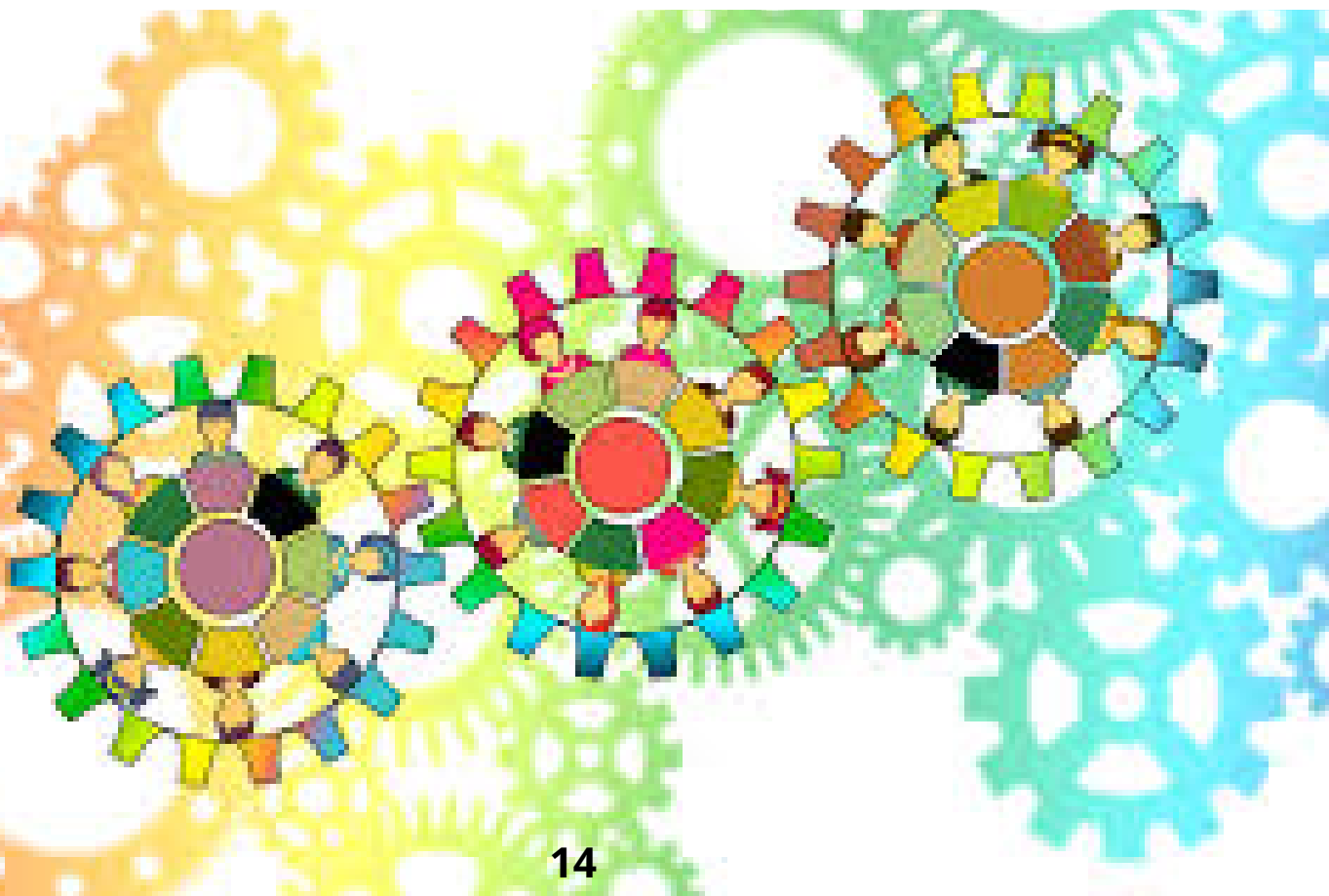
O Produto Educacional de que trata este estudo atende tanto ao público discente quanto aos servidores da unidade e/ou da instituição, por comunicar, guardar, criar, interagir com as informações por meio da ferramenta Padlet.

De acordo com Moran (2015), a tecnologia integra todos os espaços e tempos. Nela, acontecem os mundos físico e digital, o ensinar e o aprender, facilitando muitas formas de comunicação horizontal entre as pessoas.





Dessa forma, com a elaboração deste Produto Educacional, cumpre-se a finalidade de difundir os mecanismos de participação estudantil, legislações, vídeos, documentos, hiperlinks e materiais didáticos ligados ao assunto de forma interativa, com o propósito de diminuir as lacunas existentes na Instituição em relação ao compartilhamento das informações relacionadas ao estudo.





REFERÊNCIAS

MORAN, José. Mudando a educação com metodologias ativas. *In*: SOUZA, Carlos Alberto de; MORALES, Ofelia Elisa Torres (orgs.). **Convergências Midiáticas, Educação e Cidadania: aproximações jovens**. v. II. PG: Foca FotoPROEX/UEPG, 2015. (Coleção Mídias Contemporâneas). Disponível em: https://moran.eca.usp.br/wp-content/uploads/2013/12/mudando_moran.pdf. Acesso em: 7 dez. 2023.

LEITE, Priscila de Souza Chisté. Produtos Educacionais em Mestrados Profissionais na Área de Ensino: uma proposta de avaliação coletiva de materiais educativos. *Investigação Qualitativa em Educação*, v. 1, p. 330-339, 2018

SILVA, Patrícia Grasel da; LIMA, Dione Souza de. Padlet como ambiente virtual de aprendizagem na formação de profissionais da Educação. *In*: **Revista Novas Tecnologias na Educação**, Porto Alegre, v. 16, n. 1, 2018. p. 83-92. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/renote/article/view/86051/49407>. Acesso em: 18 jan. 2024.



APÊNDICE B - PARECER CONSUBSTANCIADO - CONSELHO DE ÉTICA E PESQUISA (CEP)

INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DE SERGIPE/



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA: UMA ANÁLISE PARA A PARTICIPAÇÃO ESTUDANTIL NO CONSELHO DE CAMPUS

Pesquisador: VALDENICE ARAUJO SANTOS LIMA

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 70161623.0.0000.8042

Instituição Proponente: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.303.318

Apresentação do Projeto:

Este estudo tem por objetivo analisar a percepção dos estudantes dos cursos integrados do Instituto Federal de Sergipe (IFS) Campus Socorro em relação a gestão escolar democrática com foco no Conselho de Gestão de Campus do IFS. O Conselho de Gestão de Campus foi recém criado no IFS e atuará como instância consultiva e deliberativa no Campus, tem como finalidade reunir os membros dos diversos grupos, setores para subsidiar o Diretor Geral do Campus em opinar, criar normas, fazer consultas e deliberar em sentido restrito quanto às ações administrativas, de ensino, pesquisa, extensão e financeiras da escola. A pesquisa fundamentar-se-á nos estudos dos teóricos educadores/pesquisadores sobre a gestão escolar democrática como premissa para a educação alcançar os objetivos do ensino, bem como na Constituição federal, na legislação brasileira e nos documentos institucionais que tratam da temática educação Integral libertadora, formadora de indivíduos críticos. Do ponto de vista metodológico será realizada uma pesquisa qualitativa de natureza aplicada por meio de um estudo de caso. Pretende-se com o produto educacional resultante deste Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), propagar o órgão conselho de campus e algumas instâncias participativas instituídas na unidade, minimizando a lacuna constatada no estudo de Xavier (2019) sobre a ausência de um órgão que possibilite a gestão democrática local, bem como com relação à passividade da participação estudantil nesses mecanismos por razão principalmente do desconhecimento sobre esses instrumentos.

Endereço: Avenida Jorge Amado, 1551 - 2º andar sl CEP, Loteamento Garcia

Bairro: Jardins

CEP: 49.025-330

UF: SE

Município: ARACAJU

Telefone: (79)3711-1422

E-mail: cep@ifs.edu.br

**INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DE SERGIPE/**



Continuação do Parecer: 6.303.318

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Analisar a percepção dos estudantes do ensino médio integrado dos cursos de Energias Renováveis e Manutenção e Suporte em Informática do IFS - Campus Socorro sobre a gestão escolar democrática na Educação Profissional e Tecnológica com o propósito de estimular a participação no órgão Conselho de Gestão de Campus na unidade.

Objetivo Secundário:

- * Apresentar a produção acadêmica sobre gestão escolar democrática na EPT
- * Analisar como irá ocorrer a participação dos estudantes no conselho de gestão de campus do IFS
- * Analisar a percepção dos estudantes e gestores sobre a participação estudantil na gestão escolar;
- * Elaborar peça informacional, o Guia "construindo a qualidade da participação estudantil no conselho de Campus" com o intuito de proporcionar melhor visibilidade e despertar o interesse dos estudantes quanto à participação nas decisões da escola.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Riscos de quebra de sigilo, cansaço ou aborrecimento ao responder o questionário, desconforto durante as gravações de áudio. Além desses, outro risco desta pesquisa é a desistência dos participantes ao longo do desenvolvimento da pesquisa. Como forma de minimizar os possíveis riscos, tomaremos as medidas de guardar e manter sigilo das respostas; não haverá identificação nominal dos respondentes e entrevistados; a escolha de um local que proporcione discrição e silêncio no momento da entrevista; será escolhido um percentual amostral que supere possíveis desistências.

Benefícios:

A participação dos voluntários contribuirá para o alcance de maior divulgação do conselho de campus e consequentemente uma maior participação nas decisões da escola favorecendo a promoção da formação social do sujeito.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Ver item "Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações"

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Foram apresentados os seguintes termos:

- Projeto Básico
- Projeto Completo

Endereço: Avenida Jorge Amado, 1551 - 2º andar sl CEP, Loteamento Garcia

Bairro: Jardins

CEP: 49.025-330

UF: SE

Município: ARACAJU

Telefone: (79)3711-1422

E-mail: cep@ifrs.edu.br

**INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DE SERGIPE/**



Continuação do Parecer: 6.303.318

- TCLE Responsáveis
- TCLE Maiores de 18
- TALE
- Carta de Anuência
- Folha de Rosto
- Termo de Compromisso e Confidencialidade
- Autorização de uso de imagem e depoimento

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

As pendências abordadas no parecer anterior foram sanadas. Assim, recomenda-se pela aprovação do presente protocolo de pesquisa após anexar a carta de anuência. (ATENDIDA)

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2127651.pdf	15/09/2023 09:40:58		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_Valdenice.pdf	15/09/2023 09:40:24	VALDENICE ARAUJO SANTOS LIMA	Aceito
Outros	Carta_anuencia.pdf	15/09/2023 09:35:24	VALDENICE ARAUJO SANTOS	Aceito
Outros	Carta_de_resposta_ao_Conselho_de_Etica_em_pesquisa_29assinado.pdf	06/09/2023 16:05:48	VALDENICE ARAUJO SANTOS	Aceito
Outros	Roteiro_entrevistas_corrigido.pdf	25/08/2023 21:35:12	VALDENICE ARAUJO SANTOS	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Tale2408assinado.pdf	25/08/2023 20:49:43	VALDENICE ARAUJO SANTOS LIMA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	3105TCLEresponsaveisassinado.pdf	31/05/2023 11:49:57	VALDENICE ARAUJO SANTOS LIMA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	3105TCLEmaioresassinado.pdf	31/05/2023 11:28:10	VALDENICE ARAUJO SANTOS LIMA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento /	Termo_de_compromisso_e_confidencialidade.pdf	18/05/2023 21:55:03	VALDENICE ARAUJO SANTOS	Aceito

Endereço: Avenida Jorge Amado, 1551 - 2º andar sl CEP, Loteamento Garcia

Bairro: Jardins

CEP: 49.025-330

UF: SE

Município: ARACAJU

Telefone: (79)3711-1422

E-mail: cep@ifrs.edu.br

**INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DE SERGIPE/**



Continuação do Parecer: 6.303.318

Justificativa de Ausência	Termo_de_compromisso_e_confidencialidade.pdf	18/05/2023 21:55:03	VALDENICE ARAUJO SANTOS	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Termo_de_autorizacao_de_uso_de_imagem_e_depoimento.pdf	18/05/2023 21:54:50	VALDENICE ARAUJO SANTOS LIMA	Aceito
Folha de Rosto	folhaderostoassinada.pdf	18/05/2023 21:52:32	VALDENICE ARAUJO SANTOS	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Autorizacao_de_uso_de_arquivos.pdf	18/05/2023 21:47:28	VALDENICE ARAUJO SANTOS LIMA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

ARACAJU, 15 de Setembro de 2023

Assinado por:
Graziela Goncalves Moura
(Coordenador(a))

Endereço: Avenida Jorge Amado, 1551 - 2º andar sl CEP, Loteamento Garcia

Bairro: Jardins

CEP: 49.025-330

UF: SE

Município: ARACAJU

Telefone: (79)3711-1422

E-mail: cep@ifrs.edu.br

APÊNDICE C - TERMO/REGISTRO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (PARA RESPONSÁVEL LEGAL PELO MENOR DE 18 ANOS)



COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA DO IFS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA ProfEPT

6. *TERMO/REGISTRO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO* (PARA RESPONSÁVEL LEGAL PELO MENOR DE 18 ANOS)

Convidamos o menor sob sua responsabilidade para participar como voluntário (a) da pesquisa **GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA: UMA ANÁLISE PARA A PARTICIPAÇÃO ESTUDANTIL NO CONSELHO DE CAMPUS**, que está sob a responsabilidade da pesquisadora VALDENICE ARAÚJO SANTOS LIMA, com endereço pessoal à Av. Central, 70 – Condomínio Residencial Sinai 1 – Rua D, casa 49 – Bairro Olaria – CEP 49092-693, celular (79) 999532080 e e-mail: imagaluvi@gmail.com, que está sob a orientação do Prof. Dr. José Franco de Azevedo (79) 988559604.

Todas as suas dúvidas podem ser esclarecidas com o responsável por esta pesquisa. Apenas quando todos os esclarecimentos forem dados e você concorde com a realização do estudo, pedimos que rubrique as folhas e assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma via lhe será entregue e a outra ficará com o pesquisador responsável.

O menor sob sua responsabilidade estará livre para decidir participar ou recusar-se. Caso não aceite participar, não haverá nenhum problema, desistir é um direito dele, bem como será possível retirar o consentimento em qualquer fase da pesquisa, também sem nenhuma penalidade.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

➤ **Descrição da pesquisa:**

O **objetivo geral** do estudo é analisar a percepção dos estudantes do ensino médio integrado dos cursos de Energias Renováveis e Manutenção e Suporte em Informática do IFS - Campus Socorro sobre a gestão escolar democrática na Educação Profissional e Tecnológica com o propósito de divulgar o órgão Conselho de Gestão de Campus na unidade e os **objetivos específicos são**: Apresentar a produção acadêmica sobre gestão escolar democrática na EPT, analisar como irá ocorrer a participação dos estudantes no conselho de gestão de campus do IFS, analisar a percepção dos estudantes e gestores sobre a participação estudantil na gestão escolar; elaborar peça informacional, o Guia “construindo a qualidade da participação estudantil no Conselho de Campus” com o intuito de proporcionar melhor visibilidade e despertar o interesse dos estudantes quanto à participação nas decisões da escola. **Este trabalho justifica-se** pela razão da análise do órgão Conselho de Campus recém criado no Instituto Federal de Sergipe mediante a finalidade do ensino da Educação Profissional e Tecnológica o qual congrega a formação social do sujeito pautado na gestão escolar democrática, porém, estudos recentes realizados em âmbito do IFS evidenciam a passividade na participação do estudante nos diversos mecanismos formalmente instituídos e garantidos por leis, devido principalmente ao desconhecimento sobre o seu direito de atuar nas instâncias participativas, e assim, propor a confecção de um material textual com o intuito de proporcionar melhor visibilidade e despertar o interesse dos estudantes quanto à participação nas decisões da escola. Para operacionalização deste estudo, será trabalhada a análise do conteúdo de dados numa pesquisa qualitativa onde deverá ser desenvolvido um produto educacional (o Guia “construindo a qualidade da participação estudantil no conselho de Campus”). Esta pesquisa será realizada por meio de entrevistas aos estudantes das turmas de 1º ano do Curso Técnico Integrado no IFS - Campus Socorro e aos membros natos que compõem o

conselho de campus.

Esclarecimento do período de participação do voluntário na pesquisa

Após autorização do Comitê de Ética do IFS, serão iniciadas as pesquisas no Campus Socorro, com previsão de duração de 03 meses (agosto, setembro e outubro de 2023).

Importante ressaltar que a depender da idade dos respondentes (menor ou maior de idade) serão solicitados documentos com autorização dos responsáveis pelo aluno menor ou autorização do próprio aluno maior de idade.

- **RISCOS diretos para o voluntário:** Riscos de quebra de sigilo, cansaço ou aborrecimento ao responder o questionário, desconforto durante as gravações de áudio. Além desses, outro risco desta pesquisa é a desistência dos participantes ao longo do desenvolvimento da pesquisa. Como forma de minimizar os possíveis riscos, tomaremos as medidas de guardar e manter sigilo das respostas; não haverá identificação nominal dos respondentes e entrevistados; a escolha de um local que proporcione discrição e silêncio no momento da entrevista; será escolhido um percentual amostral que supere possíveis desistências.
- **BENEFÍCIOS diretos e indiretos para os voluntários:** O presente estudo visa, caso sejam levantadas as hipóteses levantadas pela pesquisadora - oferecer informações sobre as Instâncias participativas das quais eles têm direito, em especial o Conselho de Campus, o que contribuirá para sua formação integral, ética e crítica.

Todas as informações desta pesquisa serão confidenciais e serão divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas, não havendo identificação dos voluntários, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre a sua participação. Os dados coletados nesta pesquisa (gravações, entrevistas, etc), ficarão armazenados no computador pessoal, sob a responsabilidade da pesquisadora VALDENICE ARAÚJO SANTOS LIMA, no endereço acima informado, pelo período de no mínimo 5 anos.

Nada lhe será pago e nem será cobrado para participar desta pesquisa, pois a aceitação é voluntária, mas fica também garantida a indenização em casos de danos, comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa, conforme decisão judicial ou extra-judicial. Se houver necessidade, as despesas para a sua participação serão assumidas pelos pesquisadores (ressarcimento de transporte e alimentação).



COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA DO IFS

Em caso de dúvidas relacionadas aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar o Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos do IFS no endereço: (Av. Jorge Amado, 1551 - Jardins, Aracaju - SE, 49025-330.; (79) 3711 – 1422 e-mail: cep@ifse.edu.br).

Documento assinado digitalmente
gov.br VALDENICE ARAÚJO SANTOS LIMA
 Data: 31/05/2023 11:45:17-0300
 Verifique em <https://validar.itf.gov.br>

Valdenice Araújo Santos Lima

CONSENTIMENTO DO RESPONSÁVEL PARA A PARTICIPAÇÃO DO/A VOLUNTÁRIO

Eu, _____, CPF _____, abaixo assinado, responsável por
 _____, autorizo a sua participação no estudo GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA:

UMA ANÁLISE PARA A PARTICIPAÇÃO ESTUDANTIL NO CONSELHO DE CAMPUS, como voluntário(a). Fui devidamente informado (a) e esclarecido (a) pela pesquisadora sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes da participação dele (a). Foi me garantido que posso retirar o meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade (ou interrupção de seu acompanhamento/ assistência/tratamento) para mim ou para o (a) menor em questão.

Aracaju/SE, _____

Assinatura do (da) responsável: _____

Presenciamos a solicitação de consentimento, esclarecimentos sobre a pesquisa e aceite do voluntário em participar. 02 testemunhas (não ligadas à equipe de pesquisadores):

Nome:	Nome:
Assinatura:	Assinatura:

APÊNDICE D - TERMO/REGISTRO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (PARA MENORES DE 7 A 18 ANOS)



COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA DO IFS PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA ProfEPT

5. TERMO/REGISTRO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (PARA MENORES DE 7 a 18 ANOS)

OBS: Este Termo de Assentimento para o menor de 7 a 18 anos não elimina a necessidade da elaboração de um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido que deve ser assinado pelo responsável ou representante legal do menor.

Convidamos você _____, após autorização dos seus pais [ou dos responsáveis legais] para participar como voluntário (a) da pesquisa: GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA: UMA ANÁLISE DA PARTICIPAÇÃO ESTUDANTIL NO CONSELHO DE CAMPUS

Esta pesquisa é da responsabilidade da pesquisadora VALDENICE ARAÚJO SANTOS LIMA, com endereço pessoal à Av. Central, 70 – Condomínio Residencial Sinai 1 – Rua D, casa 49 – Bairro Olaria – CEP 49092-693, celular (79) 999532080 e e-mail: imagaluvi@gmail.com, que está sob a orientação do Prof. Dr. José Franco de Azevedo, celular (79) 988559604 e e-mail: jose.franco@ifs.edu.br

Você será esclarecido (a) sobre qualquer dúvida com o responsável por esta pesquisa. Apenas quando todos os esclarecimentos forem dados e você concorde com a realização do estudo, pedimos que rubrique as folhas e assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma via deste termo lhe será entregue para que seus pais ou responsável possam guardá-la e a outra ficará com o pesquisador responsável.

Você estará livre para decidir participar ou recusar-se. Caso não aceite participar, não haverá nenhum problema, desistir é um direito seu. Para participar deste estudo, um responsável por você deverá autorizar e assinar um Termo de Consentimento, podendo retirar esse consentimento ou interromper a sua participação em qualquer fase da pesquisa, sem nenhum prejuízo.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

➤ Descrição da pesquisa:

O **objetivo geral** do estudo é analisar a percepção dos estudantes do ensino médio integrado dos cursos de Energias Renováveis e Manutenção e Suporte em Informática do IFS - Campus Socorro sobre a gestão escolar democrática na Educação Profissional e Tecnológica com o propósito de divulgar o órgão Conselho de Gestão de Campus na unidade e os **objetivos específicos** são: Apresentar a produção acadêmica sobre gestão escolar democrática na EPT, analisar como irá ocorrer a participação dos estudantes no conselho de gestão de campus do IFS, analisar a percepção dos estudantes e gestores sobre a participação estudantil na gestão escolar; elaborar peça informativa, o Guia “construindo a qualidade da participação estudantil no Conselho de Campus” com o intuito de proporcionar melhor visibilidade e despertar o interesse dos estudantes quanto à participação nas decisões da escola. **Este trabalho justifica-se** pela importância da participação dos estudantes dos cursos Integrados do Instituto Federal de Sergipe (IFS) Campus Socorro nas diversas instâncias de participação estudantil e tem como foco a disseminação do

Conselho de Gestão de Campus do IFS, órgão recém criado para a participação dos estudantes nas decisões da escola por meio dos seus representantes. Pretende-se desenvolver um produto educacional (o Guia “construindo a qualidade da participação estudantil no conselho de Campus”) a fim de estimular a participação estudantil nesses mecanismos.

Esclarecimento do período de participação do voluntário na pesquisa

Após autorização do Comitê de Ética do IFS, serão iniciadas as pesquisas no Campus Socorro, com previsão de duração de 02 meses (setembro e outubro de 2023).

Importante ressaltar que a depender da idade dos respondentes (menor ou maior de idade) serão solicitados documentos com autorização dos responsáveis pelo aluno menor ou autorização do próprio aluno maior de idade.

RISCOS diretos para o voluntário: Riscos de quebra de sigilo, cansaço ou aborrecimento ao responder o questionário, desconforto durante as gravações de áudio. Além desses, outro risco desta pesquisa é a desistência dos participantes ao longo do desenvolvimento da pesquisa. Como forma de minimizar os possíveis riscos, tomaremos as medidas de guardar e manter sigilo das respostas; não haverá identificação nominal dos respondentes e entrevistados; a escolha de um local que proporcione discrição e silêncio no momento da entrevista; será escolhido um percentual amostral que supere possíveis desistências.

Todas as informações desta pesquisa serão confidenciais e serão divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas, não havendo identificação dos voluntários, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre a sua participação. Os dados coletados nesta pesquisa (gravações, entrevistas, etc.), ficarão armazenados no computador pessoal e sob a responsabilidade de VALDENICE ARAÚJO SANTOS LIMA, no endereço acima informado, pelo período de mínimo 5 anos.

- **BENEFÍCIOS diretos e indiretos para os voluntários:** O presente estudo visa – caso sejam comprovadas as hipóteses levantadas pela pesquisadora – oferecer informações sobre as instâncias participativas das quais eles têm direito, em especial o conselho de campus, o que contribuirá para a sua formação integral, ética e crítica.

COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA DO IFS

Nem você e nem seus pais [ou responsáveis legais] pagarão nada para você participar desta pesquisa, também não receberão nenhum pagamento para a sua participação, pois é voluntária. Se houver necessidade, as despesas (deslocamento e alimentação) para a sua participação e de seus pais serão assumidas ou ressarcidas pelos pesquisadores. Fica também garantida indenização em casos de danos, comprovadamente decorrentes da sua participação na pesquisa, conforme decisão judicial ou extrajudicial.

Em caso de dúvidas relacionadas aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar o Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos do IFS no endereço: (Av. Jorge Amado, 1551 - Jardins, Aracaju - SE, 49025-330.:

(79) 3711 – 1422 e-mail: cep@ifs.edu.br).



Documento assinado digitalmente
VALDENICE ARAÚJO SANTOS LIMA
Data: 24/08/2023 23:08:12 -0300
Verifique em <https://validar.idf.gov.br>

Valdenice Araújo Santos Lima



ASSENTIMENTO DO(DA) MENOR DE IDADE EM PARTICIPAR COMO VOLUNTÁRIO(A)

Eu, _____, portador (a) do documento de Identidade _____ (se já tiver documento), abaixo assinado, concordo em participar do estudo GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA: UMA ANÁLISE DA PARTICIPAÇÃO ESTUDANTIL NO CONSELHO DE CAMPUS, como voluntário (a). Fui informado (a) e esclarecido (a) pelo (a) pesquisador (a) sobre a pesquisa, o que vai ser feito, assim como os possíveis riscos e benefícios que podem acontecer com a minha participação. Foi-me garantido que posso desistir de participar a qualquer momento, sem que eu ou meus pais precise pagar nada.

Aracaju/SE, _____

Assinatura do (da) menor: _____

Presenciamos a solicitação de assentimento, esclarecimentos sobre a pesquisa e aceite do/a voluntário/a em participar. 02 testemunhas (não ligadas à equipe de pesquisadores):

Nome:	Nome:
Assinatura:	Assinatura:

APÊNDICE E - TERMO/REGISTRO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (PARA MAIORES DE 18 ANOS OU EMANCIPADOS)



COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA DO IFS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
ProfEPT

7. *TERMO/REGISTRO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO* (PARA MAIORES DE 18 ANOS OU EMANCIPADOS)

Convidamos o (a) Sr. (a) para participar como voluntário (a) da pesquisa **GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA: UMA ANÁLISE PARA A PARTICIPAÇÃO ESTUDANTIL NO CONSELHO DE CAMPUS**, que está sob a responsabilidade da pesquisadora VALDENICE ARAÚJO SANTOS LIMA, com endereço pessoal à Av. Central, 70 – Condomínio Residencial Sinai 1 – Rua D, casa 49 – Bairro Olaria – CEP 49092-693, celular (79) 999532080 e e-mail: imagaluvi@gmail.com, que está sob a orientação do Prof. Dr. José Franco de Azevedo (79) 988559604 e e-mail: fraco.azevedo@ifs.edu.br

Todas as suas dúvidas podem ser esclarecidas com o responsável por esta pesquisa. Apenas quando todos os esclarecimentos forem dados e você concorde com a realização do estudo, pedimos que rubriche as folhas e assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma via lhe será entregue e a outra ficará com o pesquisador responsável.

Você estará livre para decidir participar ou recusar-se. Caso não aceite participar, não haverá nenhum problema, desistir é um direito seu, bem como será possível retirar o consentimento em qualquer fase da pesquisa, também sem nenhuma penalidade.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

➤ **Descrição da pesquisa:**

O **objetivo geral** do estudo é analisar a percepção dos estudantes do ensino médio integrado dos cursos de Energias Renováveis e Manutenção e Suporte em Informática do IFS - Campus Socorro sobre a gestão escolar democrática na Educação Profissional e Tecnológica com o propósito de divulgar o órgão Conselho de Gestão de Campus na unidade e os **objetivos específicos** são: Apresentar a produção acadêmica sobre gestão escolar democrática na EPT, analisar como irá ocorrer a participação dos estudantes no conselho de gestão de campus do IFS, analisar a percepção dos estudantes e gestores sobre a participação estudantil na gestão escolar; elaborar peça informativa, o Guia “construindo a qualidade da participação estudantil no Conselho de Campus” com o intuito de proporcionar melhor visibilidade e despertar o interesse dos estudantes quanto à participação nas decisões da escola. **Este trabalho justifica-se** pela razão da análise do órgão Conselho de Campus recém criado no Instituto Federal de Sergipe mediante a finalidade do ensino da Educação Profissional e Tecnológica o qual congrega a formação social do sujeito pautado na gestão escolar democrática, porém, estudos recentes realizados em âmbito do IFS evidenciam a passividade na participação do estudante nos diversos mecanismos formalmente instituídos e

garantidos por leis, devido principalmente ao desconhecimento sobre o seu direito de atuar nas instâncias participativas, e assim, propor a confecção de um material textual com o intuito de proporcionar melhor visibilidade e despertar o interesse dos estudantes quanto à participação nas decisões da escola. Para operacionalização deste estudo, será trabalhada a análise do conteúdo de dados numa pesquisa qualitativa onde deverá ser desenvolvido um produto educacional (o Guia “construindo a qualidade da participação estudantil no conselho de Campus”). Esta pesquisa será realizada por meio de entrevistas aos estudantes das turmas de 1º ano do Curso Técnico Integrado no IFS - Campus Socorro e aos membros natos que compõem o conselho de campus.

Esclarecimento do período de participação do voluntário na pesquisa

Após autorização do Comitê de Ética do IFS, serão iniciadas as pesquisas no Campus Socorro, com previsão de duração de 03 meses (agosto, setembro e outubro de 2023).

Importante ressaltar que a depender da idade dos respondentes (menor ou maior de idade) serão solicitados documentos com autorização dos responsáveis pelo aluno menor ou autorização do próprio aluno maior de idade.

RISCOS diretos para o voluntário: Riscos de quebra de sigilo, cansaço ou aborrecimento ao responder o questionário, desconforto durante as gravações de áudio. Além desses, outro risco desta pesquisa é a desistência dos participantes ao longo do desenvolvimento da pesquisa. Como forma de minimizar os possíveis riscos, tomaremos as medidas de guardar e manter sigilo das respostas; não haverá identificação nominal dos respondentes e entrevistados; a escolha de um local que proporcione discrição e silêncio no momento da entrevista; será escolhido um percentual amostral que supere possíveis desistências.

BENEFÍCIOS diretos e indiretos para os voluntários: O presente estudo visa, caso sejam levantadas as hipóteses levantadas pela pesquisadora - oferecer informações sobre as Instâncias participativas das quais eles têm direito, em especial o Conselho de Campus, o que contribuirá para sua formação integral, ética e crítica.

Todas as informações desta pesquisa serão confidenciais e serão divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas, não havendo identificação dos voluntários, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre a sua participação. Os dados coletados nesta pesquisa (gravações, entrevistas, etc.), ficarão armazenados no computador pessoal e sob a responsabilidade de VALDENICE ARAÚJO SANTOS LIMA, no endereço acima informado, pelo período de mínimo 5 anos.

Nada lhe será pago e nem será cobrado para participar desta pesquisa, pois a aceitação é voluntária, mas fica também garantida a indenização em casos de danos, comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa, conforme decisão judicial ou extra-judicial. Se houver necessidade, as despesas para a sua participação serão assumidas pelos pesquisadores (ressarcimento de transporte e alimentação).



COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA DO IFS

Em caso de dúvidas relacionadas aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar o Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos do IFS no endereço: (Av. Jorge Amado, 1551 - Jardins, Aracaju - SE, 49025-330.:
(79) 3711 – 1422e-mail: cep@ifs.edu.br).

Documento assinado digitalmente
gov.br VALDENICE ARAUJO SANTOS LIMA
Data: 31/05/2023 11:08:32-0300
Verifique em <https://validar.jdt.gov.br>

Valdenice Araújo Santos Lima

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO VOLUNTÁRIO (A)

Eu, _____, CPF _____, abaixo assinado pela pessoa por mim designada, após a leitura (ou a escuta da leitura) deste documento e de ter tido a oportunidade de conversar e ter esclarecido as minhas dúvidas com o pesquisador responsável, concordo em participar do estudo GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA: UMA ANÁLISE PARA A PARTICIPAÇÃO ESTUDANTIL NO CONSELHO DE CAMPUS, como voluntário (a). Fui devidamente informado (a) e esclarecido (a) pela pesquisadora sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar o meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade (ou interrupção de meu acompanhamento/ assistência/tratamento).

A rogo de _____, que é (deficiente visual ou está impossibilitado de assinar), eu _____ assino o presente documento que autoriza a sua participação neste estudo.

Aracaju/SE, _____

Assinatura

Presenciamos a solicitação de consentimento, esclarecimentos sobre a pesquisa e o aceite do voluntário em participar. (02 testemunhas não ligadas à equipe de pesquisadores):

Nome:	Nome:
Assinatura:	Assinatura:

APÊNDICE F - ROTEIRO DE ENTREVISTAS/ESTUDANTES

- 1- Para você o que é democracia?
- 2- Na sua visão, o que é gestão escolar democrática?
- 3- Qual a finalidade do ensino para você?
- 4- Você conhece algum instrumento de participação estudantil no IFS Campus Socorro? Qual? Você participaria se fosse eleito?
- 5- Você já ouviu falar em conselho de campus? se sim para que ele serve? Você já participou dele?
- 6 -Nas escolas que vocês estudaram antes de virem pro Instituto vocês já foram convidados para participar de alguma decisão /escolha na escola? Se sim, foi sobre o quê? Você acredita que poderia contribuir com sugestões nas decisões da escola? Por quê?
- 7- Para você, o que dificultaria a participação do aluno em algum órgão de representatividade estudantil? Por quê?
- 8- Quem você acha que deve participar das decisões da escola? Por quê?
- 9- Para você que pode ser feito para estimular a participação estudantil nos espaços de gestão escolar?

APÊNDICE G - ROTEIRO DE ENTREVISTAS - MEMBROS NATOS DO CONSELHO DE CAMPUS

- 1- O que é para você uma gestão democrática?
- 2 - Você considera importante a participação dos estudantes nesses espaços de gestão democrática da escola? Por quê?
- 3 - Quais os espaços de gestão do IFS que tenham participação dos estudantes? Na sua opinião, os estudantes têm conhecimento desses espaços de gestão da escola?
- 4 - De que forma a escola orienta e estimula a participação dos estudantes nos espaços de participação estudantil?
- 5 - Como ocorre a participação dos estudantes nesses espaços de participação estudantil? Você considera os alunos do campus participativos? Por que?
- 6 - Você já ouviu falar em conselho de Gestão de Campus? Se sim, conhece o normativo do Conselho de Gestão de Campus do IFS?
- 7 - Você conhece alguma legislação que trata da gestão escolar democrática? qual?
O que você achou? O que você acha da participação estudantil nas decisões da escola?
- 8 - Você conhece o Projeto Político Pedagógico do IFS, qual a sua finalidade?
- 9 - Para você, qual fator impediria a participação do estudante nas decisões da escola? e o que pode ser feito para estimular a participação estudantil nos espaços de gestão escolar?
- 10 - Qual a finalidade da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) para você?

APÊNDICE H - ENTREVISTA PARA A VALIDAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL (ESTUDANTES)

Você veio de Instituição: () Pública () Privada

1- Com a plataforma desenvolvida na pesquisa foi possível aprender / adquirir Conhecimento sobre Gestão escolar.

Concordo totalmente

Concordo

discordo

Discordo totalmente

Espaço para registrar suas sugestões, caso tenha marcado DISCORDO OU DISCORDO TOTALMENTE

2- Os materiais disponibilizados no Mural podem contribuir para a formação crítica e cidadã do estudante.

Concordo totalmente

Concordo

discordo

Discordo totalmente

Espaço para registrar suas sugestões, caso tenha marcado DISCORDO OU DISCORDO TOTALMENTE

3- O Mural Interativo aborda assuntos necessários e esclarecedores sobre a participação estudantil na gestão da escola

Concordo totalmente

Concordo

discordo

Discordo totalmente

Espaço para registrar suas sugestões, caso tenha marcado DISCORDO OU DISCORDO TOTALMENTE

4- Recomendaria este Mural Interativo para outros estudantes.

Concordo totalmente

Concordo

Discordo

Discordo totalmente

Espaço para registrar suas sugestões, caso tenha marcado DISCORDO OU DISCORDO TOTALMENTE

5- Após as informações constantes no Mural sinto-me estimulado (a) a participar das Instâncias de participação estudantil da escola.

Concordo totalmente

Concordo

discordo

Discordo totalmente

Espaço para registrar suas sugestões, caso tenha marcado DISCORDO OU DISCORDO TOTALMENTE

6- Aprende-se mais sobre a participação estudantil e os mecanismos existentes na Instituição, utilizando esse tipo de mídia para refletir sobre os conhecimentos básicos de cidadania.

Concordo totalmente

Concordo

Discordo

Discordo totalmente

Espaço para registrar suas sugestões, caso tenha marcado DISCORDO OU DISCORDO TOTALMENTE

7- Os temas apresentados nesse mural já haviam sido debatidos/assimilados no IFS- Campus Socorro.

Concordo totalmente

Concordo

discordo

Discordo totalmente

Espaço para registrar suas sugestões, caso tenha marcado DISCORDO OU DISCORDO TOTALMENTE

8- O material me impulsiona a fazer algo para melhorar com relação ao assunto abordado

Concordo totalmente

Concordo

Discordo

Discordo totalmente

Espaço para registrar suas sugestões, caso tenha marcado DISCORDO OU DISCORDO TOTALMENTE

9- O conteúdo ajuda no meu conhecimento sobre os espaços de gestão escolar

Concordo totalmente

Concordo

discordo

Discordo totalmente

Espaço para registrar suas sugestões, caso tenha marcado DISCORDO OU DISCORDO TOTALMENTE

10 - No material constante no Mural há algo considerado irritante ou ofensivo.

Concordo totalmente

Concordo

Discordo

Discordo totalmente

Espaço para registrar suas sugestões, caso tenha marcado DISCORDO OU DISCORDO TOTALMENTE

**APÊNDICE I - ENTREVISTA PARA A VALIDAÇÃO DO PRODUTO
EDUCACIONAL (SERVIDORES)**

1 - A Plataforma Virtual (Mural interativo) poderá contribuir para o conhecimento sobre os canais de participação dos estudantes na gestão escolar do IFS.

Concordo totalmente

Concordo

Discordo

Discordo totalmente

Espaço para registrar suas sugestões, caso tenha marcado DISCORDO OU DISCORDO TOTALMENTE

2- Os materiais disponibilizados no Mural podem contribuir para a formação crítica e cidadã do estudante.

Concordo totalmente

Concordo

discordo

Discordo totalmente

Espaço para registrar suas sugestões, caso tenha marcado DISCORDO OU DISCORDO TOTALMENTE

3- O Mural Interativo aborda assuntos necessários e esclarecedores sobre a participação estudantil na gestão da escola.

Concordo totalmente

Concordo

Discordo

Discordo totalmente

Espaço para registrar suas sugestões, caso tenha marcado DISCORDO OU DISCORDO TOTALMENTE

4 - A Plataforma pode ser divulgada entre os estudantes como uma orientação sobre os canais de participação na gestão escolar.

Concordo totalmente

Concordo

Discordo

Discordo totalmente

Espaço para registrar suas sugestões, caso tenha marcado DISCORDO OU DISCORDO TOTALMENTE

5 - Este material contribuiu para aumentar o meu conhecimento (como futuro membro nato) sobre o Conselho de Gestão de Campus, órgão formalmente instituído na Instituição a ser implementado no Campus Socorro.

Concordo totalmente

Concordo

Discordo

Discordo totalmente

Espaço para registrar suas sugestões, caso tenha marcado DISCORDO OU DISCORDO TOTALMENTE

6- Aprende-se mais sobre a participação estudantil e os mecanismos existentes na Instituição, utilizando esse tipo de mídia para refletir sobre os conhecimentos básicos de cidadania.

Concordo totalmente

Concordo

Discordo

Discordo totalmente

Espaço para registrar suas sugestões, caso tenha marcado DISCORDO OU DISCORDO TOTALMENTE

7 - Os temas apresentados nesse mural já haviam sido debatidos/assimilados no IFS- Campus Socorro.

Sim.

Não.

Em parte.

Espaço para registrar suas sugestões, caso tenha marcado DISCORDO OU DISCORDO TOTALMENTE

8 - No material constante no Mural há algo considerado irritante ou ofensivo?

Se sim. Gentileza citar a Seção/o conteúdo, seu ponto de vista.

Sim.

Não.

Espaço para registrar suas sugestões, caso tenha marcado DISCORDO OU
DISCORDO TOTALMENTE

ANEXO A - RESOLUÇÃO SOBRE O REGULAMENTO DO CONSELHO DE GESTÃO DE CAMPUS DO IFS



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE
CONSELHO SUPERIOR

RESOLUÇÃO CS/ IFS Nº 171, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2022

Dispõe sobre o Regulamento de Conselho de Gestão de Campus do IFS.

A PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE faz saber que, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008 e o Art. 9º do Estatuto do IFS, considerando o Processo SEI/IFS nº 23060.001126/2022-14 e a decisão proferida na 7ª Reunião Ordinária do Conselho Superior, ocorrida em 09/09/2022,

RESOLVE:

CAPÍTULO I

DA NATUREZA E FINALIDADE

Art. 1º O Conselho de Gestão de Campus do IFS é órgão de natureza consultiva e normativa no âmbito de cada campus do IFS, sendo também deliberativa nas matérias que não sejam de competência exclusiva do Conselho Superior do IFS, tendo por finalidade contribuir com opiniões e sugestões para a administração de Campus visando ao aprimoramento contínuo do processo educativo, bem como ao zelo pela correta execução da sua política educacional, atuando como instância recursal máxima no âmbito do Campus.

CAPÍTULO II

DA COMPOSIÇÃO

Art. 2º O Conselho de Gestão de Campus do IFS terá a seguinte composição:

- I. membros natos:
 - a) o Diretor-Geral, na qualidade de Presidente;
 - b) o Diretor ou Gerente de Administração;
 - c) o Diretor ou Gerente de Ensino;
 - d) o Coordenador de Pesquisa e Extensão.
- II. membros representantes eleitos:
 - a) mínimo de 2 (dois) coordenadores de cursos e suplentes, eleitos entre seus pares;
 - b) mínimo de 6 (seis) docentes efetivos e suplentes, eleitos entre seus pares;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE
CONSELHO SUPERIOR

- c) mínimo de 1 (um) representante dos técnico-administrativos em educação e 1 (um) suplente, eleitos entre seus pares;
- d) mínimo de 1 (um) representante de pais de alunos ou 1 (um) estudante maior de 18 anos e 1 (um) suplente, eleitos entre seus pares;
- e) mínimo de 1 (um) representante dos setores produtivos, sociais ou culturais da região onde se encontra o campus e 1 (um) suplente, indicado pela direção do campus.

§1º Os membros do Conselho de Gestão de campus serão eleitos pelos seus pares com seus respectivos suplentes e exercerão suas funções sem prejuízo das atribuições de seus respectivos cargos e funções, sendo tal participação considerada de relevante interesse público, não lhes cabendo remuneração adicional.

§2º Os representantes eleitos entre seus pares terão um mandato de 2 (dois) anos, sendo permitida a recondução à função em mandatos alternados e apenas 1 (uma) vez em mandatos consecutivos.

§3º Em relação aos membros da alínea a), do item II do caput, caso o campus possua as modalidades de ensino técnico e ensino superior, os coordenadores devem ser de modalidades distintas de ensino.

§4º A composição do Conselho de Gestão de Campus poderá ser ampliada com outras representatividades, desde que mantenha o mínimo 70% de docentes, conforme o Art. 56 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

CAPÍTULO III

DA COMPETÊNCIA

Art. 3º Compete ao Conselho de Gestão de Campus do IFS:

- I. subsidiar o(a) Diretor(a) Geral do Campus com informações da comunidade relativas a assuntos de caráter administrativo, de ensino, de pesquisa e de extensão;
- II. apreciar e aprovar o Plano Anual de Trabalho, Plano de Desenvolvimento de Pessoas e Projeto Político Pedagógico do Campus, para posterior encaminhamentos juntos aos Órgãos Superiores do IFS;
- III. aprovar o Plano de Desenvolvimento Institucional do Campus em consonância com o Plano de Desenvolvimento do IFS, bem como zelar pela sua efetivação;
- IV. apreciar o calendário acadêmico do Campus e sugerir alterações, quando couber, mediante justificativa a ser apreciada por instâncias superiores;
- V. convocar a comunidade educativa do Campus, quando necessário, para consulta sobre assunto de interesse do Campus;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE
CONSELHO SUPERIOR

- VI. apreciar o plano geral de ação, o limite orçamentário anual do campus e o orçamento plurianual de investimentos;
- VII. requerer informações e propor à Diretoria-Geral as diretrizes e recomendações técnicas das atividades do campus;
- VIII. apreciar as políticas administrativas, financeiras e educacionais do campus;
- IX. requerer informações e fazer proposições a respeito das ações referidas no PDI do campus;
- X. opinar sobre a criação, modificação ou extinção de órgão do organograma da atividade-meio do campus;
- XI. elaborar e propor alterações no Regulamento de Gestão de Campus do IFS.
- XII. zelar pela efetivação das políticas de Assistência Estudantil e de atenção às Pessoas com Necessidades Educativas Específicas;
- XIII. Propor e aprovar, quando delegada a respectiva competência, programas, convênios, projetos, parcerias, contratos e quaisquer outros instrumentos jurídicos que gerem obrigações do Campus com entidades públicas e privadas, bem como estabelecer normas e critérios para acompanhar o andamento dos mesmos, encaminhando-os para emissão de parecer da Procuradoria Jurídica e Conselho Superior do IFS;
- XIV. emitir parecer e encaminhar para aprovação do Conselho Superior do IFS, propostas de criação, extinção ou desativação temporária de Cursos no âmbito do Campus;
- XV. opinar sobre as demais questões submetidas à sua apreciação;

CAPÍTULO IV
DO APOIO ADMINISTRATIVO

Art. 4º O apoio administrativo do Conselho de Gestão será feito por servidor designado pelo Diretor-Geral, que exercerá as atribuições de secretaria do Conselho de Gestão, sem direito a voto.

Parágrafo único. O(a) secretário(a) do Conselho de Gestão exercerá suas funções sem prejuízo das atribuições de seu respectivo cargo ou função e não receberá gratificação adicional por tal exercício.

CAPÍTULO V
DAS ATRIBUIÇÕES



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE
CONSELHO SUPERIOR

Seção I

Do Presidente

Art. 5º São atribuições do Presidente do Conselho de Gestão:

- I. representar o Conselho de Gestão;
- II. convocar e presidir as reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho de Gestão e aprovar a pauta das reuniões;
- III. dirigir as discussões, mantendo a ordem, concedendo a palavra aos Conselheiros, coordenando os debates e neles intervindo para esclarecimento, encaminhando e apurando as votações e proclamando seu resultado;
- IV. intervir, com seu voto de qualidade, quando houver empate na votação da matéria em apreciação;
- V. resolver questões de ordem;
- VI. impedir debate durante o período de votação;
- VII. declarar a perda do mandato de Conselheiro, prevista neste Regulamento;
- VIII. constituir comissões, designando seus membros;
- IX. justificar falta de Conselheiro, desde que comunicada, por escrito, antecipadamente.

Seção II

Do Vice-Presidente

Art. 6º O Vice-Presidente deverá ser membro nato ou membro representante do Conselho de Gestão e será designado pelo Presidente, tendo como atribuições:

- I. substituir o Presidente em suas faltas e/ou impedimentos;
- II. colaborar com o Presidente na representação e na direção do Conselho de Gestão;
- III. executar todos os demais serviços de sua competência que lhe forem atribuídos pelo Presidente.

Seção III

Da Secretaria

Art. 7º São atribuições do(a) Secretário(a) do Conselho de Gestão:



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE
CONSELHO SUPERIOR

- I. organizar a pauta dos assuntos a serem tratados e submetê-los à decisão do Presidente;
- II. preparar o expediente para os despachos da Presidência;
- III. despachar com o Presidente do Conselho de Gestão assuntos pertinentes ao Conselho de Gestão;
- IV. ter a seu cargo toda a correspondência do Conselho de Gestão;
- V. dar conhecimento aos membros do Conselho de Gestão e aos eventuais participantes sobre o local, data e horário determinados para a reunião, podendo a comunicação ser feita via correio eletrônico;
- VI. secretariar as reuniões e lavrar as atas, nelas registrando o comparecimento dos membros e dos convidados, bem como os atos e fatos importantes consignados e as votações ocorridas;
- VII. elaborar e submeter ao Conselho de Gestão relatório de suas atividades, desde o ano anterior até o primeiro trimestre do ano em curso;
- VIII. promover as publicações das recomendações do Conselho de Gestão;
- IX. arquivar as atas e as recomendações, opiniões e pareceres proferidos pelo Conselho de Gestão;
- X. exercer outras atribuições que lhe sejam delegadas pelo Presidente do Conselho de Gestão.

CAPÍTULO VI
DO FUNCIONAMENTO

Art. 8º As reuniões do Conselho de Gestão serão instaladas com a presença de, no mínimo, mais da metade dos Conselheiros.

§1º O quorum será apurado no início da reunião pela assinatura dos Conselheiros na lista de presença, com tolerância máxima de 15 (quinze) minutos.

§2º Em caso de não ser apurado o quorum para a respectiva reunião, ela será automaticamente remarcada para o mesmo dia da semana seguinte no mesmo horário em segunda convocação.

Art. 9º As reuniões ocorrerão ordinariamente ao menos 2 (duas) vezes em cada semestre letivo acadêmico, em dias úteis da semana, com duração máxima de duas horas, podendo ser prorrogadas por manifesta necessidade e, extraordinariamente, por convocação do Presidente ou por 2/3 (dois terços) de seus membros, com indicação da pauta de assuntos a serem tratados, horário e local.

Parágrafo único. A convocação para as reuniões ordinárias, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, far-se-á por aviso pessoal escrito, fax, correio eletrônico, telegrama ou qualquer outra via idônea de comunicação.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE
CONSELHO SUPERIOR

Art. 10. A reunião extraordinária será convocada no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas para exame de matéria de extrema relevância ou urgência, por iniciativa do Presidente do Conselho de Gestão, ou poderá ser requerida ao Presidente do Conselho de Gestão por pelo menos 2/3 dos seus membros.

§1º Na hipótese de o Presidente, decorridas as 48 (quarenta e oito) horas de apresentação do requerimento para a reunião extraordinária, não a convocar, os membros interessados subscreverão a respectiva convocação, para realizá-la no mesmo prazo.

§2º Poderá ser omitida a pauta ou dispensada a antecedência prevista neste artigo quando ocorrerem motivos excepcionais ou de caráter sigiloso.

Art. 11. As reuniões serão presididas pelo Presidente e, em seus impedimentos ou ausências, pelo Vice-Presidente, nos termos do art. 6º, inciso I deste Regulamento.

Parágrafo único. Na ausência do Presidente e do Vice-Presidente os membros presentes escolherão entre os Conselheiros aquele que presidirá a reunião.

Art. 12. O Conselho de Gestão terá a função de emitir opinião e/ou sugerir ações sobre os assuntos constantes da pauta da reunião, resultando, quando possível, do consenso de seus membros.

§1º Caso o consenso não seja alcançado, proceder-se-á à votação, que seguirá por maioria simples de votos, observado o quorum mínimo de dois terços, cabendo ao Presidente em exercício o voto de qualidade nos casos de empate.

§2º Quando não for possível o consenso, o assunto pode ser remetido para estudos ou ficar sobre a mesa para a próxima reunião do conselho.

Art. 13. O processo de votação indicado pelo Presidente, ou resultante de deliberação do Conselho de Gestão, será decidido pelo próprio conselho.

§1º Qualquer Conselheiro poderá fazer consignar em ata o seu voto.

§2º Será permitida a abstenção do voto.

Art. 14. Convidados indicados pelos conselheiros e convocados pelo Presidente, caso este julgue necessário, poderão comparecer às reuniões do Conselho de Gestão, na qualidade de colaborador, sem direito a voto.

Art. 15. A ordem dos trabalhos das reuniões ordinárias ou extraordinárias será a seguinte:

- I. abertura da reunião, discussão e votação da ata da reunião anterior;
- II. leitura do expediente e da ordem do dia, compreendendo relato, discussão e votação da matéria;
- III. apresentação de proposições, pareceres e comunicações dos membros;
- IV. assuntos de ordem geral.

§1º A pauta será organizada pela Secretaria, com as matérias a serem submetidas a exame, acompanhadas, quando necessário, de pareceres.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE
CONSELHO SUPERIOR

§2º A ordem dos trabalhos estabelecida neste artigo poderá ser alterada mediante proposta de qualquer membro do Conselho de Gestão, desde que devidamente justificada e aceita.

§3º Não havendo quem se manifeste sobre a ata, será ela considerada aprovada.

§4º Qualquer membro da comunidade acadêmica pode remeter qualquer assunto ao conselho de gestão. Essa remessa deve ser feita da seguinte forma:

- I. o assunto deve ser aceito por algum dos conselheiros para ser levado conselho por este;
- II. deve ser encaminhado para pauta pelo e-mail do conselho de gestão com cópia para todos os conselheiros, em qualquer tempo;
- III. os assuntos serão discutidos pela ordem de recebimento ou decisão do conselho na abertura dos trabalhos.

Art. 16. As atas das reuniões deverão ser publicadas na intranet do campus.

Parágrafo único. Caberá ao Secretário do Conselho de Gestão a publicação das atas de reunião, na intranet do campus, até a segunda reunião subsequente.

Art. 17. O membro do Conselho de Gestão que, por motivo justo, não puder comparecer à reunião convocada, deve comunicá-lo formalmente ao Presidente.

Parágrafo único. A ausência do conselheiro, sem justificativa aceita pelo órgão, a 3 (três) reuniões consecutivas ou a 6 (seis) intercaladas no período de 12 (doze) meses alternadas, perderá o mandato no conselho.

CAPÍTULO VII

DA VACÂNCIA

Art. 18. No caso de vacância de qualquer dos membros titulares do Conselho de Gestão do campus, assumirá o respectivo suplente, no caso de membros representantes, e o servidor designado para o cargo, no caso de membros natos, para a complementação do mandato.

§ 1º Aos membros referentes ao inciso I e a alínea a), do inciso II, ambos do Art. 2º, entende-se por vacância: afastamento/licença superior a 90 (noventa) dias consecutivos; exoneração; aposentadoria; falecimento; exoneração da função/cargo.

§ 2º Aos membros referentes as alíneas b) e c), do inciso II do Art. 2º, entende-se por vacância: afastamento/licença superior a 90 (noventa) dias consecutivos; remoção de campus; redistribuição; exoneração; aposentadoria; falecimento.

§ 3º Aos membros referentes a alíneas d), do inciso II do Art. 2º, entende-se por vacância: afastamento/licença superior a 90 (noventa) dias consecutivos; conclusão de curso; transferência para outro campus/instituição; matrícula inativa; falecimento.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE
CONSELHO SUPERIOR

§ 4º Aos membros referentes a alíneas e), do inciso II do Art. 2º, entende-se por vacância: afastamento superior a 90 (noventa) dias consecutivos; falecimento.

§ 5º Se a vacância for de membro suplente, então assumirá o primeiro excedente na ordem de classificação da eleição.

§6º Não havendo suplentes no caso dos membros representantes, será o servidor ou aluno designado pela Direção-Geral até a realização das eleições.

CAPÍTULO VIII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 19. Os atos do Conselho de Gestão podem consistir em pareceres, indicações, requerimentos, emendas ou moções.

§1º Parecer é a proposição na qual o Conselho de Gestão se pronuncia sobre qualquer matéria que a ele seja submetida.

§2º Indicação é proposição apresentada por qualquer Conselheiro para apreciação do Conselho de Gestão.

§3º Requerimento é proposição de iniciativa de Conselheiro, dirigida oralmente ou por escrito à presidência do Conselho de Gestão, na qual solicita providência relativa aos trabalhos em pauta, que poderá ser decidida de imediato pela Presidência, salvo caso em que dependa de estudo e informações, ou submetida à votação do Conselho de Gestão.

§4º Emenda é o acessório apresentado à proposição e poderá ser supressiva, substitutiva, aditiva ou modificativa.

§5º Moção é proposição apresentada por qualquer Conselheiro ao Conselho de Gestão acerca de estudo de uma questão ou incidente surgido em reunião.

Art. 20. Além dos atos que se resolvam em anotações, despachos e comunicações, as deliberações do Conselho terão a forma de Recomendações a serem baixadas pelo Presidente ou por 2/3 dos seus membros.

Art. 21. As Recomendações do Conselho de Gestão de Campus do IFS serão reproduzidas e remetidas pela Secretaria aos conselheiros, devendo ser publicadas na intranet de Campus.

Art. 22. Cabe ao Conselho de Gestão a proposição de alterações deste Regulamento Interno, por decisão da maioria absoluta de votos.

Parágrafo único. As propostas de alterações deverão ser submetidas ao Conselho Superior do IFS para aprovação.

Art. 23. Os casos omissos serão decididos pelo Conselho de Gestão.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE
CONSELHO SUPERIOR

Art. 24. Este Regulamento entrará em vigor na data de publicação, conforme Parágrafo Único, do artigo 4º, do Decreto 10.139/2019, de 28/11/2019.

Aracaju, 19 de dezembro de 2022.

Ruth Sales Gama de Andrade
Presidente do Conselho Superior/IFS